



Número: **0801311-66.2020.8.15.0141**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque**

Última distribuição : **09/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 7.593,75**

Processo referência: **0801311-66.2020.8.15.0141**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA (APELANTE)		FABRICIO ALVES DA SILVA (ADVOGADO) MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19236148	14/12/2022 19:36	Acórdão	Acórdão
18335299	14/12/2022 19:36	Ementa	Ementa
18335351	14/12/2022 19:36	Voto do Magistrado	Voto
18335305	14/12/2022 19:36	Relatório	Relatório
19201633	13/12/2022 11:40	Certidão de julgamento	Certidão de Julgamento
19010885	30/11/2022 19:52	Intimação de Pauta	Intimação de Pauta
19010284	30/11/2022 19:41	Intimação de Pauta	Intimação de Pauta
18857912	22/11/2022 13:00	Despacho	Despacho
18335356	19/10/2022 16:24	Despacho	Despacho
17893445	20/09/2022 18:56	Certidão	Certidão
17893447	20/09/2022 18:56	TA-14.07.22-11.00- 08013116620208150141	Termo de Audiência
16856100	14/07/2022 22:54	Termo de Audiência	Termo de Audiência
16856103	14/07/2022 22:54	TA-14.07.22-11.00- 08013116620208150141	Termo de Audiência
16828404	13/07/2022 10:08	Carta de Preposição	Carta de Preposição
16626182	28/06/2022 11:56	Expediente	Expediente
16626181	28/06/2022 11:56	Expediente	Expediente
15636305	23/04/2022 09:03	Despacho	Despacho
15461396	11/04/2022 10:24	Parecer	Parecer

15461398	11/04/2022 10:24	002.2022.012050-0801311-66.2020.8.15.0141-Manifestação Pela Não Intervenção-2022-0000528246	Parecer
15007191	18/03/2022 07:51	Expediente	Expediente
14997488	17/03/2022 17:09	Despacho	Despacho
14841353	09/03/2022 09:22	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
14839438	26/01/2022 06:45	Expediente	Expediente
14839432	25/01/2022 23:32	Apelação	Apelação
14839433	25/01/2022 23:32	RECURSO DE APELAÇÃO	Apelação
14839434	25/01/2022 23:32	LAUDO PERICIAL - PERICIA REALIZADA EM DEZEMBRO DE 2021	Informações Prestadas
14839435	25/01/2022 23:32	RADIOGRAFIA DO JOELHO ESQUERDO	Documento de Comprovação
14839436	25/01/2022 23:32	ENCAMINHAMENTO MÉDICO PARA FISIOTERAPIA	Documento de Comprovação
14839437	25/01/2022 23:32	IMAGENS RAO X DO JOELHO	Documento de Comprovação
14839431	02/12/2021 08:26	Sentença	Sentença
14839428	29/11/2021 20:42	MANIFESTAÇÃO AO LAUDO PERICIAL	Informações Prestadas
14839429	29/11/2021 20:42	IMPUGNAÇÃO AO LAUDO - OTÁVIO	Outros Documentos
14839430	29/11/2021 20:42	carta-concessao-beneficio - auxilio acidente	Outros Documentos
14839425	16/11/2021 14:00	Petição	Petição
14839426	16/11/2021 14:00	2784151_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_02	Outros Documentos
14839427	16/11/2021 14:00	2784151_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos
14839424	01/11/2021 12:14	Expediente	Expediente
14839423	28/10/2021 10:22	Certidão	Certidão
14839422	28/10/2021 10:09	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
14839420	27/10/2021 12:01	Laudo Pericial	Laudo Pericial
14839421	27/10/2021 12:01	Perícia médica - 0801311-66.2020.8.15.0141	Laudo Pericial
14839418	20/10/2021 17:10	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
14839419	20/10/2021 17:10	procuração	Procuração
14839316	17/09/2021 11:26	Petição	Petição
14839417	17/09/2021 11:26	2784151_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01	Outros Documentos
14839314	13/09/2021 17:38	Diligência	Diligência
14839315	13/09/2021 17:38	Otavio Domingos de Oliveira	Documento Comprovação Intimação
14839313	10/09/2021 13:39	Expediente	Expediente
14839312	10/09/2021 13:39	Mandado	Mandado
14839310	18/03/2021 20:41	Impugnação à contestação	Réplica
14839311	18/03/2021 20:41	RÉPLICA	Outros Documentos
14839306	01/03/2021 12:22	Petição	Petição

14839 307	01/03/2021 12:22	2784151_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
14839 308	01/03/2021 12:22	2784151_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
14839 305	17/02/2021 15:26	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
14839 304	15/02/2021 08:19	Expediente	Expediente
14839 300	12/02/2021 09:54	Contestação	Contestação
14839 301	12/02/2021 09:54	2784151_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
14839 302	12/02/2021 09:54	2784151_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
14839 303	12/02/2021 09:54	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
14839 299	30/01/2021 07:48	Expediente	Expediente
14839 298	29/01/2021 20:14	Comunicações	Comunicações
14839 297	20/01/2021 09:39	Despacho	Despacho
14839 295	18/01/2021 23:54	Outros Documentos	Outros Documentos
14839 296	18/01/2021 23:54	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA	Outros Documentos
14839 294	18/01/2021 09:55	Expediente	Expediente
14839 293	18/01/2021 09:54	Certidão	Certidão
14839 292	17/12/2020 11:39	Despacho	Despacho
14839 291	14/10/2020 10:47	Expediente	Expediente
14839 288	12/10/2020 19:15	Emenda à inicial	Petição
14839 290	12/10/2020 19:15	EMENDA A EXORDIAL	Comunicações
14839 287	22/09/2020 09:47	Despacho	Despacho
14839 286	21/09/2020 18:37	Despacho	Despacho
14839 273	18/05/2020 21:48	Petição Inicial	Petição Inicial
14839 274	18/05/2020 21:48	Peticão Inical - OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA	Outros Documentos
14839 275	18/05/2020 21:48	Anexo 01 - Procuração Ad Judicia	Procuração
14839 276	18/05/2020 21:48	Anexo 02 - Declaração de Hipossuficiência	Outros Documentos
14839 277	18/05/2020 21:48	Anexo 03 - Boletim de ocorrência e anexos	Outros Documentos
14839 278	18/05/2020 21:48	Anexo 04- Declaração e Prontuário - Hospital de Catolé do Rocha	Outros Documentos
14839 279	18/05/2020 21:48	Anexo 05 - Relatório Médico	Outros Documentos
14839 280	18/05/2020 21:48	Anexo 06 - Atestado Médico	Outros Documentos
14839 281	18/05/2020 21:48	Anexo 07 - Valor recebido pela Invalidez	Documento de Comprovação
14839 282	18/05/2020 21:48	Anexo 08 - Valor recebido das Despesas médicas e hospitalares	Documento de Comprovação
14839 283	18/05/2020 21:48	Anexo 09- Documento de Identificação	Documento de Identificação
14839 284	18/05/2020 21:48	Anexo 10 - Comprovante de Residencia	Documento de Comprovação
14839 285	18/05/2020 21:48	Anexo 11 - Imagens da situação da debilitação	Documento de Comprovação



Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA - Advogados do(a) APELANTE: FABRICIO

ALVES DA SILVA - PB27997-A, MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA - PB28423-A

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA

LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA C/C
INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ
PERMANENTE - SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT. PEDIDO DE PAGAMENTO
COMPLEMENTAR DA INDENIZAÇÃO.
IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.
IRRESIGNAÇÃO. PAGAMENTO
ADMINISTRATIVO DA INDENIZAÇÃO
COMPROVADO. VALOR PAGO EM
CONSONÂNCIA COM A LESÃO APONTADA
EM LAUDO. SEGURADORA QUITOU SEU
DÉBITO. **MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
DESPROVIMENTO DO APELO.****

- O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

- “(...) "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474 do STJ). (...)”. (STJ - AgInt no AREsp 943.025/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017.



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados.

Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao apelo.

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Otávio Domingos de Oliveira** irresignada com a sentença proferida pelo **Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha/PB** nos autos da **Ação de Cobrança c/c Indenização por Invalidez Permanente - Seguro Obrigatório DPVAT** ajuizada pelo autor contra a **Seguradora Líder dos Consórcios S/A**, ora apelada, que **julgou improcedente** o pedido contido na exordial, em razão do valor pago administrativamente corresponder à lesão sofrida.

Na peça de ingresso (ID nº 14839274 – págs. 1/12), o promovente alegou que foi vítima de um acidente motociclístico aos 04/09/2019, em decorrência do qual veio a sofrer fratura em seu membro inferior esquerdo, mais especificamente, no seu joelho esquerdo, tendo, em razão de pagamento administrativo supostamente realizado a menor pela seguradora promovida no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) ingressado com a presente demanda requerendo a complementação da verba indenizatória.

Ao sentenciar o feito (ID nº 14839431 – págs. 1/4), o Magistrado *a quo* julgou improcedente o pleito, sob o fundamento de que o pagamento efetuado administrativamente referente ao seguro obrigatório mostra-se correto e proporcional à lesão apresentada pela apelante.

Inconformado com tal decisão, o autor, ora recorrente, interpôs recurso apelatório (ID nº 14839433 – págs. 1/7) pugnando pela reforma da sentença, sob o fundamento de que o Magistrado de primeiro grau incorrera em equívoco ao não vislumbrar, diante das provas carreadas, que a recorrente faria jus a devida complementação do seguro DPVAT.

Contrarrazões não apresentadas.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça apresentou Parecer, opinando pelo prosseguimento do recurso sem manifestação de mérito (ID nº 15461398 – págs. 1/2).

É o relatório.

VOTO



Trata-se de Recurso Apelarório interposto pelo autor da ação com o objetivo de reformar a sentença prolatada nos autos da Ação de Cobrança c/c Indenização por Invalidez Permanente - Seguro Obrigatório DPVAT, para que a empresa promovida seja condenada a pagar a complementação da indenização a que faz jus.

Aduziu o promovente que, o valor recebido administrativamente, qual seja, R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) que fora fixado de forma desproporcional às lesões sofridas. Como base nesse fundamento, requereu o pagamento da importância de R\$ 7.593,75 (sete mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

O pedido foi julgado improcedente, sob o fundamento de que o valor pago administrativamente mostrou-se correto, tendo sido calculado de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194/94.

Inicialmente, cabe ressaltar que o Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

Nessa senda, extrai-se dos autos que o autor foi vítima de acidente de trânsito em 04/09/2019, sofrendo a lesão descrita na perícia técnica (ID nº 14839421 – págs. 1/3), em que se constatou fratura da platô tibial esquerdo.

A esse respeito, a Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, II e §1º, II, vigente à época do sinistro e que deve ser aplicada ao caso concreto (ou seja, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009), prevê:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; (...). (..)

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos



segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, como o caso da lesão do promovente foi de dano corporal parcial, ou seja, debilidade parcial incompleta do membro inferior esquerdo, conforme estabelecido em laudo pericial (ID nº 9707137 – pág. 1/2), então o valor indenizatório inicialmente seria de 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Além disso, como neste caso, a lesão do autor foi de repercussão leve, então a indenização deve sofrer redução no percentual de 25% (cinquenta por cento) de R\$ 9.450,00, o que resulta em R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Compulsando os autos, depreende-se que o autor, ora apelante, afirmou em sua peça exordial que recebeu administrativamente (ID nº 14839281 – pág. 1/3 e 14839282 – págs. 1/3), à título de indenização da empresa recorrente, exatamente o valor de R\$ R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Sendo assim, restou evidenciada a inexistência de valores a serem complementados pela seguradora ré, posto que a indenização paga ao autor foi devida e baseada na debilidade parcial e incompleta suportada.

A este respeito, esta Egrégia Corte de Justiça tem o seguinte entendimento:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO INDENIZATÓRIA DE SEGURO DPVAT. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE DO JOELHO ESQUERDO. INDENIZAÇÃO E PAGAMENTO CORRETAMENTE REALIZADOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE VALOR COMPLEMENTAR A RECEBER. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DA SÚPLICA. - "(...) 1. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474 do STJ). (...).". (STJ - AgInt no AREsp 943.025/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) - **Havendo o pagamento da quantia devida na via administrativa, consoante o laudo pericial, não há valor complementar a receber, devendo a improcedência da demanda ser mantida. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00006664420168150261, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 04-09-2018).**



*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DIFERENÇA. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE. INTELIGÊNCIA DA LEI N. 11.482/2007. GRADAÇÃO ATRAVÉS DA TABELA LEGAL. **PAGAMENTO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA. REFORMA DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO APELO.** - Nos casos de invalidez permanente parcial completa, deve-se considerar, para fins de quantificação do valor devido a título de indenização do seguro DPVAT, além da tabela introduzida pela Lei nº 11.945/09, os percentuais previstos no § 1º, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74 para cada tipo de perda anatômica ou funcional. - Nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça, "A indenização do seguro DPVAT de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00310263820138150011, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR, j. em 07-08-2018)*

Sendo assim, não há qualquer complementação a ser adimplida em favor do autor desta ação, uma vez que a mesma já foi devidamente indenizada em relação ao dano parcial sofrido, devendo portanto a sentença ser mantida, posto que a seguradora não deve mais nada ao recorrente.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, para manter a sentença prolatada em todos os seus termos.

Majoro a condenação ao pagamento de custas e honorários para o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, observando o benefício da gratuidade concedido.

É como voto.

Presidiu o julgamento, com voto, a Exma. Des. Maria das Graças Morais Guedes (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Relator) e o Exmo. Des. Marcos William de Oliveira.

Presente ao julgamento, também, o Exmo. Dr. Victor Manoel Magalhães Granadeiro Rio, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 05 de dezembro de 2022 e término às 13:59hs do dia 12 de dezembro de 2022.

Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

RELATOR



Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA - Advogados do(a) APELANTE: FABRICIO

ALVES DA SILVA - PB27997-A, MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA - PB28423-A

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA

LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA C/C
INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ
PERMANENTE - SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT. PEDIDO DE PAGAMENTO
COMPLEMENTAR DA INDENIZAÇÃO.
IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.
IRRESIGNAÇÃO. PAGAMENTO
ADMINISTRATIVO DA INDENIZAÇÃO
COMPROVADO. VALOR PAGO EM
CONSONÂNCIA COM A LESÃO APONTADA
EM LAUDO. SEGURADORA QUITOU SEU
DÉBITO. **MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.
DESPROVIMENTO DO APELO.****

- O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

- “(...) "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474 do STJ). (...)”. (STJ - AgInt no AREsp 943.025/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados.

Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao apelo.





VOTO

Trata-se de Recurso Apelarório interposto pelo autor da ação com o objetivo de reformar a sentença prolatada nos autos da Ação de Cobrança c/c Indenização por Invalidez Permanente - Seguro Obrigatório DPVAT, para que a empresa promovida seja condenada a pagar a complementação da indenização a que faz jus.

Aduziu o promovente que, o valor recebido administrativamente, qual seja, R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) que fora fixado de forma desproporcional às lesões sofridas. Como base nesse fundamento, requereu o pagamento da importância de R\$ 7.593,75 (sete mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

O pedido foi julgado improcedente, sob o fundamento de que o valor pago administrativamente mostrou-se correto, tendo sido calculado de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194/94.

Inicialmente, cabe ressaltar que o Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas.

Nessa senda, extrai-se dos autos que o autor foi vítima de acidente de trânsito em 04/09/2019, sofrendo a lesão descrita na perícia técnica (ID nº 14839421 – págs. 1/3), em que se constatou fratura da platô tibial esquerdo.

A esse respeito, a Lei nº 6.194/74, em seu art. 3º, II e §1º, II, vigente à época do sinistro e que deve ser aplicada ao caso concreto (ou seja, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009), prevê:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; (...). (..)

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:



I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, como o caso da lesão do promovente foi de dano corporal parcial, ou seja, debilidade parcial incompleta do membro inferior esquerdo, conforme estabelecido em laudo pericial (ID nº 9707137 – pág. 1/2), então o valor indenizatório inicialmente seria de 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Além disso, como neste caso, a lesão do autor foi de repercussão leve, então a indenização deve sofrer redução no percentual de 25% (cinquenta por cento) de R\$ 9.450,00, o que resulta em R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Compulsando os autos, depreende-se que o autor, ora apelante, afirmou em sua peça exordial que recebeu administrativamente (ID nº 14839281 – pág. 1/3 e 14839282 – págs. 1/3), à título de indenização da empresa recorrente, exatamente o valor de R\$ R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Sendo assim, restou evidenciada a inexistência de valores a serem complementados pela seguradora ré, posto que a indenização paga ao autor foi devida e baseada na debilidade parcial e incompleta suportada.

A este respeito, esta Egrégia Corte de Justiça tem o seguinte entendimento:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO INDENIZATÓRIA DE SEGURO DPVAT. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE DO JOELHO ESQUERDO. INDENIZAÇÃO E PAGAMENTO CORRETAMENTE REALIZADOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE VALOR COMPLEMENTAR A RECEBER. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DA SÚPLICA. - "(...) 1. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474 do STJ). (...).". (STJ - AgInt no AREsp 943.025/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) - Havendo o pagamento da quantia devida na via administrativa, consoante o laudo pericial, não há valor complementar a receber, devendo a improcedência da



demanda ser mantida. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00006664420168150261, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 04-09-2018).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DIFERENÇA. DEBILIDADE PARCIAL PERMANENTE. INTELIGÊNCIA DA LEI N. 11.482/2007. GRADAÇÃO ATRAVÉS DA TABELA LEGAL. PAGAMENTO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. COMPLEMENTAÇÃO INDEVIDA. REFORMA DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO APELO. - Nos casos de invalidez permanente parcial completa, deve-se considerar, para fins de quantificação do valor devido a título de indenização do seguro DPVAT, além da tabela introduzida pela Lei nº 11.945/09, os percentuais previstos no § 1º, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74 para cada tipo de perda anatômica ou funcional. - Nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça, "A indenização do seguro DPVAT de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00310263820138150011, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR, j. em 07-08-2018)

Sendo assim, não há qualquer complementação a ser adimplida em favor do autor desta ação, uma vez que a mesma já foi devidamente indenizada em relação ao dano parcial sofrido, devendo portanto a sentença ser mantida, posto que a seguradora não deve mais nada ao recorrente.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO APELO**, para manter a sentença prolatada em todos os seus termos.

Majoro a condenação ao pagamento de custas e honorários para o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, observando o benefício da gratuidade concedido.

É como voto.

Presidiu o julgamento, com voto, a Exma. Des. Maria das Graças Morais Guedes (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Relator) e o Exmo. Des. Marcos William de Oliveira.

Presente ao julgamento, também, o Exmo. Dr. Victor Manoel Magalhães Granadeiro Rio, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 05 de dezembro de 2022 e término às 13:59hs do dia 12 de dezembro de 2022.

Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

RELATOR





RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta por **Otávio Domingos de Oliveira** irresignada com a sentença proferida pelo **Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Catolé do Rocha/PB** nos autos da **Ação de Cobrança c/c Indenização por Invalidez Permanente - Seguro Obrigatório DPVAT** ajuizada pelo autor contra a **Seguradora Líder dos Consórcios S/A**, ora apelada, que **julgou improcedente** o pedido contido na exordial, em razão do valor pago administrativamente corresponder à lesão sofrida.

Na peça de ingresso (ID nº 14839274 – págs. 1/12), o promovente alegou que foi vítima de um acidente motociclístico aos 04/09/2019, em decorrência do qual veio a sofrer fratura em seu membro inferior esquerdo, mais especificamente, no seu joelho esquerdo, tendo, em razão de pagamento administrativo supostamente realizado a menor pela seguradora promovida no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) ingressado com a presente demanda requerendo a complementação da verba indenizatória.

Ao sentenciar o feito (ID nº 14839431 – págs. 1/4), o Magistrado *a quo* julgou improcedente o pleito, sob o fundamento de que o pagamento efetuado administrativamente referente ao seguro obrigatório mostra-se correto e proporcional à lesão apresentada pela apelante.

Inconformado com tal decisão, o autor, ora recorrente, interpôs recurso apelatório (ID nº 14839433 – págs. 1/7) pugnando pela reforma da sentença, sob o fundamento de que o Magistrado de primeiro grau incorrera em equívoco ao não vislumbrar, diante das provas carreadas, que a recorrente faria jus a devida complementação do seguro DPVAT.

Contrarrazões não apresentadas.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça apresentou Parecer, opinando pelo prosseguimento do recurso sem manifestação de mérito (ID nº 15461398 – págs. 1/2).

É o relatório.



DO ESTADO DA PARAÍBA

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATA ORDINÁRIA PJE)

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0801311-66.2020.8.15.0141.

(PJE-205)

CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Terceira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária na modalidade julgamento virtual, apreciando o Processo acima indicado, assim decidiram:

“NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. UNÂNIME”.

Presidiu o julgamento, com voto, a Exma. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Relator) e o Exmo. Des. Marcos William de Oliveira.

Presente ao julgamento, também, o Exmo. Dr. Victor Manoel Magalhães Granadeiro Rio, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 05 de dezembro de 2022 e término às 13:59hs do dia 12 de dezembro de 2022.



Raissa Maia de Medeiros

ASSESSORA DA 3ª CÂMARA CÍVEL





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 76ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DA 3ª CÂMARA CÍVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara Cível a realizar-se no dia 05-12-2022 às 14:00 até 12-12-2022.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 76ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DA 3ª CÂMARA CÍVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara Cível a realizar-se no dia 05-12-2022 às 14:00 até 12-12-2022.



Vistos, etc.

Designo para julgamento a Primeira Sessão que se realizar após 05 (cinco) dias da publicação da respectiva pauta no Diário da Justiça, conforme disposto no art. 935 do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

Desa. Maria das Graças Morais Guedes

Presidente da 3ª Câmara Especializada Cível





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete do Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

PROCESSO Nº 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO
CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Peço dia para julgamento.

João Pessoa, 19 de outubro de 2022.

Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

R e l a t o r

06



REFERENTE AO ID [16856103](#)

CERTIDÃO

Certifico que analisando os presentes autos verifiquei que, apesar de movimentado e anexado o termo a ele referente, não foi juntado de forma correta. Fato ocorrido em todos do dia 14 de julho de 2022. Tal fato eu justifico por escassez de pessoal e excesso de trabalho, haja vista está naquele momento em esforço concentrado para dar vazão a demanda **e esta servidora não ter tido o devido treinamento, à época**. Neste ato, com nosso pedido de excusas, venho anexar o termo de forma correta.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos do 2º Grau, em João Pessoa, 20 de setembro de 2022.

JANECLEIDE LAZARO OLIVEIRA





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE VIRTUAL DE CONCILIADORES

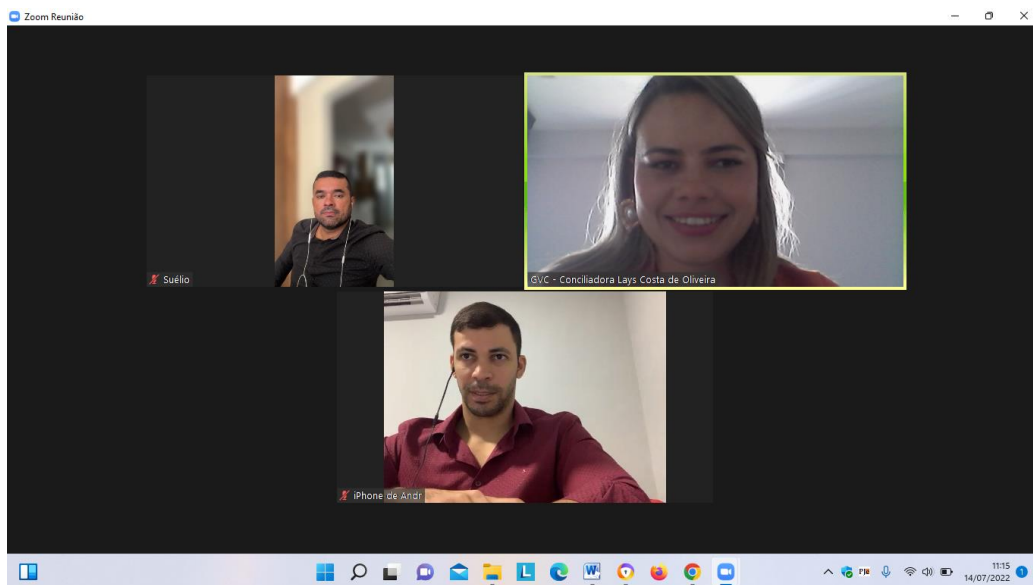
TERMO DE AUDIÊNCIA/SESSÃO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

Conciliação Judicial do Processo nº 0801311-66.2020.8.15.2001	
Juizes do Nupemec	Dra. Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara Dr. Antônio Carneiro de Paiva Júnior Dr. Jailson Shizue Suassuna
Apelante	Otavio Domingos De Oliveira CPF: 396.353.764-72
Advogado do Apelante	Ausente
Apelado	Seguradora Lider Dos Consorcios S/A CNPJ: 09.248.608/0001-04
Preposto do Apelado	André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho CPF: 062.303.134-56
Advogado do Apelado	Suélcio Moreira Torres OAB/PB 15.477
Conciliadora GVC	Lays Costa De Oliveira
Coconciliadora GVC	Lays Costa De Oliveira
Supervisora GVC	Isanha Simões Pereira Dália
Servidor do Nupemec	Tony Fábio Cavalcante Viana
Conciliadora Judicial Supervisora NUPEMEC/ESMA	Janecleide Lázaro Oliveira
Data e Hora	14/07/2022, às 11:00 horas.



Aberta a Sessão de Conciliação Virtual, foi constatada a **presença do apelado a Seguradora Lider Dos Consorcios S/A**, representado pelo preposto **Sr. André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho e seu advogado Dr. Suélio Moreira Torres OAB/PB 15.477** e a ausência da parte apelante e seu advogado, apesar de devidamente intimados, restando prejudicada a autocomposição. Nada mais havendo a constar, encerro o presente termo de conciliação, devolvendo para o Desembargador relator, para a sua tramitação normal.

Assinatura Digital



Segue termo em anexo





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE VIRTUAL DE CONCILIADORES

TERMO DE AUDIÊNCIA/SESSÃO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

Conciliação Judicial do Processo nº 0801311-66.2020.8.15.2001	
Juizes do Nupemec	Dra. Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara Dr. Antônio Carneiro de Paiva Júnior Dr. Jailson Shizue Suassuna
Apelante	Otavio Domingos De Oliveira CPF: 396.353.764-72
Advogado do Apelante	Advogado – OAB/
Apelado	Seguradora Lider Dos Consorcios S/A CNPJ: 09.248.608/0001-04
Preposto do Apelado	
Advogado do Apelado	
Representante	Seguradora Líder Do Consórcio Do Seguro DPVAT S.A.
Conciliadora GVC	Lays Costa De Oliveira
Coconciliadora GVC	Lays Costa De Oliveira
Supervisora GVC	Isanha Simões Pereira Dália
Servidor do Nupemec	Tony Fábio Cavalcante Viana
Conciliadora Judicial	Janeclide Lázaro Oliveira
Supervisora NUPEMEC/ESMA	
Data e Hora	14/07/2022, às 11:00 horas.

ACORDO

Aberta a sessão de conciliação virtual, foi constatada a presença das partes apelante e apelado, bem como, seus respectivos advogados. Feita as apresentações de estilo e explicado o procedimento e a importância da composição amigável, foi declarado pelas partes que aceitam participar da sessão e ter os conciliadores como facilitadores do diálogo. Recontextualizando o posicionamento de ambos, foi indagado às partes a possibilidade de construir um acordo que satisfaça os interesses dos envolvidos,



o que foi aceito. As partes definiram o acordo nas seguintes condições:Sendo assim, nada mais havendo a constar, encerro o presente termo de conciliação, devolvendo os autos para o Desembargador relator, para a sua tramitação normal.

AUSÊNCIA DE AMBAS AS PARTES

Aberta a Sessão de Conciliação Virtual, foi constatada a **ausência de ambas as partes**, bem como, dos seus respectivos advogados, apesar de devidamente intimados. Sendo assim, nada mais havendo a constar, encerro o presente termo de conciliação, devolvendo os autos para o Desembargador relator, para a sua tramitação normal.

AUSÊNCIA DO PROMOVENTE

Aberta a Sessão de Conciliação Virtual, foi constatada a **presença da parte promovida Sr(a) XXXXXXXXXXXX e seu advogado Dr.(a) XXXXXXXXXXXX** e a ausência da parte promovente e seu advogado, apesar de devidamente intimados, restando prejudicada a autocomposição. Nada mais havendo a constar, encerro o presente termo de conciliação, devolvendo para o Desembargador relator, para a sua tramitação normal.

NÃO ACORDO

Aberta a sessão de conciliação virtual, foi constatada a presença das partes apelante e apelado, bem como, seus respectivos advogados. Feita as apresentações de estilo e explicado o procedimento e a importância da composição amigável, foi declarado pelas partes que aceitam participar da sessão e ter os conciliadores como facilitadores do diálogo. Recontextualizando o posicionamento de ambos, foi indagado às partes a possibilidade de construir um acordo que satisfaça os interesses dos envolvidos, o que não foi aceito. Diante da impossibilidade de acordo, encerro o presente termo de conciliação, devolvendo os autos para o Desembargador relator, para a sua tramitação normal.

Assinatura Digital



CARTA DE PREPOSIÇÃO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como **PREPOSTO (A) André Luiz Ferreira Vasconcelos Sobrinho**, brasileiro (a), portador (a) do **CPF nº 062.303.134-56**, podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo nº **0801311-66.2020.8.15.0141**, que tramita no (a) **3ª Câmara Cível Capital/PB**.

João Pessoa-PB, 01 de janeiro de 2022

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA**

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Segundo Grau

SESSÃO VIRTUAL – PLATAFORMA ZOOM

Nº DO PROCESSO: 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE PROCESSUAL: APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR: Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

POLO ATIVO: APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: ADVOGADO do(a) APELANTE: FABRICIO ALVES DA SILVA

ADVOGADO do(a) APELANTE: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA

POLO PASSIVO: APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA
LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

REPRESENTANTE: ADVOGADO do(a) APELADO: SUELIO MOREIRA TORRES

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO APELANTE/APELADO e/ou AGRAVANTE/AGRAVADO**, na pessoa dos seus respectivos representantes, para comparecer a sessão/audiência virtual de conciliação designada, conforme dados abaixo:

TIPO: CONCILIAÇÃO - **Tipo: Conciliação Sala: Cejusc 2 grau Data: 14/07/2022 Hora: 11:00** ,
a t r a v é s d o L I N K D E A C E S S O :
<https://us02web.zoom.us/j/82838750908?pwd=RnNPbGFHd0RXUHVPdmV3Qzc1YUU1Zz09>

João Pessoa/PB, 28 de junho de 2022

Luacy Lins
Técnica Judiciário







**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA**

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Segundo Grau

SESSÃO VIRTUAL – PLATAFORMA ZOOM

Nº DO PROCESSO: 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE PROCESSUAL: APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR: Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

POLO ATIVO: APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: ADVOGADO do(a) APELANTE: FABRICIO ALVES DA SILVA

ADVOGADO do(a) APELANTE: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA

POLO PASSIVO: APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

REPRESENTANTE: ADVOGADO do(a) APELADO: SUELIO MOREIRA TORRES

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO APELANTE/APELADO e/ou AGRAVANTE/AGRAVADO**, na pessoa dos seus respectivos representantes, para comparecer a sessão/audiência virtual de conciliação designada, conforme dados abaixo:

TIPO: CONCILIAÇÃO - **Tipo: Conciliação Sala: Cejusc 2 grau Data: 14/07/2022 Hora: 11:00**,
através do LINK DE ACESSO:
<https://us02web.zoom.us/j/82838750908?pwd=RnNPbGFHd0RXUHVPdmV3Qzc1YUU1Zz09>

João Pessoa/PB, 28 de junho de 2022

Luacy Lins
Técnica Judiciário







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete do(a) Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

**APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A REPRESENTANTE:
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

DESPACHO

Vistos etc.

Compulsando os presentes autos, verifica-se que trata-se de ação que versa de direito disponível o qual comporta possibilidade de composição amigável do litígio.

Destarte, em atenção aos princípios atinentes à espécie, sobretudo da celeridade processual, bem como da composição amigável dos litígios, e tendo em vista que a matéria pode ser resolvida por solução patrimonial, entendo que referida questão pode ser melhor solucionada pelo **Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**, tendo em vista a oportunidade de maior aproximação das partes para fim da resolução do litígio.

Ante o exposto, remetam-se os autos para o Núcleo conciliatório deste Tribunal para tentativa de composição, em sendo infrutífera, retornem-me para julgamento.

Intime-se e Cumpra-se.

João Pessoa, 22 de abril de 2022.



Desembargador **Marcos Cavalcanti de Albuquerque**

R e l a t o r

06



em anexo.





Ministério Público da Paraíba
PROCURADORIA DE JUSTIÇA (14º PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Manifestação Ministerial

A intervenção do Ministério Público no processo civil está vinculada aos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), às causas elencadas no art. 178 do CPC/2015 e, no que tiver pertinência temática, independentemente de previsão legal (CF, art. 129, IX).

Art. 178 do CPC. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I – interesse público ou social;

II – interesse de incapaz;

III – litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

Ainda sobre a atuação do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil, a Recomendação nº 34 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece:

Art. 1º Os órgãos do Ministério Público Brasileiro, no âmbito de sua autonomia administrativa e funcional, devem priorizar: [...]

IV – a limitação da sua atuação em casos sem relevância social para direcioná-la na defesa dos interesses da sociedade.

Art. 2º A identificação do interesse público no processo é juízo exclusivo do membro do Ministério Público, sendo necessária a remessa e indevida a renúncia de vista dos autos.

No mesmo sentido, o Ministério Público do Estado da Paraíba expediu a Recomendação Conjunta PGJ/CGMP nº 001/2018, salientando que não mais prevê a necessidade de intervenção ministerial, em segundo grau de jurisdição, nas questões preliminares, prejudiciais e em matéria de ordem pública nas ações cíveis que não ensejam a sua intervenção.

Assinado eletronicamente por: VICTOR RIO em 04/04/2022



Art. 2º A identificação do interesse de intervenção do Ministério Público no processo é, a qualquer momento ou grau de jurisdição, juízo exclusivo do membro do Ministério Público, sendo necessária a remessa e indevida a renúncia de vista. [...]

Art. 5º Além das hipóteses previstas em lei específica, destacam-se também como de interesse social, nos termos do art.1º, II, desta Recomendação, os casos de: [...]

§ 1º A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

No presente caso, verifica-se que a pretensão deduzida em juízo é de natureza exclusivamente individual, figurando em ambos os pólos pessoas capazes e devidamente representadas, o que torna desnecessária a participação ministerial, enquanto *custos legis*.

Feitas estas considerações, esta 14ª Procuradoria de Justiça devolve os autos sem manifestação de mérito, ante a ausência de interesse público a legitimar sua função institucional, pugnando pelo prosseguimento do feito em seus ulteriores termos.

João Pessoa, 04 de abril de 2022.

Vitor Manoel Magalhães Granadeiro Rio

14º Procurador de Justiça

Assinado eletronicamente por: VICTOR RIO em 04/04/2022





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª Câmara Cível
Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

VISTA

Nesta data, em cumprimento ao despacho retro, abro VISTA dos autos ao Ministério Público estadual.

João Pessoa, 18 de março de 2022.

LICIA ISIS DUARTE DE OLIVEIRA
Analista Judiciário





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Gabinete do Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: APELAÇÃO CÍVEL

DESPACHO

Vistos, etc.

Dê-se vista à Procuradoria de Justiça

Cumpra-se.

João Pessoa, 17 de março de 2022.

Desembargador **Marcos Cavalcanti de Albuquerque**

R e l a t o r

06





**Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição**

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0801311-66.2020.8.15.0141

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 9 de março de 2022.

MARIA HELIA BARBOSA DO NASCIMENTO
Gerência de Distribuição



Fica o recorrido intimado para apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação.



EM ANEXO



AO EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 2ª VARA MISTA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

**RECURSO DE APELAÇÃO.
AUTOS DO PROCESSO Nº 0801311-66.2020.8.15.0141**

APELANTE: OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu representante processual que a esta subscrevem, com endereço profissional à Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, José Américo, Riacho dos Cavalos/PB, CEP: 58.870-000, vem a presença de Vossa Excelência, com fulcro no que dispõe o artigo 1.009 do CPC/2015 e demais dispositivos aplicáveis a espécie interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Em face da sentença **id. 52110793**, na qual o Douto Juízo de primeiro grau, não se louvando de sua costumeira justiça, julgou improcedente o pedido formulado pela parte autora.

O que faz de forma tempestiva nos moldes dos artigos 219 e 1.003 §5º ambos do CPC/2015. Requerendo finalmente, seja recebido o presente recurso, independente de juízo de admissibilidade, conforme novel legislação processual, intimando o apelado para oferecer contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo com ou sem manifestação do



apelado, encaminhe-se os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal para exame de admissibilidade e julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 25/01/2022.

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA
OAB/PB nº 28.423



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
DO ESTADO DA PARAIBA**

APELANTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

RAZÕES RECURSAIS

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLEDA CÂMARA

ÍNCLITOS JULGADORES

DOUTO RELATOR

01. DA DECISÃO RECORRIDA.

O juízo primário, não se louvando de sua costumeira justiça, proferiu sentença

id. 52110793, julgando improcedente o pedido do autor, sob os seguintes fundamentos:

[...] o laudo pericial produzido judicialmente demonstra que **não houve agravamento da incapacidade parcial e incompleta do joelho direito da autora**. Tanto é que o quantum indenizatório, conforme cálculo detalhado supra, alcançou semelhante montante pago pelo réu na via administrativa no ano de 2020.

Eis, em apertada síntese, as razões da sentença apelada.



2. DAS RAZÕES DE REFORMA DA SENTENÇA.

Nobres julgadores, cabe salientar que o juízo *a quo* mencionou em sentença que o autor pleiteia pagamento de indenização em duplicidade, o que não merece prosperar tendo em vista que o que reputa é o fato de o valor recebido ser valor insuficiente à sua lesão.

Trata-se de um questionamento justo e legal tendo em vista que não é razoável o pagamento de **R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)** ser considera satisfatório a um cidadão que sofreu uma lesão grave em joelho esquerdo, tendo que passar por cirurgia com aplicação de pinos e até hoje possui dificuldade até mesmo para andar. É um absurdo!

Alega o juízo *a quo* que: **“não houve agravamento da incapacidade parcial e incompleta do joelho direito do autor.”** Ora Nobre Julgadores, é perceptível que a decisão da sentença o juiz foi adistrito ao laudo pericial o que confronta com o art 479 do NCPC, no qual é possível discordar fundamentadamente das conclusões do perito em razão dos demais documentos probatórios colegidos aos autos.

Dessa forma, cabe ressaltar que o autor passou recentemente (Dezembro/2021) por perícia médica judicial pleitenado benefício previdenciário em decorrência das lesões ocasionadas do acidente, inclusive no laudo pericial restou-se comprovado o agravamento da incapacidade do mesmo, vejamos trecho do laudo:



As questões contidas neste quadro (n. 5 a 17) somente devem ser respondidas caso a resposta ao quesito anterior (n. 4) tenha sido positiva, pela existência de incapacidade laborativa.

5) A incapacidade é **total** (inviabilizando toda e qualquer atividade laborativa) ou **parcial** (inviabilizando apenas algumas atividades laborativas)?

Total.

Quesito 5 do laudo pericial (integra do Laudo em anexo)

Deste modo, a sentença merece ser reformada tendo em vista que não valorou corretamente a situação de agravamento da incapacidade do autor.

Neste lanço, destaca-se o entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais pátrios, a teor da fixação de indenização complementar quando da realização de exame pericial, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Constatada a incapacidade parcial e incompleta da parte, a indenização deve ser calculada nos termos do art. 3º §1º, II da Lei federal n. 6.194, de 1974, com redação da Lei federal n. 11.945, de 2009. **Se o valor pago administrativamente é inferior ao valor efetivamente devido ao segurado, impõe-se a condenação da seguradora ao pagamento do valor complementar.** Recurso desprovido. (TJ-MG – AC: 10702140060675001 MG, Relator: Manoel dos Reis Moraes, Data de Julgamento: 03/04/2018, Data de Publicação: 13/04/2018). Grifos nossos

Entretanto, o juízo *a quo* esqueceu que a justiça é o horizonte do Direito, perseguido incessantemente pela verdade real dos fatos. Ora, se a razão de existir da proteção securitária é resguardar o direito do autor envolvido no caso em deslinde, convenhamos que é salutar a reforma da sentença nos autos.

03. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) Seja o presente recurso recebido e conhecido;



- b) No mérito, seja dado **total provimento a este recurso de apelação**, anulando a sentença ora vergastada tendo em vista que a lesão sofrida pelo apelante se configura como invalidez permanente, conforme documentos em anexo que comprovam o nexo causal da lesão e o acidente, devendo pois ser efetuado o pagamento da indenização em seu montante devido.
- c) Sejam estendidos os benefícios da justiça gratuita conferidos em primeiro grau, por não ter o apelante condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Nestes termos, pede deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 25/01/2022

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA
OAB/PB 28.423







PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Subseção Judiciária de Sousa (PB) - 15ª Vara

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

PROCESSO: 0509735-21.2021.4.05.8202T

PERICIADO (A): OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA (396.353.764-72)

RÉU: APS CATOLÉ DO ROCHA (13.021.050) e outros

1. PREÂMBULO:

DADOS DO(A) PERICIADO(A):

- RG: **983392 SSDS-PB;**
- Data do nascimento: **27 de dezembro de 1964;**
- Idade: **57 anos;**
- Sexo: **masculino;**
- Estado civil: **casado(a);**
- Escolaridade: **ensino fundamental incompleto;**
- Formação técnico-profissional: **nenhuma;**
- Ocupação habitual: **agricultor(a);**
- Reabilitação profissional: **não;**
- Elementos utilizados para determinar a ocupação habitual: **informação do(a) periciado(a);**
- Data declarada de afastamento do trabalho: **há 2 anos;**
- Experiência laboral anterior: **nenhuma;**



DADOS DA PERÍCIA:

- Data da realização: **4 de junho de 2021;**
- Assistente técnico da parte autora: **Não compareceu;**
- Assistente técnico da parte ré: **Não compareceu.**

IVALDO DE OLIVEIRA BARROS - MÉDICO PERITO JUDICIAL – CRM PB 4578/RN 5047/PE 23001/AL 6911/CE 19159



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA - 25/01/2022 23:31:59
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22012523320100000000014784387>
Número do documento: 22012523320100000000014784387

Num. 14839434 - Pág. 1

2. HISTÓRICO:

Alega ser portador de incapacidade laboral, requerendo auxílio por incapacidade temporária e, alternativamente, outros pedidos.

Da análise da petição inicial e dos documentos médicos apresentados, depreende-se que o(a) periciado(a) estaria acometido pela(s) seguinte(s) patologia(s):

- **Fratura da extremidade proximal da tíbia (CID 10 - S82.1);**
- **Gastrite hemorrágica aguda (CID 10 - K29.0);**
- **Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com mielopatia (CID 10 - M51.0);**

3. ANAMNESE:

O(A) periciado(a) prestou as seguintes informações sobre o seu estado de saúde:

Há 2 anos, foi vítima de um acidente (de Tráfego - moto - colisão), sofrendo:

- Fratura de platô tibial esquerdo.

Foi submetido(a) a tratamento cirúrgico: redução cruenta e fixação com placas e parafusos.

Já foi submetido(a) a tratamento com fisioterapia.

Há vários anos, apresenta dores na coluna lombar.

Não foi submetido a tratamento cirúrgico. Não foi submetido a outros procedimentos terapêuticos invasivos

Está em uso de analgésicos.

4. EXAME FÍSICO:

O(A) periciado(a) apresentou-se ao exame **com marcha antálgica**, aparentando **bom estado geral**, fácies atípica, atitude atípica, mucosas com umidade normal, coradas, anictéricas e acianóticas, boa perfusão capilar.

Exame Cardiovascular - Normal:

- Ritmo cardíaco regular em 2 tempos, bulhas normofonéticas e sem sopros;

Exame do Aparelho Respiratório - Normal:

- Murmúrio vesicular presente e simétrico e sem ruídos adventícios.

Exame do Abdome - Normal:

- Abdome globoso, flácido, indolor e simétrico, sem visceromegalias e, sem tumorações e hérnias e com ruídos hidroaéreos presentes.



Exame do joelho esquerdo - com anormalidades:

- com cicatriz compatível com cirurgia; sem deformidade; com amplitude dos movimentos com limitação antálgica moderada; com dor moderada à manipulação; com edema leve; sem crepitação articular durante a movimentação; sem hiperemia; sem derrame articular; sem instabilidade articular;
- A musculatura do membro apresenta trofismo normal e força teve avaliação prejudicada em decorrência da dor.
- testes especiais prejudicados pela dor;

Exame da Coluna – Com sinais de dor lombar baixa intensa:

- Ausência de cicatriz cirúrgica, de alterações tegumentares e de tumorações na região posterior do pescoço e nas regiões dorsal, lombar e sacro-coccígea; curvaturas cervical, dorsal e lombar fisiológicas; musculatura paravertebral nomotrófica, dolorosa e com tônus aumentado; limitação intensa dos movimentos na coluna lombar, com dor intensa.
- Testes para pesquisa de radiculopatia cervical e lombar revelaram-se negativos.

5. EXAMES E OUTROS DOCUMENTOS:

Documento(s) médico(s) e exames:

- atestado médico (Anexo 8 - Folha 1), datado de 12 de fevereiro de 2021, no qual consta acometimento pelas seguintes patologias: Fratura da extremidade proximal da tíbia (CID 10 - S82.1);

ATESTADO

Atesto para os devidos fins, a pedido do interessado, David Domingos de Oliveira, foi submetido à consulta médica nesta data, sendo portador de patologia CID - 10: S82.1, devendo permanecer afastado de suas atividades laborativas por um período de 90 (Noveenta) dias a partir desta data.

- ultrassonografia de partes moles (Anexo 11 - Folha 1), datado de 2 de dezembro de 2020, revelando:

CONCLUSÃO:

Bursite em ombro esquerdo.



- radiografia do joelho esquerdo (Anexo 11 - Folha 1), datado de 2 de dezembro de 2020, revelando:

Realizadas radiografias simples nas incidências AP + perfil.

Material metálico de osteossíntese metadiáfisária proximal tibial.

Textura normal dos elementos ósseos radiografados.

Irregularidades da tuberosidade anterior da tibia.

Redução dos espaços femorotibiais.

Documento(s) relativo(s) ao(s) processo(s) administrativo(s):

- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) (Anexo 6 - Folha 2):

Seq.	NT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação
7	106.52779.27-9	1320122345	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	30/03/2004	31/07/2004	CESSADO
8	106.52779.27-9	1350051044	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	03/09/2004	31/12/2004	CESSADO
9	106.52779.27-9	1375046385	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	21/06/2005	21/07/2005	CESSADO
10	106.52779.27-9	1415146125	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	20/05/2006	31/07/2006	CESSADO

- Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) (Anexo 6 - Folha 3):

Seq.	NT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação	
11	106.52779.27-9	616816649	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	07/01/2016	16/03/2018	CESSADO	
Remunerações								
Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
11/2017	31,23							

Seq.	NT	Origem do Vínculo	Data Início	Data Fim	Tipo Filado no Vínculo	Indicadores
12	106.52779.27-9	PERÍODO DE ATIVIDADE DE SEGURADO ESPECIAL	02/04/2018	04/09/2019	Segurado Especial	

Seq.	NT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação	
13	106.52779.27-9	6297234875	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	04/09/2018	31/05/2020	CESSADO	
Remunerações								
Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
05/2020	1.045,00		02/2020	1.045,00		01/2020	1.036,00	
12/2019	968,00		11/2019	968,00		10/2019	968,00	
10/2019	896,30							

Seq.	NT	NB	Origem do Vínculo	Espécie	Data Início	Data Fim	Situação	
14	106.52779.27-9	7064116422	Benefício	31 - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO	15/06/2020	14/07/2020	CESSADO	
Remunerações								
Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
06/2020	1.045,00		03/2020	1.045,00		02/2020	1.036,00	
12/2019	968,00		11/2019	968,00		10/2019	968,00	
10/2019	896,30							



- Laudo de Perícia Administrativa (Anexo 23 - Folha 24):

BENEFÍCIO	NB	REQTO	Ocupação	DATA DO EXAME
Auxílio - Doença	5461957250	131807561	-	15/05/2011
REQUERIMENTO (DER)	INÍCIO BENEF. (DIB)	INÍCIO DOENÇA (DID)	INÍCIO INCAPACIDADE (DIH)	CESSAÇÃO PREVISTA
15/05/2011	-	-	-	-
<p>HISTÓRICO: CLIENTE ESPECIAL AGRICULTOR, 48 ANOS, COM HISTÓRIA DE EPIGASTRALGIA DESDE 2009, ASSOCIADO A NAUSEAS, PLENITUDE POS-PRANDIAL, PERDA PONDERAL E A INTOLERÂNCIA A DETERMINADOS ALIMENTOS. APRESENTA ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA REALIZADA EM 14/04/2011, ASSINADO POR DR. FÁBIO KENEDY ALMEIDA TRIGUEIRO, CRM 3945, COMPATÍVEL COM RANGASTRITE HIPERÉMICA DE MODERADA INTENSIDADE COM EROSÕES NO ANTRO E BULBODODUODENITE EROSIVA DE MODERADA INTENSIDADE. APRESENTA LAUDO HISTOPATOLÓGICO DE 20/04/2011 QUE MOSTRA GASTRITE CRÔNICA COM ATROFIA E ATIVIDADE MODERADAS, SEM METAPLASIA INTESTINAL E PESQUISA DO H. PYLORI POSITIVA. EM USO DE OMEPRAX (DESDE MAIO 2011) E DE DIAZEPAN (DESDE 2009), SEM MELHORIA DO QUADRO. NEGA EPISÓDIOS HEMORRÁGICA DIGESTIVA ALTA. APRESENTA ATESTADO DO DR. FÁBIO KENEDY ALMEIDA TRIGUEIRO, CRM 3945, DE 16/05/2011, COM CITAÇÃO DE CID R10.</p> <p>EXAME FÍSICO: ESTADO GERAL BOM. EUPNEICO, ACIANÓTICO, ANICTÉRICO, AFEBRE, NORMOCORADO, HIDRATADO. MARCA LIVRE, FÁCIAS ATÍPICAS. CARDIO: RITMO CARDÍACO REGULAR EM DOIS TEMPOS, BULHAS CARDÍACAS NORMOFONÉTICAS, SEM SOPROS, FC 88 BPM. PULMÕES: BDA EXPANSIBILIDADE TORÁCICA, MURMÚRO VESICULAR POSITIVO, SEM RUÍDOS ADVENTÍCIOS. ABDOME: PLANO, SIMÉTRICO, INDOLOR À PALPAÇÃO SUPERFICIAL E PROFUNDA, SEM VISCEROMEGALIAS; RHA +. MEMBROS INFERIORES: SEM EDEMA.</p> <p>CONSIDERAÇÕES: INEXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA. PATOLOGIA GÁSTRICA DE TRATAMENTO CLÍNICO, NÃO INCAPACITANTE, SEM NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO, SEM RELAÇÃO COM O TRABALHO. CLIENTE SEM ALTERAÇÕES AO EXAME FÍSICO. POLIQUEIXOSO DEVIDO A QUADRO DE ANSIEDADE CRÔNICA PARA O QUAL JÁ FAZ USO DE DIAZEPAN HÁ 2 ANOS.</p> <p>RESULTADO: NÃO EXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA.</p>				
ENCAM. À REAB. PROF	AC. DO TRABALHO	AUX-ACIDENTE	ISENÇÃO CARÊNCIA	SUGEST. APOS. POR INVALIDEZ
NÃO	NÃO	-	NÃO	NÃO

- Laudo de Perícia Administrativa (Anexo 23 - Folha 25):

BENEFÍCIO	NB	REQTO	Ocupação	DATA DO EXAME
Auxílio - Doença	6034981143	152736556	-	11/11/2013
REQUERIMENTO (DER)	INÍCIO BENEF. (DIB)	INÍCIO DOENÇA (DID)	INÍCIO INCAPACIDADE (DIH)	CESSAÇÃO PREVISTA
30/09/2013	-	-	-	-
<p>HISTÓRICO: REQUERENTE REFERE QUE HÁ MAIS DE 3 MESES SENTIA LOMBALGIA COM IRRADIAÇÃO PARA O ME E PIORA PROGRESSIVA. FAZ USO DE ANTI-INFLAMATORIOS E ANALGÉSICOS, ALÉM DE TRATAMENTO FISIOTERÁPICO. RETORNA EM PR, APRESENTANDO O MESMO ATESTADO MÉDICO E A MESMA RNM JÁ RELATADAS NA PERÍCIA ANTERIOR. APRESENTOU ATESTADO MÉDICO EMITIDO POR DR. JOSÉ SUASSUNA (CRM-PB 4724) EM 30/09/2013, COM CID:10 M51.1. ACOMPANHANTE (FILHA) RECLAMOU DA POBREZA E DAS DIFICULDADES DE QUEM VIVE DO BOLSA RENDA.</p> <p>EXAME FÍSICO: CONSCIENTE, ORIENTADO, AFEBRE, ACIANÓTICO, EUPNEICO, ANICTÉRICO, COM BOM ESTADO GERAL. DEDO EXTRA-NUMERÁRIO EM MÃO E, APENDICULAR AO 5º DEDO. CV: ESCOLIOSE DORSO-LOMBAR, COM DOR À DIGITO-PRESSÃO DA COLUMNA LOMBAR, COM CONTRATURAS DA MUSCULATURA PARAVERTEBRAL LOMBAR E E SEM LIMITAÇÃO DE MOVIMENTOS DA COLUMNA VERTEBRAL. MARCHA COM CLAUDICAÇÃO LEVE, À ESQUERDA. SEM DIFICULDADE PARA SENTAR E LEVANTAR-SE. SEM OUTRAS ALTERAÇÕES DIGNAS DE NOTA AO EXAME MÉDICO PERICIAL.</p> <p>CONSIDERAÇÕES: REQUERENTE PORTADOR DE HERNIA DE DISCO LOMBAR, NO MOMENTO COM ALTERAÇÕES CLÍNICAS QUE LIMITAM, MAS NÃO INCAPACITAM PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ECONOMIA FAMILIAR. MANTENDO A DIETA ANTERIOR.</p> <p>RESULTADO: NÃO EXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA.</p>				
ENCAM. À REAB. PROF	AC. DO TRABALHO	AUX-ACIDENTE	ISENÇÃO CARÊNCIA	SUGEST. APOS. POR INVALIDEZ
NÃO	NÃO	-	NÃO	NÃO



- Laudo de Perícia Administrativa (Anexo 23 - Folha 26):

BENEFÍCIO	NB	REQTO	OCUPAÇÃO	DATA DO EXAME	
Auxílio - Doença	6087540800	162787688	-	16/12/2014	
REQUERIMENTO (DER)	INÍCIO BENEF. (DIB)	INÍCIO DOENÇA (DID)	INÍCIO INCAPACIDADE (DIH)	CESSAÇÃO PREVISTA	CID
01/12/2014	-	-	-	-	M54 -
<p>HISTÓRICO: REQUERENTE SE DECLARA AGRICULTOR, SEGURADO ESPECIAL. REFERE QUE HÁ MAIS DE 2 ANOS SENTE LOMBALGIA COM IRRADIAÇÃO PARA O ME E PIORA PROGRESSIVA. FAZ USO DE ANTI-INFLAMATORIOS E ANALGÉSICOS. APRESENTOU ATESTADO MÉDICO EMITIDO POR DR. DINALDO WANDERLEY (CRM-PB 6338) EM 23/11/2014, COM CID10 M51.1. APRESENTOU RNM DE COLUMNA LOMBAR DE 20/09/2013, COM LAUDO DE DR. LINCOLN FREITAS (CRM-PB 4884) INDICANDO ESFONDOLOSE INCIPENTE: DILATAÇÃO INTRANUCLEAR DOS DISCOS L4/L5 E L5/S1; HERNIA DISCAL EXTRUSA L5/S1 MIGRADA INFERIORMENTE À ESQUERDA, DETERMINANDO IMPORTANTE COMPRESSÃO SOBRE O SACO DURAL E REDUÇÃO DO FORAME NEURAL À ESQUERDA E COMPRESSÃO SOBRE A RAIZ DESCENDENTE DE S1 HOMOLATERALMENTE; DISCRETO ABaulAMENTO DISCAL EM L4/L5.</p> <p>EXAME FÍSICO: CONSCIENTE, ORIENTADO, AFEBRIL, ACIANÓTICO, EUPNÓICO, AMICTÉRICO, COM BOM ESTADO GERAL. DEDO EXTRA-NUMERADO EM MÃO E. APOICULAR AO 5º DEDO. CV: ESCOLIOSE DORSO-LOMBAR. SEM DOR À DIGITO-PRESSÃO, COM CONTRATURAS DA MUSCULATURA PARAVERTEBRAL LOMBAR E COM LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA DA FLEXÃO DA COLUMNA VERTEBRAL EM GRAU MODERADO, PELA DOR. MARCHA COM CLAUDICAÇÃO LEVE, À ESQUERDA, SEM DIFICULDADE PARA SENTAR E LEVANTAR-SE. SEM OUTRAS ALTERAÇÕES DIGNAS DE NOTA AO EXAME MÉDICO PERICIAL.</p> <p>CONSIDERAÇÕES: REQUERENTE PORTADOR DE AFECÇÃO CRÔNICA DE COLUMNA VERTEBRAL, NO MOMENTO SEM REPERCUSSÃO CLÍNICA QUE O INCAPACITE PARA O TRABALHO RURAL EM ECONOMIA FAMILIAR.</p> <p>RESULTADO: NÃO EXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA.</p>					
ENCAM. À REAB. PROF.	AC. DO TRABALHO	AUX-ACIDENTE	ISENÇÃO CARÊNCIA	SUGEST. APOS. POR INVALIDEZ	
NÃO	NÃO	-	NÃO	NÃO	

- Laudo de Perícia Administrativa (Anexo 23 - Folha 27):

BENEFÍCIO	NB	REQTO	OCUPAÇÃO	DATA DO EXAME	
Auxílio - Doença	6108109049	171154047	-	20/01/2018	
REQUERIMENTO (DER)	INÍCIO BENEF. (DIB)	INÍCIO DOENÇA (DID)	INÍCIO INCAPACIDADE (DIH)	CESSAÇÃO PREVISTA	CID
09/12/2016	07/01/2016	07/01/2016	07/01/2016	-	M411 Espondilolite
<p>HISTÓRICO: PERICADO AGRICULTOR, TEM VÍNCULOS CADASTRADOS ATÉ 01/2016 E ENCONTRA-SE EM B JUDICIAL DESDE ENTÃO, COMPREendendo HOJE PARA PNC). RELATA SER PORTADOR DE PROBLEMA NA COLUMNA, TIPO HERNIA DE DISCO E ARTROSE, RELATANDO SINTOMAS DE DOR EM REGIÃO LOMBAR IRRADIADA PARA ME DESDE 2013. APRESENTA RNM DA COLUMNA LOMBOSSACRA, DATA 06/11/2017, MOSTRANDO RETROLISTESE, DEGENERATIVA GRAU I DE L5 SOBRE S1, OSTEOFITOS MARGINAIS INCIPENTES, ABaulAMENTO DISCAL EM L4-L5, COMPLEXO DISCO-OSTEOFITÁRIO POSTERIO E DIFUSO EM L5-S1, REDUÇÃO DE AMPLITUDE DOS FORAMES DE L5-S1. REFERE USO DE RELIQUINOL E DEXA-CITOMEDURIN. ATESTADO DO DR. GILSON QUEIROZ CRM-PB 6231, ORTOPEDISTA, DATA 22/11/2017, RELATANDO M51.1, M54.4, M19.9 E M61.1.</p> <p>EXAME FÍSICO: PERICADO EM BOM ESTADO GERAL, ORIENTADO, NORMOCORADO, AFEBRIL, EUPNÓICO. COLUMNA VERTEBRAL: SEM DESVIOS À INSPEÇÃO, SEM POSIÇÕES ANTÁLGICAS, MOBILIDADE PRESERVADA, MUSCULATURA PARA-VERTEBRAL NORMOTENSA, SINAL DE LASÈGUE NEGATIVO BILATERALMENTE. MARCHA LIVRE. DEMAIS SISTEMAS SEM ALTERAÇÕES.</p> <p>CONSIDERAÇÕES: PERICADO PORTADOR DE ESPONDILITOSE E DISCRATIA LOMBAR, EVOLUINDO NO MOMENTO COM SEM ALTERAÇÕES FÍSICAS DETERMINANTES DE INCAPACIDADE, QUE JUSTIFIQUEM A MANUTENÇÃO DO ATUAL BI.</p> <p>RESULTADO: NÃO EXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA.</p>					
ENCAM. À REAB. PROF.	AC. DO TRABALHO	AUX-ACIDENTE	ISENÇÃO CARÊNCIA	SUGEST. APOS. POR INVALIDEZ	
NÃO	NÃO	-	NÃO	NÃO	



- Laudo de Perícia Administrativa (Anexo 23 - Folha 28):

BENEFÍCIO	NB	REQTO	OCUPAÇÃO	DATA DO EXAME
Auxílio - Doença	6290865386	197968946	-	22/08/2019

REQUERIMENTO (DER)	INÍCIO BENEF. (DIR)	INÍCIO DOENÇA (DID)	INÍCIO INCAPACIDADE (DIH)	CESSAÇÃO PREVISTA	CID
08/08/2019	-	-	-	-	F10.1 Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool - uso nocivo para a saúde

HISTÓRICO: REQUERENTE AGRICULTOR, SEGURADO ESPECIAL, REFERE QUE DESDE A INFÂNCIA TEM ATAQUES, COM DESMAIOS E MAL ESTAR. HAVIA MELHORADO, MAS VOLTARAM A ACONTECER (SIC). FOI USUÁRIO DE ALCÓOL ETÍLICO, MAS DIZ NÃO BEBER MAIS APÓS TER CONHECIDO OS ATAQUES. APRESENTOU ATESTADO MÉDICO EMITIDO POR DR. ANAXIMANDRO SARMENTO (CRM-PB 2217) EM 24/07/2019, COM CID10 F10.1.

EXAME FÍSICO: CONSCIENTE, ORIENTADO, AFEBRIL, EUPNEICO, ACIANÓTICO, ANCTÉRICA. COM BOA PERFUSÃO PERIFÉRICA E BOM ESTADO GERAL. RESPOSTAS COERENTES, COLABORATIVO, ATITUDE INDIFERENTE, HIGIENE E VESTUÁRIO ADEQUADOS. MARCHA LIVRE. SEM DIFICULDADE PARA SENTAR E LEVANTAR-SE. SEM OUTRAS ALTERAÇÕES DIGNAS DE NOTA AO EXAME MÉDICO PERICIAL.

CONSIDERAÇÕES: REQUERENTE PORTADOR DE TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO, SOB APARENTE CONTROLE MEDICAMENTOSO. NO MOMENTO NÃO APRESENTA ALTERAÇÕES AO EXAME MÉDICO PERICIAL QUE JUSTIFIQUEM O AFASTAMENTO DO TRABALHO RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.

RESULTADO: NÃO EXISTE INCAPACIDADE LABORATIVA.

ENCAM. À REAB. PROF	AC. DO TRABALHO	AUX-ACIDENTE	ISENÇÃO CARÊNCIA	SUGEST. APOS. POR INVALIDEZ
NÃO	NÃO	-	NÃO	NÃO

Laudo(s) Pericial(is) Judicial(ais) relativo(s) a outro(s) processo(s) (atuação do mesmo perito):

Nr. Processo: 0502794-65.2015.4.05.8202S (Último Anexo: 06/08/2015 17:23)
Nr. Antigo:
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor
Otávio Domingos de Oliveira

6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS:

O(A) periciado(a) NÃO se encontra com quadro clínico estável e não está apto(a) para praticar os atos ordinariamente exigidos pelo exercício da sua atividade laboral habitual.

7. QUESITOS DO JUIZ:

- 1) O(a) periciando(a) é ou foi paciente do Sr. perito?

Não.

- 2) O(a) periciando(a) foi devidamente identificado(a) mediante documento oficial com foto (RG, CPF, passaporte, etc.) e submetido(a) a exame clínico completo?

Sim.



- 3) O(a) periciando(a) é portador(a) de alguma **doença, lesão, sequela ou deficiência** (indicar qual a doença e o respectivo CID)? Desde quando? (indique o perito data provável).

O(a) periciado(a) é portador(a) de:

- Sequelas de outros traumatismos especificados do membro inferior (CID 10 - T93.8);
- Dor lombar baixa (CID 10 - M54.5);

Há 2 anos, conforme informações colhidas na ANAMNESE.

O(a) periciado(a) já foi portador(a) de:

- Fratura da extremidade proximal da tíbia (CID 10 - S82.1);

O(a) periciado(a) não é portador(a) de:

- Gastrite hemorrágica aguda (CID 10 - K29.0);
- Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com mielopatia (CID 10 - M51.0);

- 4) Em caso positivo, tal doença, lesão, sequela ou deficiência **incapacita** o(a) periciando(a), no momento atual, para o desenvolvimento de atividades laborativas?

Sim.

As questões contidas neste quadro (n. 5 a 17) somente devem ser respondidas caso a resposta ao quesito anterior (n. 4) tenha sido positiva, pela existência de incapacidade laborativa.

- 5) A incapacidade é **total** (inviabilizando toda e qualquer atividade laborativa) ou **parcial** (inviabilizando apenas algumas atividades laborativas)?

Total.

- 6) Caso a incapacidade seja **parcial, que tipos de atividade podem** ser exercidos pelo(a) periciando(a)? (Exemplificar).

Não se aplica.

- 7) **Qual o trabalho** exercido pelo periciado quando da constatação de sua incapacidade?

Ver o item 1. PREAMBULO.

- 8) A doença o **impede** para o exercício da atividade laborativa descrita na questão anterior (**sua atividade habitual**)? Como?

Sim. Pelas limitações físicas impostas pela(s) patologia(s).

- 9) Caso esteja desempregado(a), **pode o(a) periciando(a) desempenhar as profissões que já exerceu** no passado, mesmo acometido da doença alegada?

Não declarou outras profissões.



10) A doença apresentada pelo periciando o **incapacita para outras atividades laborativas diferentes** da sua habitual? Quais?

Sim. Para toda e qualquer atividade laboral. Trata-se de incapacidade total.

11) Qual a **data de início da incapacidade**? (Indicar uma data provável).

Desde 12 de fevereiro de 2021, conforme atestado médico (Anexo 8 - Folha 1).

12) Com que elementos o perito chegou à conclusão do quesito anterior?

Anamnese, exame físico e documentos médicos.

13) A incapacidade é **temporária** ou **permanente**?

Temporária.

14) Caso a incapacidade seja **temporária**, qual o **prazo ideal para tratamento** durante o qual o(a) periciando(a) não poderia trabalhar?

É possível estimar um tempo de recuperação de 6 (seis) meses, contados da data de realização desta perícia.

15) Caso a incapacidade seja **temporária**, que **tipo de tratamento** se mostra adequado para melhorar o estado de saúde do periciando? É necessário submetê-lo a **cirurgia** ou a **transfusão de sangue**? O **prognóstico** é favorável ou pessimista?

Tratamento medicamentoso e fisioterápico. O prognóstico é intermediário. Não é necessária transfusão sanguínea.

16) A incapacidade do(a) periciando(a) é **intermitente**?

Sim. A(s) patologia(s) é(são) passível(eis) de surtos de agudização.

17) O(A) periciando(a) é **passível de reabilitação** para o exercício de outra atividade profissional, tendo em conta a sua idade e condições socioeconômicas?

Sim. Após estabilização do seu quadro de saúde.

As questões contidas neste quadro (n. 18 a 18-b) somente devem ser respondidas caso a resposta ao quesito n. 4 tenha sido negativa, pela inexistência de incapacidade laborativa atual.

18) Embora não exista incapacidade laborativa no momento atual, o(a) periciando(a) **já esteve, NO PASSADO, incapacitado(a)** para exercer suas atividades laborativas?

Não se aplica.

18-a) Para qual(is) atividade(s) laborativa(s) esteve incapacitado o periciando no passado? **Exemplificar e** mencionar se esteve incapaz para a sua atividade habitual na época.

Não se aplica.

18-b) Qual foi a **data de início dessa incapacidade**? Quanto tempo durou tal incapacidade (**dia final ou período aproximado**)? Com que elementos o perito chegou a tal conclusão/datas/período?

Não se aplica.



19) As lesões, sequelas ou doenças de que se diz o(a) periciando(a) portador(a) são decorrentes de **doença profissional, doença do trabalho ou acidente de trabalho?**

Não.

20) As lesões são decorrentes de acidente de outra natureza (diverso de acidente de trabalho)?

Não se aplica.

21) Caso já consolidadas as lesões do periciando, ainda assim restaram sequelas que implicam **redução da capacidade** para o trabalho que habitualmente exercia?

Não se aplica.

22) No estágio em que se encontra a doença, há perigo de contágio no ambiente de trabalho do periciando?

Não se aplica.

23) Atualmente, a parte autora necessita da assistência permanente de outra pessoa? Tal enfermidade incapacita integralmente o autor para o desempenho de suas atividades diárias, tal como vestir-se, alimentar-se ou sair de casa sozinha para tratar de assuntos particulares? Fundamentar e indicar as tarefas em que há a necessidade de assistência permanente de outra pessoa.

Não. Não há incapacidade para as atividades da vida diária.

24) O(a) periciando(a) se submeteu a programa de reabilitação profissional? Em caso positivo, para que tipo de atividade laborativa o(a) periciando(a) foi reabilitado(a)? Houve recusa do(a) periciando(a) em se submeter ao programa de reabilitação profissional ou a alguma de suas etapas?

Não.

25) O(a) periciando(a) está acometido de: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS) e/ou contaminação por radiação (identificar e especificar com CID)?

Não.

26) Os dados objetivos do exame clínico estão em correspondência com as queixas apresentadas?

Sim.

27) Qual(is) o(s) elemento(s) utilizados(s) pelo perito para se chegar às conclusões acima (ex.: história da doença; atestados; exames complementares; declarações da parte; perícias médicas do INSS juntadas aos autos)?

Anamnese, exame físico e documentos médicos.

28) Preste o Sr. Médico Perito outras informações que considerar úteis ao esclarecimento da demanda, de forma clara e em linguagem acessível aos leigos.

Nenhuma.



8. QUESITOS DO AUTOR:

Não foram apresentados.

9. QUESITOS DO RÉU:

Não foram apresentados.



RONIVALDO DE OLIVEIRA BARROS





ORTOMED

CLÍNICA ORTOPÉDICA

Convênios com:
CAMED - UNIMED - CASSI - FUNASA

Paciente: Otávio Domingos de Oliveira
Data de nascimento: 21/Dez/1964
Médico(a) solicitante:

ID do paciente: PAT002829
ID do exame: ACCNO004980
Data do exame: 29/Fev/2020 08:44

RADIOGRAFIA DO JOELHO ESQUERDO

Realizadas radiografias simples nas incidências AP + perfil.

Material metálico de osteossíntese metadiafisária proximal tibial.

Textura normal dos elementos ósseos radiografados.

Irregularidades da tuberosidade anterior da tibia.

Redução dos espaços femorotibiais.

Dr. Fernando Eiji Higuti
CRM/SP 169.132

Laudado por: Dr. Fernando Eiji Higuti (CRM/SP 169.132)
Laudo emitido em: 29/Fev/2020 09:03

Dr. Fernando Eiji Higuti
CRM/SP 169.132

Aprovado por: Dr. Fernando Eiji Higuti (CRM/SP 169.132)
Laudo aprovado em: 29/Fev/2020 09:10

Responsável Técnico: Dra. Mirna Medeiros Noia Jacome Wanderley (CRM/PB 8140)





Dr Andrier Farias

CIRURGIA DO JOELHO E ARTROSCOPIA

Otávio Domingos de Oliveira.

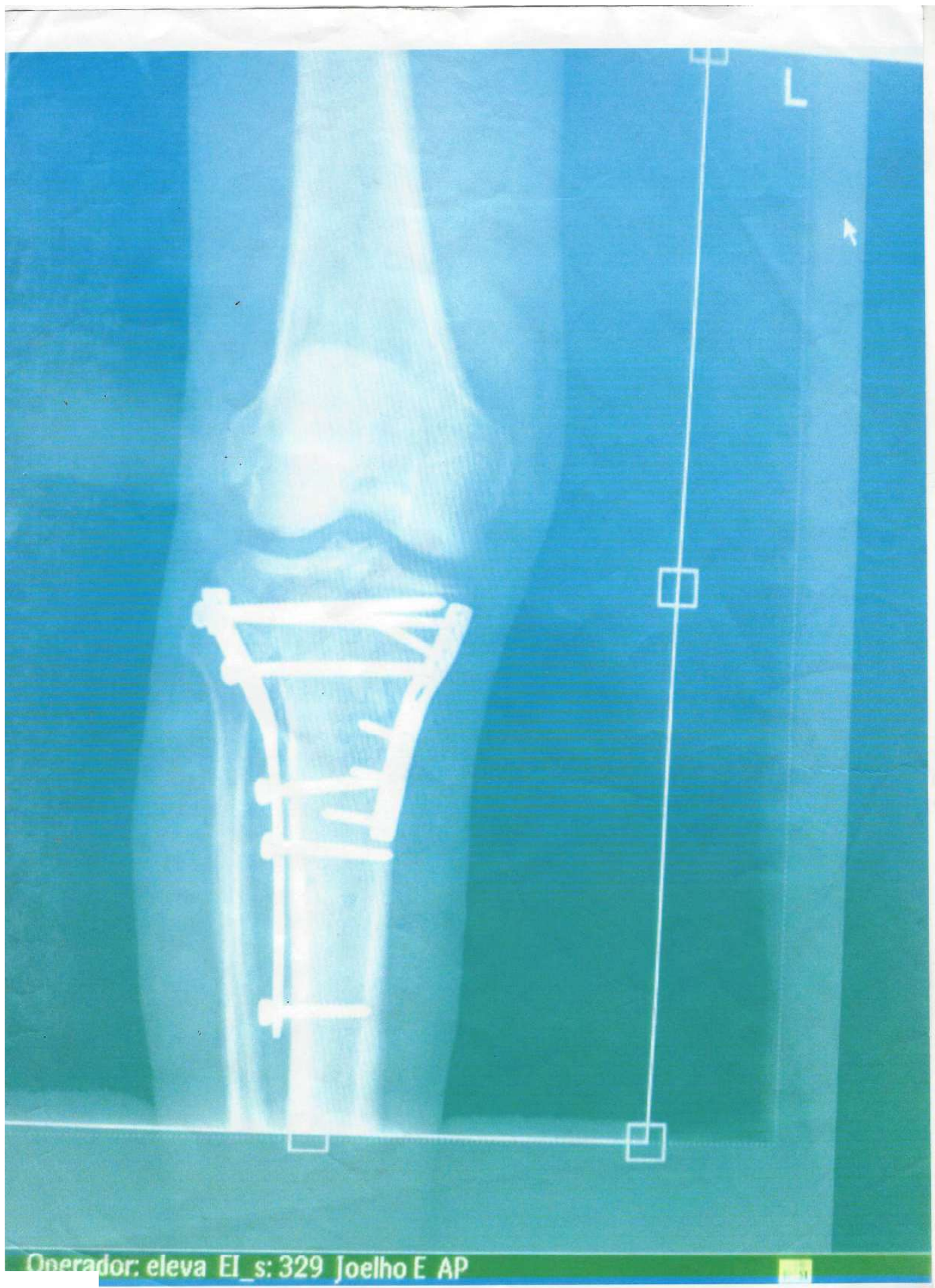
Sobito início de dor.

HD: Lesão do Manguito Rotador.

Dr. Andrier Farias
Ortopedia
CRM 5393

Ortotrauma Medical - R. Mirian B. Rabelo, 591, João Pessoa - PB, Tel: (83) 3578-3000
Clínica Dr Iran Campos - Av Dep Americo Maia, 971, Catolé do Rocha - PB. Tel (83)3441-1634







ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DE CATOLÉ DO ROCHA

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

Autor(a): OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I. RELATÓRIO

Trata-se de ação indenizatória proposta por **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambos qualificados nos autos.

A autora alegou que foi vítima de acidente de trânsito, em 04/09/2019, que lhe resultou fratura no joelho esquerdo.

Disse que o réu deferiu parcialmente o pleito indenizatório na via administrativa, pagando o valor de R\$2.531,25 (ID.30767270).

Requeru a procedência do feito, com a condenação do Promovido ao pagamento da indenização no valor máximo de R\$ 13.500,00.

Juntou boletim de ocorrência, relatório de atendimento hospitalar e laudo médico (ID.30767261).

Gratuidade judiciária concedida ao autor.



Citado, o promovido apresentou contestação (ID.39407777), alegando ausência de invalidez permanente e que o pagamento foi realizado na via administrativa. Requereu a improcedência dos pedidos.

Juntou documentos.

Impugnação à contestação (ID.40830919).

Laudo pericial (ID.50519772).

Ambas as partes se manifestaram sobre o laudo pericial.

É o relatório.

DECIDO.

-

II. FUNDAMENTAÇÃO

Da preliminar de inépcia da exordial

Argumenta a parte ré que a petição inicial é inepta porque a promovente deixou de apresentar laudo elaborado pelo IML, restando, assim, ausente documentação que quantifique a lesão apontada na inicial.

A presente preliminar não merece amparo, posto que o laudo do IML não constitui documento essencial para o ajuizamento da demanda.

Ademais, o art. 5º da Lei nº 6.194/74 define que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente.

Isto posto, deve-se entender que o autor produziu suficiente prova do acidente e do dano, pois trouxe à baila boletim de ocorrência e prontuários médicos.

Portanto, não merece prosperar a preliminar ora examinada.

Do mérito

Em princípio, vale ressaltar que o seguro DPVAT tem por objetivo garantir a satisfação de indenização das vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

Consequentemente, havendo comprovação de que as lesões ou morte sofridas tenham acontecido em decorrência do acidente de trânsito em que o promovente se envolveu, resta demonstrado o liame material passível de gerar indenização que persegue, em face da existência de vínculo entre as lesões/a morte e o sinistro ocorrido.

No caso em tela, a ocorrência do sinistro ficou comprovada através de boletim de ocorrência, relatório de atendimento hospitalar e laudo médico (ID.30767261) que demonstram que o autor foi atendido no hospital regional de SOUSA/PB em **04/09/2019** após acidente de motocicleta, havendo registro de lesão no membro inferior esquerdo.



Por sua vez, o laudo pericial acostado aos autos (ID. 50519772), produzido por perito judicial, atestou que a lesão vislumbrada no promovente tem origem de causalidade decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre, o qual ensejou “fratura do platô tibial esquerdo”, com subsequente tratamento cirúrgico da fratura.

O *expert* atestou a existência **de dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)**, do qual decorre “**déficit motor com limitação funcional do membro inferior esquerdo com deformidade e crepitação do joelho**”.

Ao cabo, o perito judicial fixou a existência de **incapacidade parcial e dano incompleto** no percentual de **25% (grau leve)** no segmento corporal acometido, qual seja, o **MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**.

Importa ressaltar que o fato de o perito não ter identificado o “grau” de invalidez em 75% ou 100%, de forma distinta do que apontou a autora em exordial ou do que consta em laudo médico particular, não significa que a perícia judicial se encontra eivada de vício, irregularidade ou incompletude.

Em verdade, significa tão somente que, na data da perícia judicial (22/10/2021), não subsistia invalidez em grau mais elevado do que aquele apontado no laudo pericial, uma vez que inexistia qualquer indício de que o perito é suspeito ou inapto ao desempenho da função.

Pois bem.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o dano pessoal por invalidez permanente, total ou parcial, coberto pelo seguro DPVAT, terá valor máximo de R\$13.500,00.

De acordo com a tabela referida no art. 3º, §1º, inciso I, posta pela Lei nº 11.945/2009, a invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa.

Por seu turno, o art. 3º, §1º, II, explicita que, nos casos de invalidez permanente parcial **incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I (através da tabela anexa), procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização, adotando-se o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), nos casos de incapacidade em “Grau leve”, como no caso em epígrafe.

Seguindo o percurso definido em lei para o cálculo indenizatório, deve-se levar em conta o percentual de 70% sobre o valor máximo da indenização (R\$13.500,00) para o caso de “perda anatômica e/ou funcional de um dos membros inferiores”, alcançando o valor de R\$9.450,00.

Em seguida, deve-se proceder à redução da quantia, utilizando o percentual de 25%, identificado por meio de perícia judicial, por meio do qual se obtém a **quantia indenizatória de R\$2.362,50 para a lesão parcial incompleta em grau leve identificada no membro inferior esquerdo do autor**.

Acontece que, no caso em tela, o réu foi capaz de comprovar que o pleito indenizatório já foi deferido e satisfeito, regulamente, na via administrativa, o que ensejou o pagamento, em favor da autora, da quantia de R\$2.531,25 (vide comprovante no ID.30767270).

Ademais, o laudo pericial produzido judicialmente demonstra que **não houve agravamento** da incapacidade parcial e incompleta do joelho direito da autora. Tanto é que o *quantum* indenizatório, conforme cálculo detalhado *supra*, alcançou semelhante montante pago pelo réu na via administrativa no ano de 2020.



Isso é dizer que o pleito de indenização pela invalidez parcial incompleta do joelho direito já se encontra satisfeito e, por isso, não cabe a este Juízo condenar o réu ao pagamento em duplicidade.

Inexistindo também agravamento da invalidez parcial, não há quantia a ser complementada pela parte ré, que já adimpliu o valor total da indenização devida.

III. **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, com base em tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO**, extinguindo o feito com resolução de mérito.

Ante a sucumbência, condeno o autor ao pagamento de custas e honorários, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 85, CPC. Os valores ficarão com exigibilidade suspensa em razão da gratuidade judiciária.

Se houver interposição de recurso voluntário, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal e, independentemente de nova conclusão, remetam-se os autos ao E. TJ/PB.

Sentença publicada eletronicamente.

Registre-se.

Intimem-se.

Decorrido o prazo recursal sem recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se.

CATOLÉ DO ROCHA, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Fernanda de Araujo Paz – Juíza de Direito



EM ANEXO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

Processo nº 0801311-66.2020.8.15.0141

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, neste ato representado por seus advogados devidamente constituído, da presente ação de **AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

IMPUGNAÇÃO AO LAUDO MÉDICO PERICIAL
--

expondo e requerendo o quanto segue:

01. O laudo pericial apresentado pelo *expert* foi contraditório, pois, constatou que o membro inferior esquerdo que o autor possui acometido encontra-se limitado em grau leve 25%". Ora Excelência, diferentemente do afirmado pelo expert, todos os exames, laudos e procedimentos o qual o Autor se submeteu foram devidamente carreados na exordial, contrariando, deste modo, sua afirmação, sendo insuficientemente claro para o adequado equacionamento.
02. Compulsando minuciosamente os autos, é de se perceber que o promovente comprovou documentalmente todos os pontos fundamentalmente legais e necessários para condenação da promovida, em razão de acidente de transito sofrido, sobretudo o Laudo Pericial Medico atestando lesão permanente em **(75%) (Id. 30767265)**.
03. **Cabe ainda esclarecer que justamente em virtude do acidente supracitado, considerando a situação clinica do autor e os documentos médicos que comprovam sua invalidez, o INSS entendeu por bem a concessão de auxilio acidente, conforme documento em anexo, o que**



demonstra e comprova que a invalidez do autor não sendo portanto de natureza leve a apenas (25 %) como aponta o perito, restando-se pois contraditório o laudo médico do perito.

04. É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

05. Pelo exposto, a parte autora impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados procedentes.

06. Portanto, **requer-se o julgamento da lide para:**

- a) **CONDENAR** o promovido em indenizar, de forma proporcional, o promovente em razão da invalidez permanente parcial derivada no acidente de trânsito ocorrido no dia 04/09/2019, devidamente provada em Laudo Pericial Medico atestando lesão média (75%);
- b) **CONDENAR** o promovido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.

Nestes termos,

Espera deferimento

Riacho dos Cavalos/PB, (data do protocolo digital)

MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA

OAB/PB nº 28.423



Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Nit: 1065277927-9

Aps: 13.0.21.050 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CATOLÉ DO ROCHA

Número do Benefício: 633902161-5

Data de Concessão do Benefício: 24/04/2021

Comunicamos que lhe foi concedido **AUXILIO ACIDENTE PREVIDENCIARIO (36)** número **633902161-5** requerido em **22/01/2021** com renda mensal de **R\$ 550,00** com início de vigência a partir de **23/01/2021**.

Quem pediu o pagamento do benefício em conta corrente ou poupança, deve olhar o extrato da conta. Quem não fez essa opção, deve ir ao banco indicado abaixo, levando obrigatoriamente o documento de identificação usado para pedir o benefício. Os próximos pagamentos serão realizados no **1º** dia útil de cada mês.

Mantenha seus dados atualizados. Se precisar alterar nome, telefone, e-mail ou endereço, acesse o Meu INSS ou entre em contato pelo telefone 135.

Dados do Pagamento do Benefício

Órgão Pagador / Agência Bancária: 3518 / CAIXA - CATOLE DO ROCHA/PB

Endereço: RUA DEPUTADO AMERICO MAIA, 10 - CENTRO

Após o saque do primeiro pagamento, do PIS/PASEP ou FGTS, não será mais possível renunciar ou reverter os benefícios de aposentadoria (seja aposentadoria por idade, tempo de contribuição ou especial).



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/aberto/autenticidade/>
com o código 211129I0ICE854



EM ANEXO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 16/11/2021 14:00:41

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21111614004400000000014784378>

Número do documento: 21111614004400000000014784378

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	30/12/2019
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:	
----------------------	--

VALOR TOTAL:	1.687,50
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000011714-1

Nr. da Autenticação D65F090B8981742A



BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: DOC / TED

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 18/02/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000011714-1

Nr. da Autenticação FD2A21BB227EBACC



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

Descrição do exame físico: AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Resultados terapêuticos: PACIENTE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DE FORMA GRAVE EM JOELHO ESQUERDO

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) JOELHO ESQUERDO

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 07/02/2020

Conduta mantida: Não

Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA POR DANO MODERADO DO JOELHO ESQUERDO, COMPLEMENTAR PAGAMENTO POR DANO GRAVE DO JOELHO ESQUERDO.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: @1

SINISTRO COM PAGAMENTO - VÍTIMA INDENIZADA POR AMD EM 20/12/2019 APRESENTA NOVO RELATÓRIO MÉDICO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0452990/19

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF: 396.353.764-72

Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A

Data do acidente: 04/09/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA : 048.720.414-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA : 396.353.764-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 16/12/2019
Nome: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA
CPF: 048.720.414-02

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 16/12/2019
Nome: JANE APARECIDA COSTA
CPF: 619.395.799-53

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

JANE APARECIDA COSTA



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE JOELHO ESQUERDO.

**Documentos
complementares:**

Observações: PÁG 07/08_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE JOELHO ESQUERDO.

**Documentos
complementares:**

Observações: PÁG 07/08_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15266492





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000003518**

Conta: **0000011714-1**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00353/00354 - carta_02 - INVALIDEZ

00030177



Carta nº 15453234



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 16/11/2021 14:00:42

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2111161400440000000014784379>

Número do documento: 2111161400440000000014784379



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Recebedor: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**

Valor: **R\$ 843,75**

Banco: **104**

Agência: **000003518**

Conta: **0000011714-1**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Cláudio Domingos de Oliveira 6 - CPF: 396.353.764-72
7 - Profissão: Não informado 8 - Endereço: Sítio Galea 9 - Número: 512 10 - Complemento: Casa
11 - Bairro: Zona Rural 12 - Cidade: Rio das Cascas 13 - Estado: Pernambuco 14 - CEP: 58.870-000
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): (83) 9.9933-0943

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 5538 CONTA: 11734 3

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Catalão de Rocha 09-12-2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

16/11/2021



**Lauda de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Número do Sinistro: 3190701544
Nome do(a) Examinado(a): Otavio Domingos de Oliveira
Endereço do(a) Examinado(a): Sítio Jaleco, S/N
Area Rural Riacho dos Cavalos PB CEP: 58870-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SEM DOCUMENTO /]
Data local do acidente: [04/09/2019]
Data local do exame: [07/02/2020] Pombal [PB]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva o(s) diagnóstico(s) da(s) lesão(ões) efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado:

FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

- II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

Tratamento: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 04/09/2019 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO. O MESMO FOI SUBMETIDO A LIMPEZA, DESBRIDAMENTO, REGULARIZAÇÃO DE PARTES MOLES, ANTIBIOTICOTERAPIA E IMOBILIZAÇÃO. NO DIA 11/09/2019 FOI SUBMETIDO A TOMOGRAFIA DEVIDO A GRAVE ACOMETIMENTO ARTICULAR EVIDENCIANDO FRATURA FRAGMENTADA DA REGIÃO MEDIA EPIFISÁRIA PROXIMAL DA TÍBIA ALÉM DE DERRAME ARTICULAR IMPORTANTE. NO DIA 26/09/2019 FOI REALIZADO FIXAÇÃO INTERNA DE FRATURA COM USO DE PLACA 4.5 MM EM L MAIS PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS E PLACA 4.5 MM CONVENCIONAL COM PARAFUSOS CORTICAIS, RECEBEU ALTA APOS 24 HORAS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 20 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

Complicações: PACIENTE APRESENTA AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SINTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Data da Alta: 27/09/2019

- III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado:

AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SINTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

- IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

(X) Sim () Não

- V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)

(X) Sim () Não

- VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM
BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO
DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°
ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM
DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II**

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b"

- VII. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

() "Sem sequelas permanentes"

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

JOELHO - Lado Esquerdo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio (X) 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

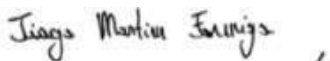
Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

- VIII. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)

Carimbo com Nome e CRM


Dr. Tiago Martins Formiga
Ortopedia e Traumatologia
8085 CRM-PB / 24411 CRM-PE
TEOT 14830



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 16/11/2021 14:00:42

https://pje.tipb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2111161400440000000014784379

Número do documento: 2111161400440000000014784379



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL N° 1089/2019

Natureza da ocorrência: ACIDENTE COM MOTO

Data do fato: 04/09/2019 hora: 19h20min

Notificante: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, alcunha "****",
Nacionalidade: Brasileiro, naturalidade: Riacho dos Cavalos-PB,
nascido em 27/12/1964, documento: CPF N° 396.353.764-72 RG N°
983.392-SSP/PB, filho de Jacira Maria de Oliveira e de Sebastião
Felipe de Oliveira, endereço: Sítio Jaleco-Zona Rural de riacho dos
Cavalos-PB, referência: 83-99833-0973.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: HOMERO PERAZZO FILHO

Vítima: ***, alcunha "****", Nacionalidade: ***, naturalidade: ***,
idade: ** ***, nascido em **/**/**, cor/raça: *****, Estado
Civil: *****, Profissão: ***, Escolaridade: *****,
documento: ***, filiação: *** e de ***, endereço: ***** ***,
referência: ***. Tel/Cel: (**) **;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE, em data de
04/09/2019, às 19h20min, conforme ficha de atendimento
médico/ambulatorial do Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB,
onde consta que este notificante foi vítima de acidente com moto,
quando conduzia sua moto de marca HONDA/CG 150 TITAN KS, de cor
preta, ano/modelo 2009/2009, CHASSI N° 9C2KC15109R033476, de
placas MON-3103/PB, registrada em nome de JANDIVAN CARNEIRO DE
ANDRADE, portador do CPF n° 041.861.954-98, pela via urbana de
nome Rua do alto situada na cidade de riacho dos Cavalos-PB, foi
deixar sua esposa em uma clínica para realizar um sessão de
fisioterapia, e no retorno para sua residência, quando foi
surpreendido por um veículo puxando um reboque que atravessou na
frente deste notificante onde veio a colidir no reboque senso
jogado de cima de sua moto, onde houve uma fratura exposta da
perna esquerda em vários locais, sendo socorrido por terceiros
para o Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, devido a gravidade
do acidente, foi transferido para o Hospital Regional da cidade de
sousa, onde passou por procedimentos hospitalares. Por esse motivo
comunica o fato e pede providências. Nada mais a consignar.

Catolê do Rocha, 13 de novembro de 2019. Às 15:50 horas.

Otavio Domingos de Oliveira

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
José Carlos da Silva Filho
Matrícula: 135.602-0





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Elcio Domingos de Oliveira 6 - CPF: 396.353.764-72
7 - Profissão: não informado 8 - Endereço: Sítio Galea 9 - Número: 512 10 - Complemento: casa
11 - Bairro: Zona Rural 12 - Cidade: Rio de Janeiro 13 - Estado: Pernambuco 14 - CEP: 58.870-000
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): (83) 9.9933-0943

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 5538 CONTA: 11734 3

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA: CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairasões)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Catalão de Rocha 09-12-2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

16/11/2021



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, CLEMILDA MARIA DE SOUS,

RG nº 002.309.898, data de expedição 10/07/2019, Órgão SSP/RN,

CPF Nº 048.720.414-02, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	RUA AUSTOR GONÇALVES DINIZ
Número	445
Apto / Complemento	CASA
Bairro	TANCREDO NEVES
Cidade	CATOLÉ DO ROCHA
Estado	PARAIBA
CEP	58884-000
Telefone de contato	(83)9.9936-1763 / 9.9833-0973
E-mail	jadrianomaia@hotmail.com

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CATOLEÉ DO ROCH-PB 05 / 10 / 2019

Assinatura do Declarante: Clemilda Maria de Sousa





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAP².

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, TEM POR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA LEI Nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Clemilda Maria de Sousa
inscrito (a) no CPF/CNPJ: 048.720.434 / 02 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário
Marcia Domingos de Oliveira inscrito (a) no CPF sob o Nº 396.353.764 / 72
do sinistro de DPVAT cobertura Invalidadez da Vítima Marcia Domingos de Oliveira
inscrito (a) no CPF sob o Nº 396.353.764 / 72, conforme determinação da Circular Susep 445/12:
Declaro Profissão: não informado Renda: 0.00 e apresento os documentos comprobatórios:
☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço:	Número:	Complemento:
<u>Rua Cláudio Gonçalves Diniz</u>	<u>445</u>	<u>casa</u>
Bairro:	Cidade:	Estado:
<u>Parque das Ruínas</u>	<u>Catalão da Rocha</u>	<u>Pernambuco</u>
E-mail:		CEP:
		<u>58.884-000</u>
		Tel. (DDD):
		<u>8319.9833-0973</u>

Local e Data: Catalão da Rocha - 09 / 12 / 2019

Clemilda Maria de Sousa

Assinatura do Declarante

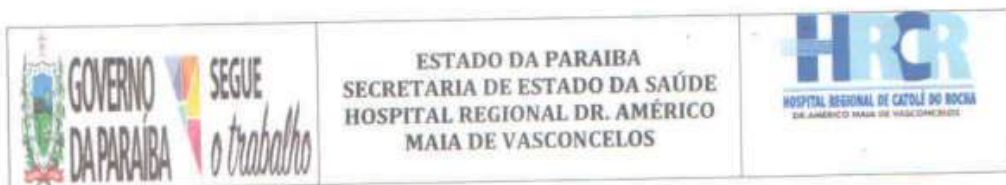
DLDR001 V001/2017



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 16/11/2021 14:00:42

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2111161400440000000014784379>

Número do documento: 2111161400440000000014784379



Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: Nº 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giulda Darllen A. R. Monteiro
Diretora Geral
Giulda Darllen de Fretes Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão – Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
Email: Tel (83)3441-2280



CNES: 2592460 CNPJ: 08.778.259/0001-50
NOME: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS
ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO
CIDADE: CATOLE DO ROCHA ESTADO: PARAIBA UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Mae: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA

Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA Sexo: M

Profissao: SITIO JALECO Num: Fone: (83)9996-9113

Endereco: ZONA RURAL

Cidade: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804

CNS: 700-0080-4244-0907 Identidade: Reg. Nasc.: Recepcionista: JACQUIRA DE O. LIMA

CPF: 04/09/2019 19:36:41 Ficha Numero: 93857 CID-10: 31634

SPO 2: FC: TEMP: HGT: PA: ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

*paciente infeliz, acidentado
mto e na rodovia. Apresenta
lesões com avulsões e fraturas,
e ferimentos em membros*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS 99

01 - Eletivo 02 - Urgência
03 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa
04 - Acidente no trajeto para o trabalho
05 - Outras lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos

PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO *Doença de fratura* CID-10

MEDICAÇÃO ENCAMINHAMENTO

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

CPF: 034.332.804-50

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6060-4149-5135

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU REPRESENTANTE

Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Let:

[illegible][illegible]

MAT.: 134. 455
 Nome: Otávio Domingos de Oliveira
 Data: 27/12/69 Est. Civil: Solteiro Resp.: Valéria do Pinho Oliveira
 Endereço: Rua J. D. Queiroz Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ
 Médico Assistente: Dr. Diego Clínica: Cirurgia Ortopédica
 Data de Internação: 05/09/2019 Peso: Temperatura: P.A.:

AMNESE:

Queixa Principal:

Dor em Joelho E.

História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente motociclistico dia 04/09/19
 a 18h. Tendo fratura em joelho esquerdo.
 Apresentando dor local e impossibilidade
 de andar e carga peso.

Exame Físico:

BGG, Glasgow 15
 NVC.
 edema + 1+ joelho E.
 flictema.
 Sutura em G. proximal tibia E.
 Curativo seco - rasado.
 Tolo inguim podalica

Diagnóstico:

Tratamento:

FRATURA PUANT TIBIAL E. (experto).
 CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Dr. Thiago S. Mendes
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM/PE 20352 1607 15149





SUS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO - AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

CÓDIGO DA UNIDADE: 2613475CNPJ: 08.778.267/0027-08

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA B. GATO PRETO N.º 433 CEP: 58.802.180.

MUNICÍPIO: SOUSA ESTADO: PARAIBAUF: PB

PACIENTE:

Chelise Domingos da Silva

SUS: 100.00904244 IDADE: 54 SEXO: F RACA: H

DATA NASC: 27.12.64 PROFISSÃO: Auxiliar

ENDEREÇO: Rua: João Paulo de Sousa

BAIRRO: Zona Rural MUNICÍPIO: São João dos Ramos

ESTADO: PB CEP: DOCUMENTO:

DATA DO ATENDIMENTO: 05/01/19 COD. MUNICÍPIO:

CONTATO () Mãe

Acompanhante:

ANAMNESE DE EXAME FÍSICO SUMÁRIO:

Paciente em estado de HES apresentando de coloração rosada em face e de 1º grau com história de síndrome metabólica há 04/09/19 há 18h. Foi realizado exame de urina e urina com presença de proteinúria e glicose na urina. Paciente em estado de HES.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:
NATUREZA DA CONSULTA
CONSULTA BÁSICA (PAB):
CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
☐ 02- PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
☐ 03- CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
☐ 04- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERENCIA PARA OUTRA
☐ 05- VACINAÇÃO DE ROTINA
☐ 06- VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (CURTO OU LONGO PRAZO)
☐ 07- VACINAÇÃO DE CAMPANHA
☐ 08- PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERENCIA PARA OUTRA
☐ 09- CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERENCIA PARA OUTRA UN

RECUPERAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

- ☐ 01- PRESCRITAÇÃO DE MEDICAMENTO
☐ 02- APLICAÇÃO DE OUTRO HOSPITAL
☐ 03- OUTRO HOSPITAL
☐ 04- OUTRO HOSPITAL
☐ 05- OUTRO HOSPITAL
☐ 06- OUTRO HOSPITAL
☐ 07- OUTRO HOSPITAL
☐ 08- OUTRO HOSPITAL
☐ 09- OUTRO HOSPITAL

SERVIÇOS REALIZADOS

IDADE

Recepção: 10932.1001.1549

ASS. DO(S) ADMISSÃO - (S) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO





HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

Estado da Paraíba
HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Marcelo Domingos de Oliveira Idade: 54a Cor: Enfermeiro: 03 Leito: 02 Categoria: Urgência

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
02/11/2021	1) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	2) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	3) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	4) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	5) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	6) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	7) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	8) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	9) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	10) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	11) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	12) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	13) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	14) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	15) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	16) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	17) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	18) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	19) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	20) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	21) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	22) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	23) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	24) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	25) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	26) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	27) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	28) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	29) Dor leve	15h	Segunda vez
02/11/2021	30) Dor leve	15h	Segunda vez

Dr. Antônio Soares de Brito
MÉDICO - CRM 2126
C.R.C. 000441983

Suelio
da Costa

Dr. Antônio Soares de Brito
MÉDICO - CRM 2126
C.R.C. 000441983

Nome do Paciente		Nº Promedário	
Oliveira Dantas de Oliveira		134455	
Data Operação	Enf.	Leito	
06/09/19			
Operador	1.º Auxiliar		
José Luiz			
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Rafaela			
Diagnóstico Pré-Operatório			
Fratura exposta platô tibial @			
Tipo de Operação			
LMC + FE			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRICAO DA OPERACAO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral

- Pericóteo e nariz
- Inspeção e anti-sepsia
- Afecções do campo rotatório
- Linfag exortativa ou clareado de drenagem + S.O. 9%
- Afecção de fixação externa transcutânea
- Linfag
- Curatela

Dr. Daniel B. Cav. 1-1955
Ortopedia e Traumatologia
C.M. PP 9248



Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Otávio Domingos de Oliveira			134455
Data Operação	Enf.	Leito	
26/9/19			
Operador	1.º Auxiliar	Instrumentador	
Dr. TIAGO	Dr. DIEGO		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar		
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Dr. ALBERTO			
Diagnóstico Pré-Operatório			
fratura exposta platô tibial @.			
Tipo de Operação			
osteossintese platô tibial @.			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
SIM			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

Pele DOCP Requiemetosis
Anestesia e antiseptia
gelo no local.

Incisão em duplo V no sulco @ 1 metro
distal e entrompedal.
Dissecção por planos.
Redução da fratura e fixação el. de
placa (distal e medial).
estabilização.

Sutura do T. posterior @ - tinha ry
Ligam. 7 e 8.
Sutura por planos
e curativo antiseptico
Retirado o gesso
por curativo antiseptico

Dr. Diego S. Santiago
Especialista em Traumatologia
R. 15149



Relatório Médico

Paciente **Otávio Domingos de Oliveira**, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho dos Cavalos- PB no dia 04/09/2019 com BO de número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observo presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no MIE. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Sousa, 22.01.2020

Dr^a **Luiziane Lira N. Fontes**

Médica
CRM/PB-8445

Luiziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

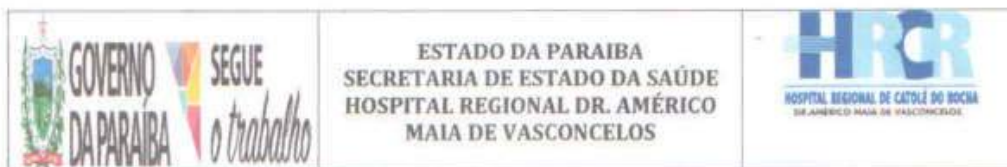


Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD + hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sousa, 22.01.2020

Drª Luiziane Lira M. Fontes
Médica
CRM/PE-8445
Luiziane Lira Nobre Fontes
CRM: 8445 - PE





Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: N° 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen A. R. Monteiro
Diretora Geral
Giula Darllen de Fretes Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão – Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
Email: Tel. (83)3441-2280





ESTA É DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLE DO ROCHA - PB
FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL



GOVERNO DA PARAIBA

Vivir o trabalho

CNES: 2592460 CNPJ: 08.778.268/0001-60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS

ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO

CIDADE: CATOLE DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Mae: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA

Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA

Sexo: M

Profissao:

SITIO JALECO

Num.:

Endereco: ZONA RURAL

Fone: (83)996-9113

Cidade: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804

CNS: 700-0090-4244-0907

Identidade:

CPF: 04/09/2019 19:36:41

Reg. Nasc.:

Data / Hora:

Recepcionista: JACQUIRA DE O LIMA

Ficha Número: 93857

31634

SPO 2:

FC:

TEMP:

HGT:

PA:

ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

paciente vítima de acidente de trânsito com lesões em ambas as pernas e tornozelos.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

99

01 - ELETIVO 02 - URGENCIA CARÁTER DO ATENDIMENTO
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS
PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO

CID-10

MEDICAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

1. PRESCRITA

OBSERVAÇÃO

RESIDENCIA

INTERNAÇÃO

2. APLICADA

OUTRO HOSPITAL

ÓBITO

OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1. 030106006-1
2. 030106006-1
3. 030106006-1

Dr. Carlos Antonio de Sousa Nunes
Médico - Todos Profissionais Assistentes - Carimbos

CPF: 034.332.804-60

Médico / Crm / Cns

CBO

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6060-4149-5135

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Polígrafo Direto

X Carlos Antonio de Sousa Nunes
ASS. REVISOR TÉCNICO - Carimbo ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - Carimbo

RELATORIO DE ENFERMAGEM

Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Leito:

[illegible]

SINAIS VITAIS

[illegible]

NAT: 134. 455

Nome: Clotilde Domingos de Oliveira Bloco: 1 Apt.: 1 Leito: 1
Data: 27/12/69 Est. Civil: solteira Resp.: Voluntária do Plano Alpinos
Pais: Pitris J. J. J. Cidade: Rio de Janeiro Est.: PR
Médico Assistente: D. Diego Clínica: Ortopedia
Data de Internação: 05/09/70 19 Peso: 50 Temperatura: 36,5 P.A.: 110/70

ANAMNESE:

Queixa Principal:

Dor em joelho E.

História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente automobilístico dia 01/09/69
às 18h. Tendo fratura em joelho esquerdo.
Requerendo de dor local e impossibilidade
de andar e carga etc.

Exame Físico:

BEC, Glasgow 15

NVC

edema + er. joelho E.

flic. fem.

Sutura em g. proximal tibia E.

Curativo seco - sang.

Tolo. inguim podalica

Diagnóstico:

Tratamento:

FRATURA PLAT. TIBIAL E. (experto).
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Dr. S. S. S. S.
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PE 4052 REG. 15149





Estado da Paraíba

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Mariano Domingues da Moura Idade: 54a Cor:
Enfermeira: 03 leito: 02 Categoria: Ulipredia

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
07/08/85	1) Dext. 100ml 2) Sol. 100ml 3) Sol. 100ml 4) Sol. 100ml 5) Sol. 100ml 6) Sol. 100ml 7) Sol. 100ml 8) Sol. 100ml 9) Sol. 100ml 10) Sol. 100ml 11) Sol. 100ml 12) Sol. 100ml 13) Sol. 100ml 14) Sol. 100ml 15) Sol. 100ml 16) Sol. 100ml 17) Sol. 100ml 18) Sol. 100ml 19) Sol. 100ml 20) Sol. 100ml 21) Sol. 100ml 22) Sol. 100ml 23) Sol. 100ml 24) Sol. 100ml 25) Sol. 100ml 26) Sol. 100ml 27) Sol. 100ml 28) Sol. 100ml 29) Sol. 100ml 30) Sol. 100ml 31) Sol. 100ml 32) Sol. 100ml 33) Sol. 100ml 34) Sol. 100ml 35) Sol. 100ml 36) Sol. 100ml 37) Sol. 100ml 38) Sol. 100ml 39) Sol. 100ml 40) Sol. 100ml 41) Sol. 100ml 42) Sol. 100ml 43) Sol. 100ml 44) Sol. 100ml 45) Sol. 100ml 46) Sol. 100ml 47) Sol. 100ml 48) Sol. 100ml 49) Sol. 100ml 50) Sol. 100ml 51) Sol. 100ml 52) Sol. 100ml 53) Sol. 100ml 54) Sol. 100ml 55) Sol. 100ml 56) Sol. 100ml 57) Sol. 100ml 58) Sol. 100ml 59) Sol. 100ml 60) Sol. 100ml 61) Sol. 100ml 62) Sol. 100ml 63) Sol. 100ml 64) Sol. 100ml 65) Sol. 100ml 66) Sol. 100ml 67) Sol. 100ml 68) Sol. 100ml 69) Sol. 100ml 70) Sol. 100ml 71) Sol. 100ml 72) Sol. 100ml 73) Sol. 100ml 74) Sol. 100ml 75) Sol. 100ml 76) Sol. 100ml 77) Sol. 100ml 78) Sol. 100ml 79) Sol. 100ml 80) Sol. 100ml 81) Sol. 100ml 82) Sol. 100ml 83) Sol. 100ml 84) Sol. 100ml 85) Sol. 100ml 86) Sol. 100ml 87) Sol. 100ml 88) Sol. 100ml 89) Sol. 100ml 90) Sol. 100ml 91) Sol. 100ml 92) Sol. 100ml 93) Sol. 100ml 94) Sol. 100ml 95) Sol. 100ml 96) Sol. 100ml 97) Sol. 100ml 98) Sol. 100ml 99) Sol. 100ml 100) Sol. 100ml	12h	12h

Graphic Design Firm - Chicago, IL



HRS			
Nome do Paciente: Otávio Damascos de Oliveira			Nº Prontuário: 134455
Data Operação: 06/09/19	Znf.	Leito	
Operador: David Braga		1.º Auxiliar	
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiista: Ralfo	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório: Fratura exposta plavio tibial @			
Tipo de Operação: LMC + FE			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral

- Pericóteo e DOR
- Anestesia e anti-sépsis
- Aposição do campo cirúrgico
- Linfex exortiva cu Clarexide cloroxato + SF0,9%
- Aposição de fixador externo transarticular
- Linfex
- Curativos

Dr. Daniel B. C.
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM-PR 9248



Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Otávio Domingos de Oliveira			134455
Data Operação	Enf.	Leito	
26/9/19			
Operador	1.º Auxiliar	Instrumentador	
Dr. TIACO	Dr. DIEGO		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar		
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Dr. Albert			
Diagnóstico Pré-Operatório			
fratura exposta platô tibial @.			
Tipo de Operação			
osteossintese platô tibial @.			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
SIM			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

Pick DOKE Requerimentos
 Anestesia e analgesia
 gaseotomia
 Incisão em duplo V no sulco @ 1 metro
 lateral e enfundada.
 Drenagem por placas
 Redução da fratura e fixação el. de
 placa lateral e medial.
 estabilização
 Sutura do T. potetor @ - tinto ru
 Sutura do T.
 Sutura por placas
 Sutura do tendão
 Retração gaseotomia
 Ar. curativo aberto

Dr. Diego S. Santiago
 Traumatologia
 CRP 15149





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PREST. Nº: 002.309.898 DATA DE EXPIRAÇÃO: 10/07/2019

IDENTIFICADO: CLEMILDA MARIA DE SOUSA

PRACÇÃO: RAIMUNDA MARIA DE SOUSA

NATURALIDADE: CATOLE DO ROCHA PE

DATA DE NASCIMENTO: 19/03/1979

RG: 1248 RG-6635

CPF: 1043.729.414-02

DATA DE EMISSÃO: 10/07/2019

ASSINATURA: [Assinatura]

BRASIL Zelandia do Norte

CPF: 1043.729.414-02

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO - CERTIFICADO DE PERÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - I

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

ASSINATURA DO TITULAR: Clemilda maria de Sousa

CARTERA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

DETRAN - PB Nº 012506509048
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA - RENAVAM - RST - 20161300001802-1
1 0014627771-6 00/00000000 2016

NOME
JANDIVAN CARNEIRO DE ANDRADE
CPF / CNPJ
04186195498
PLACA
MON3103/PB
PLACA ANT. / UF
NOVO PB 9C2KC15109R033476

ESPÉCIE / TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO-APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA
MARCA / MODELO HONDA/CG 150 TITAN KS ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2009
CAP. POT. / CIL. 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC DCL. PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1ª VENC. / COTAS
IPVA PAGO EM 21/03/2016 1ª
FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2ª
A ***** 0 3ª
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IGP (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO PAGO 21/03/2016

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATÓRIO
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

RIACHO DOS CAVALOS-PB DATA
14001 08/04/2016
33928

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA TRANSPORTADA OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012506509048 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2016 08/04/2016
VIA - RENAVAM - RST - 20161300001802-1
1 0014627771-6 00/00000000 2016

CPF / CNPJ 04186195498 PLACA MON3103
MARCA / MODELO HONDA/CG 150 TITAN KS
ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2009
CAP. POT. / CIL. 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC DCL. PREDOMINANTE PRETA

PRÊMIO TARIFÁRIO
FMS (R\$) ***** DENATRAN (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO *****
CUSTO DO BILHETE (R\$) ***** IGP (R\$) ***** SEGURO PAGO
PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
COTA ÚNICA PARCELADO 21/03/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.348.808/0001-04
www.seguradoralider.com.br
33928-1500538-20160408



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

Descrição do exame físico: AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Resultados terapêuticos: PACIENTE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DE FORMA GRAVE EM JOELHO ESQUERDO

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) JOELHO ESQUERDO

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 07/02/2020

Conduta mantida: Não

Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA POR DANO MODERADO DO JOELHO ESQUERDO, COMPLEMENTAR PAGAMENTO POR DANO GRAVE DO JOELHO ESQUERDO.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: @1

SINISTRO COM PAGAMENTO - VÍTIMA INDENIZADA POR AMD EM 20/12/2019 APRESENTA NOVO RELATÓRIO MÉDICO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Matias Domingos de Oliveira CPF: 396.353.764-72
RG: 983.392 Orgão Emissor: SSP/PB
Nacionalidade: 27.12.64 Est. Civil: Casado Profissão: advogado
Endereço: lote 5/12
Bairro: Zona Rural Cep: 58.870-000 Cidade/UF: Riacho dos Cavalos/PB
Telefone: (33) 9.9833-0973 (83) 9.9936-1762 ()

OUTORGADO:

Nome: Clemilda Maria de Sousa CPF: 048.720.434-02
RG: 002.309.898 Orgão Emissor: SSP/PB
Nacionalidade: 19-05-1979 Est. Civil: conjugada Profissão: Beneficiária
Endereço: Rua das Generalas Diniz Nº 445
Bairro: Generalas Diniz Cep: 58.870-000 Cidade/UF: Riacho dos Cavalos/PB
Telefone: (33) 9.9936-5962 (83) 9.9833-0974 ()

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes específicos para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar e solicitar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto às seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do **Seguro DPVAT** referente à:

Vítima: Matias Domingos de Oliveira
CPF: 396.353.764-72 Data do Acidente: 04/09/2019
Cobertura solicitada: ☒ Invalidez Permanente () DAMS () Morte

Riacho dos Cavalos 03-12-2019
Local e data

Matias Domingos de Oliveira
Assinatura do Outorgante (reconhecer firma por autenticidade)





Selo Digital: AJ194524 - UOEF

Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Conheço a(s) Firma(s) seus de
Otavio Lominger de Oliveira
por Autenticidade do fé
Riacho dos Cavalos 03 12 2019
Em Teste (afirmo) da verdade
Maria de Fátima Feltosa Vaz

OFICIALA

Maria de Fátima Feltosa Vaz
Oficiala do Registro Civil
Riacho dos Cavalos-PB



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0452990/19

Número do Sinistro: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF: 396.353.764-72

Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A

Data do acidente: 04/09/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 29/01/2020
Nome: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA
CPF: 048.720.414-02

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 29/01/2020
Nome: JANE APARECIDA COSTA
CPF: 619.395.799-53

JANE APARECIDA COSTA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo n.º 08013116620208150141

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 2.531,25 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	30/12/2019
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000011714-1

Nr. da Autenticação D65F090B8981742A



BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: DOC / TED

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

18/02/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000011714-1

Nr. da Autenticação FD2A21BB227EBACC

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CATOLE DO ROCHA, 11 de novembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca do LAUDO PERICIAL.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP:
58410-253

Número do Processo: 0801311-66.2020.8.15.0141
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que encaminhei o alvará dos honorários do perito ao BANCO DO BRASIL por meio do institucional desta vara.

CATOLÉ DO ROCHA, 28 de outubro de 2021
MERCIA MAIA MEDEIROS





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA
Juízo do(a) 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP: 58410-253

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



v.1.00

**ALVARA JUDICIAL Nº 780/2021____
PROCESSO Nº 0801311-66.2020.8.15.0141**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) **CAROLINE SILVESTRINI DE CAMPOS ROCHA**, Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho/sentença de Id 34531728, proferido nos autos do processo acima referenciado, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). **HEUDER ROMERO LIBERALINO DA NÓBREGA**, CPF n.º 759.709.294-68, a quantia de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, acrescida de juros e correção monetária, que se encontra depositada nessa instituição financeira, referente a guia que segue abaixo, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

NUMERO E NOME DO BANCO: 001 BANCO DO BRASIL S.A

NUMERO DA AGÊNCIA: 1885-6

NÚMERO DA CONTA: 5652-9

		Nº DA CONTA JUDICIAL 1800124537649	
Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 23/02/2021	AGÊNCIA (PRF / DV) 585	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 22/02/2021	Nº DA GUIA 2784151	Nº DO PROCESSO 08013116620208150141	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA CATOLÉ DO ROCHA	ORGÃO/VARA 2 VARA CIVIL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/EMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA		TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 39635376472
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 87152D1D4C6F610A			
CÓDIGO DE BARRAS			

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRÁ-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de CATOLÉ DO ROCHA-PB, e emitido em 27 de outubro de 2021. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) MERCIA MAIA MEDEIROS, Analista Judiciário, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

CAROLINE SILVESTRINI DE CAMPOS ROCHA

Juiz(a) de Direito



1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo “Órgão/Vara”, deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;

2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.



Segue em anexo o laudo PERICIAL.





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA**

Fórum Des. João Sérgio Maia. Av. Dep. Américo Maia, s/n, João Serafim, Catolé do Rocha/PB.
CEP: 58.884-000 - E-mail: cat-vmis02@tjpb.jus.br

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**
(Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Informações da Vítima

NOME COMPLETO:	OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
CPF:	396.353.764-72
ENDEREÇO COMPLETO	Sítio Jaleco, s/n, área rural de Riacho dos Cavalos, Estado da Paraíba, CEP: 58.870-000

Informações do Acidente

LOCAL	Rua do Alto, Riacho dos Cavalos-PB
DATA DO ACIDENTE	04/09/2019

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº **0801311-66.2020.8.15.0141**, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor(a) e que referida prova médico-legal será anexada aos autos, para fins de prova documental, nos termos dos Artigos 397 e 427 do CPC.

Catolé do Rocha-PB, 22 de outubro de 2021

Otávio Domingos de Oliveira

Assinatura da vítima



Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Informações adicionais:

(Só prosseguir em caso de resposta afirmativa).

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual(uais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): **Resposta:**

Membro inferior esquerdo (MIE)

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Resposta: *Tratamento cirúrgico de fratura do platô tibial esquerdo*

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? ☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s): **Resposta:**

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias;
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas).

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima. **Resposta:**

Deficit motor e limitação funcional do MIE, deformidade e crepitação do fêmur esquerdo

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo? **Resposta:**

☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

- b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa, de forma global, algum segmento corporal da Vítima)



b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

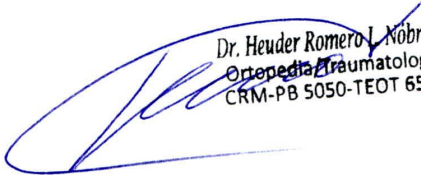
b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão: <i>MIE</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
1ª Lesão:	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
1ª Lesão:	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
1ª Lesão:	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Resposta:

Catolé do Rocha-PB, 22 de outubro de 2021.


Dr. Heuder Romero L. Nobrega
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 5050-TEOT 6511



PROCURAÇÃO EM ANEXO





ALVES & OLIVEIRA
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Outorgante: Otávio Domingos de Oliveira, brasileiro
(a) Comodo, agricultor, inscrito (a) no RG sob nº
9.83.392-55/PB e no CPF sob nº 336.353.764-72, residente e
domiciliado(a) Sítio Falecia, s/n, zona rural do Riacho
dos Cavalos/PB, CEP: 58870-000.

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores os advogados **FABRICIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob nº 27.997 e **MARIA DE FATIMA OLIVEIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PB sob nº 28.423, ambos com endereço na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, Bairro José Américo, Riacho dos Cavalos – PB CEP 58870.000.

Pelo presente instrumento o outorgante confere aos outorgados amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, conforme Art. 105 do Código de Processo Civil, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer está a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Riacho dos Cavalos - PB, 17 de Agosto de 2021.

Otávio Domingos de Oliveira

OUTORGANTE



EM ANEXO



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 17/09/2021 11:25:59

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21091711260000000000014784269>

Número do documento: 21091711260000000000014784269



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo n.º 08013116620208150141

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito .

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CATOLE DO ROCHA, 14 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

Intimei Otávio Domingos de Oliveira, que bem ciente ficou de todo o conteúdo do mandado. Que a intimação se deu por meio eletrônico, sendo primeiro por voz, pelo celular 99996-9130, depois com o envio do mandado para o whatsapp de sua filha Odilene Oliveira da Silva 99628-5461.

13 de setembro de 2021

MANOEL PEDRO RODRIGUES BARRETO





OTAVIO DOMINGOS...

3 páginas • 24 kB • PDF 17:32 ✓✓

Informe seu nome completo, seu parentesco com Otávio Domingos de Oliveira e confirme o recebimento da intimação

17:33 ✓✓

Odilene oliveira da silva, sou filha de Otávio.

17:34

Ja chegou aqui a intimação.

17:34



De ordem da MM. Juíza de Direito da 2ª Vara mista de Catolé do Rocha-PB, Dra. Fernanda de Araújo Paz, ficam as partes intimadas da perícia médica designada para o dia 22/10/2021, às 13h15min, no fórum de Catolé do Rocha-PB (Endereço: Av. Dep. Américo Maia, s/n, João Serafim, na saída para Pombal, Catolé do Rocha-PB), com o médico ortopedista e traumatologista Dr. Heuder Romero Liberalino da Nóbrega, CRM/PB 5050, e para, querendo, indicarem seus quesitos e seu(s) assistente(s) técnico(s) para acompanhar o exame pericial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, advertindo ao autor que deverá levar consigo todos os exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a doença / enfermidade alegada na inicial.

OBS1: NÃO HÁ NECESSIDADE DE COMPARECER EM HORÁRIO DIVERSO DA INTIMAÇÃO, POIS AS PERÍCIAS SERÃO REALIZADAS POR HORA MARCADA.

OBS2: SERÁ OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARA.

OBS3: QUALQUER DÚVIDA OU ESCLARECIMENTO ENTRAR EM CONTATO PELO TELEFONE/WHATSAPP (83) 99144-6860.



2ª Vara Mista de Catolé do Rocha
Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP:
58410-253
CATOLÉ DO ROCHA
()

Nº do processo: 0801311-66.2020.8.15.0141
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

Autor: Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Endereço: SÍTIO JALECO, 00, CASA, ZONA RURAL, RIACHO DOS CAVALOS - PB - CEP:
58870-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:
20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte
Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Endereço: SÍTIO JALECO, 00, CASA, ZONA RURAL, RIACHO DOS CAVALOS - PB - CEP:
58870-000

De ordem da MM. Juíza de Direito da 2ª Vara mista de Catolé do Rocha-PB, Dra. Fernanda de Araújo Paz, ficam as partes intimadas da perícia médica designada para o dia 22/10/2021, às 13h15min, no fórum de Catolé do Rocha-PB (Endereço: Av. Dep. Américo Maia, s/n, João Serafim, na saída para Pombal, Catolé do Rocha-PB), com o médico ortopedista e traumatologista Dr. Heuder Romero Liberalino da Nobrega, CRM/PB 5050, e para, querendo, indicarem seus quesitos e seu(s) assistente(s) técnico(s) para acompanhar o exame pericial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, advertindo ao autor que deverá levar consigo todos os exames e receitas médicas que possua e que se relacionem com a doença / enfermidade alegada na inicial.

OBS1: NÃO HÁ NECESSIDADE DE COMPARECER EM HORÁRIO DIVERSO DA INTIMAÇÃO, POIS AS PERÍCIAS SERÃO REALIZADAS POR HORA MARCADA.

OBS2: SERÁ OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARA.

OBS3: QUALQUER DÚVIDA OU ESCLARECIMENTO ENTRAR EM CONTATO PELO TELEFONE/WHATSAPP (83) 99144-6860.

CATOLÉ DO ROCHA, em 10 de setembro de 2021.

De ordem, OSNI TORRES DE ARAUJO SEGUNDO
Mat.





em anexo



AO JUÍZO DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA - PARAÍBA

Processo nº: **08013116620208150141**

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio dos seus advogados e bastantes procuradores que a esta subscreve, com escritório com endereço profissional na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, bairro: José Américo na cidade de Riacho dos Cavalos/PB, onde doravante serão encaminhadas as intimações do feito vem, em tempo hábil com o respeito e a estima de costume, à presença de Vossa Excelência apresentar

IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO

Apresentada por SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., também já qualificada, pelos motivos de fato e de direito que a seguir se apresentarão.

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Alega a Requerida que o Autor deixou de comprovar as suas alegações, haja vista a ausência do laudo expedido pelo IML, que segundo a mesma, é documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do dano.

Rua Manoel Trajano de Farias, s/n José Américo
Riacho dos Cavalos-PB Tel: (83) 9.9996-9113 - 9.9841-7048
Email: alvesoliveiraadvs@gmail.com



Excelência, certo é que basta a realização de prova pericial para comprovar que o autor sofreu uma grave lesão (em um dos joelhos) ocasionada por acidente automobilístico. Tanto é que até a própria Seguradora Ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos.

Para mais, o entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] **LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA.** Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493- 76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012) [...] **SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT),** A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilitar de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012).

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do autor.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA
--

Resumidamente a ré alega que o valor pago administrativamente está em total consonância com a Súmula 474.

Inicialmente vejamos o teor da referida súmula:



Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Ou seja, Excelência, afirma a Seguradora Ré que o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) se caracteriza como quantia justa a alguém que sofreu uma lesão grave em joelho esquerdo, tendo que passar por cirurgia com aplicação de pinos e até hoje possui dificuldade até mesmo para andar. É um absurdo! Ora, o requerente teve que ficar por um período extremamente longo em total repouso sem se quer por o pé no chão.

Não obstante a isso, como se pode afirmar que o valor pago está em conformidade com a lei, quando a própria tabela para cálculo da indenização contida na LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, prevê o percentual de 100% (R\$ 9.450,00) nos casos de perda anatômica ou funcional completa de um dos membros inferiores. Vejamos:

TABELA DE GRADACÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					

Portanto, é certo de que a Seguradora deixou de efetuar o pagamento da indenização em seu montante devido.

DA PROVA PERICIAL PARTICULAR – PROVA UNILATERAL

O requerente, desde já, concorda com a realização de perícia médica judicial nos autos.

Isto porque, a indenização em caso de Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, é em regra, no importe de 100% do valor



De (R\$ 9.450,00), ou seja, valor muito superior ao percebido pelo requerente em âmbito administrativo.

Contudo, vale salientar, que o autor tenha dado valor máximo a ação, até pela eventualidade da perícia médica indicar sua incapacidade total, o próprio autor fundamentou e requereu a realização de laudo que apontasse o grau da incapacidade, para que fosse determinado o valor indenizatório.

Portanto, o requerimento da condenação foi na forma do que se apurasse durante a confecção do r. laudo pericial, de forma que não haja litígio quanto à proporcionalidade da lesão.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA
--

Com relação aos juros de mora, Excelência, atento à Súmula 426 do E. STJ, o autor não requereu, em momento algum, que sua aplicação se desse desde a data do acidente. No entanto, em relação à correção monetária o entendimento consolidado da jurisprudência deste país, dispõe que:

Súmula 580-STJ: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, **incide desde a data do evento danoso.**

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT **o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso.** 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012 (Grifo nosso).

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. **A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ).** 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11 (Grifo nosso).



ALVES & OLIVEIRA
A D V O C A C I A

Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, data venia, observar a data do acidente, o que desde já se requer na espécie, bem como, que os juros de mora se dê a partir da citação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Alega a parte ré que os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20%, e requer que estes sejam arbitrados no montante de 10% no caso em tela.

Acontece Excelência que este artigo 11 § 1º da lei 1.060/50, foi revogado pela Lei nº 13.105/2015, NÃO merecendo qualquer respaldo tal alegação.

Ficando pois, os honorários fixados contratuais fixados em 20% (vinte por cento) sem prejuízo a possíveis honorários sucumbenciais.

DO PEDIDO

Diante do exposto requer a **TOTAL rejeição da contestação, com a procedência da presente ação**, condenando-se a Seguradora ré, conforme declinado na inicial.

Termos em que,

Pede deferimento

Riacho dos Cavalos, Paraíba, 18 de março de 2021.

FARÍCIO ALVES DA SILVA
OAB n 27.997

Rua Manoel Trajano de Farias, s/n José Américo
Riacho dos Cavalos-PB Tel: (83) 9.9996-9113 - 9.9841-7048
Email: alvesoliveiraadvs@gmail.com



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		23/02/2021	585	1800124537649
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
22/02/2021	2784151	08013116620208150141	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CATOLE DO ROCHA	2 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA	Física	39635376472		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
87152D1D4C6F610A				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo n.º 08013116620208150141

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

CATOLE DO ROCHA, 25 de fevereiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JUNTADO NA CONTESTAÇÃO



Fica a parte autora intimada para apresentar impugnação à contestação.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo: 08013116620208150141

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/09/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **13/11/2019**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquirir a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



DA PROVA PERICIAL PARTICULAR – PROVA UNILATERAL

Conforme se verifica nos autos, o laudo particular colacionado pela parte autora não fornece todos os detalhes acerca da lesão sofridas pela mesma, informações estas extremamente necessárias para o deslinde da demanda.

Não restam dúvidas que a apuração do grau de invalidez da vítima seria mais especificada, se fosse realizada pelo IML ou por peritos judiciais, por se tratarem de profissionais que possuem experiência e capacitação para realização de tais perícias.

Corroborando com esse entendimento, temos os seguintes julgados:

“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DPVAT – AUSÊNCIA DE LAUDO OFICIAL – RELATÓRIO PRODUZIDO POR MÉDICO PARTICULAR – DOCUMENTO UNILATERAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO PROVIDO.

Se a petição inicial foi instruída com laudo técnico firmado por médico particular, é imperiosa a cassação da sentença para que os autos retornem ao Juízo de origem e seja produzida nova prova, uma vez que a perícia oficial é o único meio capaz de comprovar a existência da alegada invalidez permanente. (Ap 35998/2013, DESA. MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, TJ MT. Julgado em 12/02/2014, Publicado no DJE 21/02/2014).”

“AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO PAGA E AQUELA EFETIVAMENTE DEVIDA – INCAPACIDADE PARCIAL – GRAU – PROVA PERICIAL MÉDICA

1 - De acordo com o enunciado da Súmula nº 474 do C. Superior de Justiça, “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez;” 2 - Para apuração do grau de incapacidade e, consequentemente, do valor da indenização, imprescindível a realização de perícia médica, sendo que apenas a juntada de laudo médico particular não supre tal necessidade. Sentença que deve ser anulada para que seja determinada a realização de perícia médica. RECURSO PROVIDO. Sentença anulada. (TJ-SP, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, data de julgamento: 10/06/2015, 30ª Câmara Cível de Direito Privado).”

Desta forma, a utilização da prova pericial particular não deve ser levada em consideração por V. Exa., uma vez que a parte ré não esteve presente, através de seu assistente técnico no momento da referida avaliação, sendo certo que a utilização da mesma caracterizaria o cerceamento de defesa, devendo a demanda ser julgada improcedente, com base nas fundamentações expostas.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca da forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

⁵ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CATOLE DO ROCHA, 3 de fevereiro de 2021.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, em curso perante a - **VARA MISTA** da comarca de **CATOLE DO ROCHA**, nos autos do Processo nº 08013116620208150141.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	30/12/2019
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	1.687,50
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000011714-1

Nr. da Autenticação D65F090B8981742A



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

Descrição do exame físico: AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Resultados terapêuticos: PACIENTE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DE FORMA GRAVE EM JOELHO ESQUERDO

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) JOELHO ESQUERDO

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 07/02/2020

Conduta mantida: Não

Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA POR DANO MODERADO DO JOELHO ESQUERDO, COMPLEMENTAR PAGAMENTO POR DANO GRAVE DO JOELHO ESQUERDO.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: @1

SINISTRO COM PAGAMENTO - VÍTIMA INDENIZADA POR AMD EM 20/12/2019 APRESENTA NOVO RELATÓRIO MÉDICO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0452990/19

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF: 396.353.764-72

Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A

Data do acidente: 04/09/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA : 048.720.414-02

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA : 396.353.764-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 16/12/2019
Nome: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA
CPF: 048.720.414-02

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 16/12/2019
Nome: JANE APARECIDA COSTA
CPF: 619.395.799-53

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

JANE APARECIDA COSTA



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE JOELHO ESQUERDO.

**Documentos
complementares:**

Observações: PÁG 07/08_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 20/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DE JOELHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE JOELHO ESQUERDO.

**Documentos
complementares:**

Observações: PÁG 07/08_CIRURGIA

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15266492





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **000003518**

Conta: **0000011714-1**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00353/00354 - carta_02 - INVALIDEZ

00030177



Carta nº 15453234



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2021 09:54:52

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021209545300000000014784255>

Número do documento: 21021209545300000000014784255



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Recebedor: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**

Valor: **R\$ 843,75**

Banco: **104**

Agência: **000003518**

Conta: **0000011714-1**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00577/00578 - carta_30 - INVALIDEZ





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Cláudio Domingos de Oliveira 6 - CPF: 396.353.764-72
7 - Profissão: não informado 8 - Endereço: Sítio Galea 9 - Número: 512 10 - Complemento: casa
11 - Bairro: Zona Rural 12 - Cidade: Rio de Janeiro 13 - Estado: Pernambuco 14 - CEP: 58.870-000
15 - E-mail: 183/9.9933-0943 16 - Tel. (DDD): 183/9.9933-0943

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 5538 CONTA: 11714 3

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima: _____

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Catalão de Rocha 09-12-2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante) Cláudio Domingos de Oliveira

43 - Assinatura do Procurador (se houver) Elisabete Maria de Souza

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

15.001.10002/2010



**Lauda de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Número do Sinistro: 3190701544
Nome do(a) Examinado(a): Otavio Domingos de Oliveira
Endereço do(a) Examinado(a): Sítio Jaleco, S/N
Area Rural Riacho dos Cavalos PB CEP: 58870-000
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [SEM DOCUMENTO /]
Data local do acidente: [04/09/2019]
Data local do exame: [07/02/2020] Pombal [PB]

Resultado da Avaliação Médica

- I. Descreva o(s) diagnóstico(s) da(s) lesão(ões) efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado:

FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

- II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

Tratamento: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 04/09/2019 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO. O MESMO FOI SUBMETIDO A LIMPEZA, DESBRIDAMENTO, REGULARIZAÇÃO DE PARTES MOLES, ANTIBIOTICOTERAPIA E IMOBILIZAÇÃO. NO DIA 11/09/2019 FOI SUBMETIDO A TOMOGRAFIA DEVIDO A GRAVE ACOMETIMENTO ARTICULAR EVIDENCIANDO FRATURA FRAGMENTADA DA REGIÃO MEDIA EPIFISÁRIA PROXIMAL DA TÍBIA ALÉM DE DERRAME ARTICULAR IMPORTANTE. NO DIA 26/09/2019 FOI REALIZADO FIXAÇÃO INTERNA DE FRATURA COM USO DE PLACA 4.5 MM EM L MAIS PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS E PLACA 4.5 MM CONVENCIONAL COM PARAFUSOS CORTICAIS, RECEBEU ALTA APOS 24 HORAS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 20 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

Complicações: PACIENTE APRESENTA AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SINTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Data da Alta: 27/09/2019

- III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado:

AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SINTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

- IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

(X) Sim () Não

- V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)

(X) Sim () Não

- VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM
BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO
DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°
ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM
DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II**

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b"

- VII. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

() "Sem sequela permanente"

(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

JOELHO - Lado Esquerdo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio (X) 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

- VIII. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a) Médico(a) Examinador(a)

Carimbo com Nome e CRM


Dr. Tiago Martins Formiga
Ortopedia e Traumatologia
8085 CRM-PB / 24411 CRM-PE
TEOT 14830



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2021 09:54:52

https://pje.tipb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102120954530000000014784255

Número do documento: 2102120954530000000014784255



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL N° 1089/2019

Natureza da ocorrência: ACIDENTE COM MOTO

Data do fato: 04/09/2019 hora: 19h20min

Notificante: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, alcunha "****",
Nacionalidade: Brasileiro, naturalidade: Riacho dos Cavalos-PB,
nascido em 27/12/1964, documento: CPF N° 396.353.764-72 RG N°
983.392-SSP/PB, filho de Jacira Maria de Oliveira e de Sebastião
Felipe de Oliveira, endereço: Sítio Jaleco-Zona Rural de riacho dos
Cavalos-PB, referência: 83-99833-0973.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: HOMERO PERAZZO FILHO

Vítima: ***, alcunha "****", Nacionalidade: ***, naturalidade: ***,
idade: ** ***, nascido em **/**/**, cor/raça: ***, Estado
Civil: ***, Profissão: ***, Escolaridade: ***,
documento: ***, filiação: *** e de ***, endereço: ***** ***,
referência: ***. Tel/Cel: (**) **;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE, em data de
04/09/2019, às 19h20min, conforme ficha de atendimento
médico/ambulatorial do Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB,
onde consta que este notificante foi vítima de acidente com moto,
quando conduzia sua moto de marca HONDA/CG 150 TITAN KS, de cor
preta, ano/modelo 2009/2009, CHASSI N° 9C2KC15109R033476, de
placas MON-3103/PB, registrada em nome de JANDIVAN CARNEIRO DE
ANDRADE, portador do CPF n° 041.861.954-98, pela via urbana de
nome Rua do alto situada na cidade de riacho dos Cavalos-PB, foi
deixar sua esposa em uma clínica para realizar um sessão de
fisioterapia, e no retorno para sua residência, quando foi
surpreendido por um veículo puxando um reboque que atravessou na
frente deste notificante onde veio a colidir no reboque senso
jogado de cima de sua moto, onde houve uma fratura exposta da
perna esquerda em vários locais, sendo socorrido por terceiros
para o Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, devido a gravidade
do acidente, foi transferido para o Hospital Regional da cidade de
sousa, onde passou por procedimentos hospitalares. Por esse motivo
comunica o fato e pede providências. Nada mais a consignar.

Catolê do Rocha, 13 de novembro de 2019. Às 15:50 horas.

Otavio Domingos de Oliveira

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
José Carlos da Silva Filho
Matrícula: 135.602-0





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Cláudio Domingos de Oliveira 6 - CPF: 396.353.764-72
7 - Profissão: não informado 8 - Endereço: Sítio Galea 9 - Número: 512 10 - Complemento: casa
11 - Bairro: Zona Rural 12 - Cidade: Rio de Janeiro 13 - Estado: Pernambuco 14 - CEP: 58.870-000
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): (83) 9.9933-0943

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 5538 CONTA: 11714 3

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: _____

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____

CPF: _____

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Catalão de Rocha 09-12-2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

15.001.10002/2010



VALTEIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA
SIT JALECO, 500/ST JALECO - AREA RURAL
RACHO DOS CAVALOS/ PB CEP: 59710000 (A3- 245)

LIGACAO MONOFASICA
Cta/Sec: RES MTC B1/ RESIDENCIAL-RESIDENCIAL
Rotam: 16-348-497-2630 Referência: Out / 2019
Vendedor: VV047421723 Emissão: 24/10/2019



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R-230, Km. 25 - Cnda. Rindamon, João Pessoa/PB - CEP: 50071-600
CNPJ: 06.152.100/01-40 Ins. Est. 16.916.929-0

Nota Fiscal de Consumo de Energia Elétrica Nº 0001 170 9001
Cód. para Dts. Automática: 0000444878

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/RANI
Out / 2019 24/10/2019 25/11/2019 910.473.084-66

UC (Unidade Consumidora): 5/646487-9
Canal de contato

Garanta a greve e pode matar. Fique atento ao calendário de vacinação e se previna.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
24/09/19	129	24/10/19	185		57	30
Demonstrativa						
CC	Consumo	Quantidade	Tarifa	Valor Base	Cota Alta	Consumo (R\$)
0001	Consumo em kWh	62,00	0,773796	47,97	61,97	48,13
0001	Adic. B. Vinte e Nove	0,73	0,73	28	0,18	0,73
0001	Adic. B. Vinte e Nove	1,15	1,15	35	0,29	1,15
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0001	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PUBLICA	13,52	0,00	0	0,00	0,00
0001	JUROS DE MORA 09/2019	0,75	0,00	0	0,00	0,00
0001	MULTA 09/2019	0,90	0,00	0	0,00	0,00
0001	RENT. BANDO AMAR. RESIDENCIAL 09/2019	-0,02	0,00	0	0,00	0,00

CC: Código de Classificação de Item TOTAL
Tarifa de Fixação 0,545000 89,51 53,95 12,48 53,95 0,48 3,07

VENCIMENTO 31/10/2019 TOTAL A PAGAR R\$ 68,51

Histórico de Consumo (kWh)
Out19 Nov19 Dez19 Jan19 Fev19 Mar19 Abr19 Mai19 Jun19 Jul19 Ago19 Set19

RESERVADO AO FISCO
b1c1.e28e.c45c.f3fc.eceb.dcc8.b4c4.f9e4.

Indicadores de Qualidade - 9-2019 - Canal telefônico				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,59	0,00		Serviço de Dist. de Energia (P)	14,48	21,12
DIC TRIMESTRAL	23,18			Consumo de Energia	10,00	14,59
DIC ANUAL	46,36			Serviço de Transmissão	2,15	3,14
PTC MENSAL	7,87		NORMAL	Encargos Setoriais	2,15	3,14
PTC TRIMESTRAL	15,74			Impostos Diretos e Encargos	30,69	44,74
PTC ANUAL	31,47			Outros Serviços	0,00	0,00
DIC MENSAL	8,29					
DIC TRIMESTRAL	16,58					
DIC ANUAL	33,16					
				Total	68,51	100,00

ATENÇÃO

- Leitura confirmada

Faturas em atraso

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009.02624.912008.07877.923172.8.8056000000006851
PAGADOR: VALTEIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 910.473.084-66
SIT JALECO, SRV SIT JALECO - AREA RURAL - RACHO DOS CAVALOS/ PB



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, CLEMILDA MARIA DE SOUSA,

RG nº 002.309.898, data de expedição 10/07/2019, Órgão SSP/RN,

CPF Nº 048.720.414-02, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	RUA AUSTOR GONÇALVES DINIZ
Número	445
Apto / Complemento	CASA
Bairro	TANCREDO NEVES
Cidade	CATOLÉ DO ROCHA
Estado	PARAIBA
CEP	58884-000
Telefone de contato	(83)9.9936-1763 / 9.9833-0973
E-mail	jadrianomaia@hotmail.com

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CATOLEÉ DO ROCH-PB 01 / 10 / 2019

Assinatura do Declarante: Clemilda Maria de Sousa





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAP².

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, TEM POR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA LEI Nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Clemilda Maria de Sousa
inscrito (a) no CPF/CNPJ: 048.720.434 / 02 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário
Marcia Domingos de Oliveira inscrito (a) no CPF sob o Nº 396.353.764 / 72
do sinistro de DPVAT cobertura invalides da Vítima Marcia Domingos de Oliveira
inscrito (a) no CPF sob o Nº 396.353.764 / 72, conforme determinação da Circular Susep 445/12:
Declaro Profissão: nao informado Renda: 0.00 e apresento os documentos comprobatórios:
☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

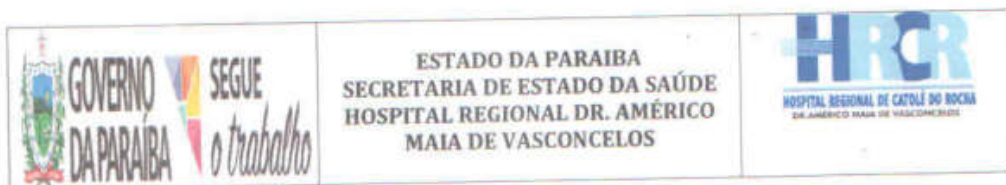
Endereço:	Número:	Complemento:
<u>Rua Eustásio Gonçalves Júnior</u>	<u>445</u>	<u>casa</u>
Bairro:	Cidade:	Estado:
<u>Mercedez Nunes</u>	<u>Catalão da Rocha</u>	<u>Pernambuco</u>
E-mail:		CEP:
<u>-</u>		<u>58.884-000</u>
		Tel. (DDD):
		<u>8319.9833-0973</u>

Local e Data: Catalão da Rocha - 09 / 12 / 2019

Clemilda Maria de Sousa

Assinatura do Declarante

DLDR001 V001/2017



Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: Nº 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giulda Darllen A. R. Monteiro
Diretora Geral
Giulda Darllen de Fretes Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão – Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
Email: Tel. (83)3441-2280



CNES: 2592460 CNPJ: 08.778.268/0001-60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS

ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO

CIDADE: CATOLE DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Mae: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA

Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA

Profissao: SITIO JALECO

Endereco: ZONA RURAL

Cidade: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804

CNS: 700-0080-4244-0907

CPF: 04/09/2019 19:36:41

Data / Hora: 04/09/2019 19:36:41

Recepcionista: JACQUIRIA DE O. LIMA

Ficha Numero: 93857

FC: TEMP: HGT: PA:

ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

paciente vítima de acidente
muito e na rodovia. Apresenta
lesões com fraturas de MM II,
e de membros inferiores.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

99

01 - ELETIVO

02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

01 - ELETIVO

02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

01 - ELETIVO

02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

01 - ELETIVO

02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO



Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Leito:

[illegible][illegible]

MAT.: 134. 455
Nome: Otávio Domingos de Oliveira
Data: 27/12/69 Est. Civil: Solteiro Resp.: Valéria do Pinho Oliveira
Pais: Petrópolis Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ
Médico Assistente: Dr. Diego Clínica: Cirúrgica Ortopédica
Data de Internação: 05/09/2019 Peso: Temperatura: P.A.:

AMNESE:

Queixa Principal:

Dor em Joelho E.

História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente motociclistico dia 01/09/19
a 18h. Tendo trauma em joelho esquerdo.
Apresentando dor local e impossibilidade
de andar e carga etc.

Exame Físico:

BEG, Glasgow 15
NVC.
edema + 14+ joelho E.
flictema.
Sutura em G. proximal tibia E.
Curativo seco - sangra.
Tolo inguim podalica

Diagnóstico:

Tratamento:

FRATURA PUNTO TIBIAL E. (experto).
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Dr. Thiago S. Mendes
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PE 20352 1607 15149





SUS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO-AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

CÓDIGO DA UNIDADE: 2613475CNPJ: 08.778.267/0027-08

NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA 51 GATO PRETO Nº 433 CEP: 58.802.180.

MUNICÍPIO: SOUSA ESTADO: PARAIBAUF: PB

PACIENTE:

Chelise Domingos de Sousa

SUS: 100.00904244 IDADE: 54 SEXO: F RACA: H

DATA NASC: 27.12.64 PROFISSÃO: Auxiliar

ENDEREGO: Rua: João Paulo Sousa

BAIRRO: Zona Rural MUNICÍPIO: Pão de Açúcar

ESTADO: PB CEP: DOCUMENTO:

DATA DO ATENDIMENTO: 05/01/19 COD. MUNICÍPIO:

CONTATO () Mãe

Acompanhante:

ANAMNESE DE EXAME FÍSICO SUMÁRIO:

Paciente em estado de HES apresentando de coloração rosada em face e de 1º com história de doença metabólica há 04/09/19 há 18h. Foi realizada sobre de fralda e em seguida foi realizada a primeira urina e a segunda urina.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPOS

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:
NATUREZA DA CONSULTA
CONSULTA BÁSICA (PAB):
CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
☐ 02- PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
☐ 03- CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
☐ 04- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERENCIA PARA OUTRA
☐ 05- VACINAÇÃO DE ROTINA
☐ 06- VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES)
☐ 07- VACINAÇÃO DE CAMPANHA
☐ 08- PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE
☐ 09- CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERENCIA PARA OUTRA UNIDADE

RECUPERAÇÃO

ENCAMINHAMENTO

- ☐ 01- PRESCRITAÇÃO DE MEDICAMENTO
☐ 02- APLICADO: ☐ OUTRO HOSPITAL ☐ OUTRO
☐ 03- SERVIÇOS REALIZADOS

CÓDIGO PROCEDIMENTOCBO

IDADE

Recepção:

Recepção:

ASS. DO(S) RECEPCIONISTA(S) - ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

POLEGAR

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO



Estado da Paraíba

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DE: MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Matheus Domingues de Oliveira Idade: 54a Cor: Enfermario: 03 Letto: 02 Categoria: illegada

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
02/01/85	1) Deter. heur	15:30	Deposito no. 01
03/01/85	2) Deter. heur	15:30	Deposito no. 02
04/01/85	3) Deter. heur	15:30	Deposito no. 03
05/01/85	4) Deter. heur	15:30	Deposito no. 04
06/01/85	5) Deter. heur	15:30	Deposito no. 05
07/01/85	6) Deter. heur	15:30	Deposito no. 06
08/01/85	7) Deter. heur	15:30	Deposito no. 07
09/01/85	8) Deter. heur	15:30	Deposito no. 08
10/01/85	9) Deter. heur	15:30	Deposito no. 09
11/01/85	10) Deter. heur	15:30	Deposito no. 10
12/01/85	11) Deter. heur	15:30	Deposito no. 11
13/01/85	12) Deter. heur	15:30	Deposito no. 12
14/01/85	13) Deter. heur	15:30	Deposito no. 13
15/01/85	14) Deter. heur	15:30	Deposito no. 14
16/01/85	15) Deter. heur	15:30	Deposito no. 15
17/01/85	16) Deter. heur	15:30	Deposito no. 16
18/01/85	17) Deter. heur	15:30	Deposito no. 17
19/01/85	18) Deter. heur	15:30	Deposito no. 18
20/01/85	19) Deter. heur	15:30	Deposito no. 19
21/01/85	20) Deter. heur	15:30	Deposito no. 20
22/01/85	21) Deter. heur	15:30	Deposito no. 21
23/01/85	22) Deter. heur	15:30	Deposito no. 22
24/01/85	23) Deter. heur	15:30	Deposito no. 23
25/01/85	24) Deter. heur	15:30	Deposito no. 24
26/01/85	25) Deter. heur	15:30	Deposito no. 25
27/01/85	26) Deter. heur	15:30	Deposito no. 26
28/01/85	27) Deter. heur	15:30	Deposito no. 27
29/01/85	28) Deter. heur	15:30	Deposito no. 28
30/01/85	29) Deter. heur	15:30	Deposito no. 29
31/01/85	30) Deter. heur	15:30	Deposito no. 30



Nome do Paciente		Nº Promedário	
Oliveira Damião de Oliveira		134455	
Data Operação	Enf.	Leito	
06/09/19			
Operador	1.º Auxiliar		
João Braga			
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Rafaela			
Diagnóstico Pré-Operatório			
Fratura exposta platô tibial @			
Tipo de Operação			
LMC + FE			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

- Pericóteo e DDM
- Injeção e anti-sépsis
- Apoição do limbo labial
- Limbo exorotativo com clareamento degenerado + $5\% \text{O}_2$
- Apoição do fixador externo transarticular
- Limbo
- Curatela

Dr. Daniel B. Carr
Osteopatia e Traumatologia
CRM-PR 9248



Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Otávio Domingos de Oliveira			134455
Data Operação	Enf.	Leito	
26/9/19			
Operador	1.º Auxiliar	Instrumentador	
Dr. TIAGO	Dr. DIEGO		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar		
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Dr. ALBERTO			
Diagnóstico Pré-Operatório			
fratura exposta platô tibial @.			
Tipo de Operação			
osteossintese platô tibial @.			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
SIM			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

Pele DOCP Requiemetosis
Anestesia e antiespasmódico
gelo local U.S.O.
Incisão em duplo V no sulco @ 1 metro
distal e entrompedal.
Drenagem por placas
Redução da fratura e fixação el. distal
placa (distal e medial).
estabilização
Sutura do T. posterior @ - trinta ry
Ligamento FO -
Sutura por placas
Sutura do antepé
Retirada do gelo
Ant. curativo em tampo

Dr. Diego S. Santiago
Ortopedia e Traumatologia
R. 15149



Relatório Médico

Paciente **Otávio Domingos de Oliveira**, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho dos Cavalos- PB no dia 04/09/2019 com BO de número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observe presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpção, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no MIE. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Sousa, 22.01.2020

Dr^a **Luiziane Lira N. Fontes**

Médica
CRM/PB-8445

Luiziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB





Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD + hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sousa, 22.01.2020

Drª Luiziane Lira N. Fontes
Médica
CRM/PE-8445
Luiziane Lira Nobre Fontes
CRM: 8445 - PE



 GOVERNO DA PARAÍBA <i>SEGUE o trabalho</i>	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE HOSPITAL REGIONAL DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS	 HOSPITAL REGIONAL DE CATOLÉ DO ROCHA <small>DR. AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS</small>
--	--	--

Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: N° 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen A. R. Monteiro
 Diretora Geral
Giula Darllen de Fretes Raimalho Monteiro
 Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
 Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão – Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
 Email: Tel. (83)3441-2280





ESTA É DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLÉ DO ROCHA - PB
FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL



GOVERNO
DA PARAIBA

Vivir
o trabalho

CNES: 2592460 CNPJ: 08.778.268/0001-60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS

ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO

CIDADE: CATOLÉ DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Mae: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA

Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA

Sexo: M

Profissao:

SITIO JALECO

Num.:

Endereço: ZONA RURAL

Fone: (83)998-9113

Cidade: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804

CNS: 700-0090-4244-0907

Identidade:

CPF:

Reg. Nasc.:

Data / Hora: 04/09/2019 19:36:41

Recepcionista: JACQUIRA DE O LIMA

Ficha Número: 93857

31634

SPO 2:

FC:

TEMP:

HGT:

PA:

ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

paciente vítima de acidente
mto em rodovia. Apresenta
lesões com fraturas de II,
III e IV em membros
superiores e inferiores.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

99

01 - Eletivo
02 - Urgência
03 - Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa
04 - Acidente no trajeto para o trabalho
05 - Outras lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos

PROCEDIMENTO Descrição

DIAGNÓSTICO Doença de acidente de trânsito

CID-10

MEDICAÇÃO
1. PRESCRITA
2. APLICADA
ENCAMINHAMENTO
OBSERVAÇÃO
OUTRO HOSPITAL
RESIDENCIA
OBITO
INTERNAÇÃO
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS CÓDIGO / PROCEDIMENTO
030106006-1

Dr. Carlos Antônio de Sousa Nunes
Médico dos Profissionais Assistentes - Carimbos

CPF: 034.332.804-60

Médico / Crm / Cns

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6060-4149-5135

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Polígrafo Direto

X Carlos Antonio de Sousa Nunes
ASS. REVISOR TÉCNICO - Carimbo ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - Carimbo

RELATORIO DE ENFERMAGEM

Nome: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Leito:

[illegible]

SINAIS VITAIS

[illegible]

MAT: 134, 455

1º: Clotário Lemungos de Oliveira Bloco: _____ Apt.: _____ Leito: _____
2º: 27/12/69 Est. Civil: _____ Resp.: Vol. 100 do Livro 1000
3º: Petio Jolley Cidade: Rio de Janeiro Estado: Rio de Janeiro
4º: D. Diego Clínica: Cardiologia
5º: 05/09/2019 Peso: _____ Temperatura: _____ P.A.: _____

AMNESE:

ix Principul:

Por em facto E.

iria da Doença Atual:

1 azione vittima di incidente motoristico del 09/11/77
a 10h. Tenuto fuoco in tutta l'azienda.
Ritorno di alcuni locali e impossibilità
di salire e corgere N.E.

ME FÍSICO:

BEC, Glasgow 15

N v Q.

colima + 10 + fallo (E).

flie Fern.

Suturo in g. proximal fibro @

Arctus 200 - 2000.

Tolo ingvino podalic

¡NÓSTICO:

limento;

FRATURA PUNTO TIBIAL G. (experto).
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Ortopedia e Traumatologia
CRM/PE 40452 (16/7 15149)





Estado da Paraíba

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Matheus Domingos da Mota Idade: 54a Cor: Enfermeira: 03 leito: 02 Categoria: Ulipredia

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
02/05	1) Deter: leve	15h	Depois 11.00h
07/05	2) Chás: 100ml	15h	Depois 11.00h
13/05	3) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
20/05	4) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
27/05	5) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
03/06	6) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
10/06	7) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
17/06	8) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
24/06	9) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
01/07	10) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
08/07	11) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
15/07	12) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
22/07	13) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
29/07	14) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
05/08	15) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
12/08	16) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
19/08	17) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
26/08	18) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
02/09	19) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
09/09	20) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
16/09	21) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
23/09	22) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
30/09	23) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
07/10	24) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
14/10	25) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
21/10	26) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
28/10	27) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
04/11	28) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
11/11	29) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
18/11	30) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
25/11	31) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
02/12	32) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
09/12	33) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
16/12	34) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
23/12	35) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
30/12	36) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
06/01	37) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
13/01	38) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
20/01	39) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
27/01	40) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
03/02	41) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
10/02	42) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
17/02	43) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
24/02	44) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
03/03	45) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
10/03	46) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
17/03	47) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
24/03	48) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
31/03	49) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
07/04	50) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
14/04	51) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
21/04	52) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
28/04	53) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
05/05	54) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
12/05	55) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
19/05	56) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
26/05	57) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
02/06	58) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
09/06	59) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
16/06	60) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
23/06	61) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
30/06	62) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
07/07	63) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
14/07	64) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
21/07	65) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
28/07	66) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
04/08	67) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
11/08	68) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
18/08	69) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
25/08	70) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
01/09	71) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
08/09	72) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
15/09	73) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
22/09	74) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
29/09	75) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
06/10	76) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
13/10	77) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
20/10	78) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
27/10	79) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
03/11	80) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
10/11	81) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
17/11	82) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
24/11	83) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
01/12	84) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
08/12	85) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
15/12	86) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
22/12	87) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
29/12	88) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
05/01	89) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
12/01	90) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
19/01	91) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
26/01	92) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
02/02	93) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
09/02	94) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
16/02	95) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
23/02	96) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
01/03	97) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
08/03	98) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
15/03	99) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h
22/03	100) Depressão: 100ml	15h	Depois 11.00h



HRS			
Nome do Paciente Otávio Damascos de Oliveira			Nº Prontuário 134455
Data Operação 06/09/19	Znf.	Leito	
Operador Daniel Braga		1.º Auxiliar	
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiista Rafaela	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório fratura exposta platô tibial @			
Tipo de Operação LAC + FE			
Diagnóstico Pós-Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral

- Pericóteo e DOR
- Anestesia e anti-sépsis
- Aposição do campo robô
- Limpeza exortiva em CloroXide e Higienato + SF0,9%
- Aposição de fixador externo transarticular
- Limpeza
- Curativos

[Assinatura]
Dr. Daniel B. C.
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PR 9248



M
 M
 D
 A
 Q
 H
 E

Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Otávio Domingos de Oliveira			134455
Data Operação	Enf.	Leito	
26/9/19			
Operador	1.º Auxiliar	Instrumentador	
Dr. TIAGO	Dr. DIEGO		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar		
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Dr. Albert			
Diagnóstico Pré-Operatório			
fratura exposta platô tibial @.			
Tipo de Operação			
osteossintese platô tibial @.			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
SIM			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
 Pêlo DOCP Requirimento
 Proprio e antiproprio
 garras de 150.
 Foram em duplo via sulco @ 1 metro
 lateral e entrompeda.
 Diminuiu por placas
 Redução do fratura e fixação el de
 placa lateral e medial.
 estabilizada.
 Sutura do T. potetor @ - tinha ru
 limpa e fo.
 Sutura per placas
 Sutura infer
 Petrolato garras
 Ar. curativo antisept

Dr. Diego S. Santiago
 Traumatologia
 15149





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PREST. Nº: 002.309.898 DATA DE EMISSÃO: 10/07/2019

IDENTIFICADO: CLEILDA MARIA DE SOUSA

PRONOME: RAIMUNDA MARIA DE SOUSA

NATURALIDADE: CATOLE DO ROCHA PE

DATA DE NASCIMENTO: 19/03/1979

RG: 1043.729.414-02

CPF: 043.729.414-02

ASSINATURA: *Cleilda Maria de Sousa*

ORGÃO ZELADOR: *7958*

ORGÃO ZELADOR: *7958*

ORGÃO ZELADOR: *7958*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO - IDENTIFICADO DE PERÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - I

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR: *Cleilda Maria de Sousa*

CARTÃO DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

DETRAN - PB Nº 012506509048
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA- ODD-RENAVAM RST- 20161300001802-1
1 0014627771-6 00/00000000 2016

NOME
JANDIVAN CARNEIRO DE ANDRADE
CPF/CNPJ
04186195498 PLACA
MON3103/PB
PLACA ANT./UF
NOVO PB 9C2KC15109R033476

ESPÉCIE/TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO-APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA
MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN KS ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2009
CAP/POT/CIL 2 P/149 /CI CATEGORIA PARTIC DCL/PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA YENC COTA ÚNICA 1ª YENC / COTAS
IPVA PAGO EM 21/03/2016 2ª
PARCELAMENTO / COTAS 3ª
PREMIO TARIFÁRIO (R\$) IGP (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 21/03/2016

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATÓRIO
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

RIACHO DOS CAVALOS-PB DATA
14001 08/04/2016
33928

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEIC
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012506509048 BILHETE DE SEGURO D

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 08/04/2016
VIA- CPE/CNPJ 04186195498 PLACA MON3103

RENAVAM 0014627771-6 MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN KS
ANO FAB. 2009 CAT. TARIF. 9 NR. CHASSI 9C2KC15109R033476

PREMIO TARIFÁRIO
FMS (R\$) ***** DENATRAN (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO *****
CUSTO DO BILHETE (R\$) ***** IGP (R\$) ***** SEGURO P A G O
PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO 21/03/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.348.508/0001-04
www.seguradoralider.com.br
33928-1500538-20160408



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DO PLANALTO TIBIAL ESQUERDO

Descrição do exame físico: AO EXAME DO JOELHO ESQUERDO: APRESENTA ATROFIA DA MUSCULATURA DISTAL DA COXA EM 3 CM, BLOQUEIO ARTICULAR DURANTE A FLEXÃO DO JOELHO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 50°, ATROFIA EM REGIÃO PROXIMAL DA PERNA EM TERRITÓRIO DA REGIÃO DA PANTURRILHA EM 2 CM, AUMENTO DE VOLUME EM REGIÃO PROXIMAL E MEDIAL DA TÍBIA ACOMETIDA COM PRESENÇA DE PALPAÇÃO DE MATERIAL DE SÍNTESE EM REGIÃO SUBCUTÂNEA, DOR ARTICULAR EM TERRITÓRIO DO TENDÃO PATELAR, ÁREAS DE CICATRIZAÇÃO POR SEGUNDA INTENSÃO COM MÚLTIPLAS RETRAÇÕES EM FACE ANTERIOR E INFERIOR DA PATELA LOCAL DE EXPOSIÇÃO ÓSSEA, DEAMBULA COM DIFICULDADE, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA E EXTENSORA GRAU II, FAZ USO DE MULETA AXILAR PARA LOCOMOÇÃO DEVIDO A CLAUDICAÇÃO, AFIRMA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR AGACHAMENTO SOBRE O MEMBRO ACOMETIDO.

Resultados terapêuticos: PACIENTE EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DE FORMA GRAVE EM JOELHO ESQUERDO

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) JOELHO ESQUERDO

Sequelas: Com sequela

Data do exame físico: 07/02/2020

Conduta mantida: Não

Observações: VITIMA JÁ INDENIZADA POR DANO MODERADO DO JOELHO ESQUERDO, COMPLEMENTAR PAGAMENTO POR DANO GRAVE DO JOELHO ESQUERDO.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190701544 **Cidade:** Riacho dos Cavalos **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 04/09/2019 **Seguradora:** Tokio Marine Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 30/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA PLATÔ TIBIAL ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO). ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

**Quantificação das
sequelas:**

**Documentos
complementares:**

Observações: @1

SINISTRO COM PAGAMENTO - VÍTIMA INDENIZADA POR AMD EM 20/12/2019 APRESENTA NOVO RELATÓRIO MÉDICO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: Olavio Domingos de Oliveira CPF: 396.353.764-72
RG: 983.392 Orgão Emissor: SSP/PB
Nacionalidade: 27.12.64 Est. Civil: Casado Profissão: advogado
Endereço: lote 5/12
Bairro: Zona Rural Cep: 58.870-000 Cidade/UF: Riacho dos Cavalos/PB
Telefone: (33) 9.9833-0973 (83) 9.9936-1762 ()

OUTORGADO:

Nome: Clemilda Maria de Sousa CPF: 048.720.434-02
RG: 002.309.898 Orgão Emissor: SSP/PB
Nacionalidade: 19-05-1979 Est. Civil: conjugada Profissão: Beneficiária
Endereço: Rua das Generalas Diniz Nº 445
Bairro: Generalas Diniz Cep: 58.894-000 Cidade/UF: Riacho dos Cavalos/PB
Telefone: (33) 9.9936-5962 (83) 9.9833-0974 ()

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes específicos para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar e solicitar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto às seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do **Seguro DPVAT** referente à:

Vítima: Olavio Domingos de Oliveira
CPF: 396.353.764-72 Data do Acidente: 04/09/2019
Cobertura solicitada: ☒ Invalidez Permanente () DAMS () Morte

Riacho dos Cavalos 03-12-2019
Local e data

Olavio Domingos de Oliveira
Assinatura do Outorgante (reconhecer firma por autenticidade)





Selo Digital: AJ194524 - UOEF

Consulte a autenticidade em:
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Conheço a(s) Firma(s) sem de
Otavio Bonifacio de Oliveira
por Autenticidade dou fé
Riacho dos Cavalos 03 12 2019
Em Teste (afirmo) da verdade
Maria de Fátima Feltosa Vaz

OFICIALA

Maria de Fátima Feltosa Vaz
Oficiala do Registro Civil
Riacho dos Cavalos-PB



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0452990/19

Número do Sinistro: 3190701544

Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF: 396.353.764-72

Seguradora: Tokio Marine Seguradora S/A

Data do acidente: 04/09/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 29/01/2020
Nome: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA
CPF: 048.720.414-02

CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 29/01/2020
Nome: JANE APARECIDA COSTA
CPF: 619.395.799-53

JANE APARECIDA COSTA





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
Associação de Fomento à Cultura e ao Esporte



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/02/2021 09:54:52

<https://pje.tjpb.ius.br:443/pje2q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021209545300000000014784256>

Número do documento: 21021209545300000000014784256

Num. 14839303 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susep 15414.619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALFA SEGUROADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 31.694.711/0001-48, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 3.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registre-se a presente Portaria no Diário Oficial da União e a cópia desta Portaria deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susep 15414.619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e a que trata do processo Susep 15414.619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susep/Direp n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso das atribuições conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Portaria Regional da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 3.175, de 28 de novembro de 2003.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, no âmbito de sua competência, tem a responsabilidade de emitir o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof

Rua Santa Afonso, nº 416 - 3º andar - Rio Camargos

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de acesso, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em anexo, para a apreciação da Comissão de Defesa do Comércio Exterior (CDCE), que é órgão de caráter consultivo.

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DE/NT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", 1º andar, CEP 20033-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br/secretaria/comercio-exterior/nt>, ou por meio de formulário disponível no site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br/secretaria/comercio-exterior/nt>.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/secretaria/comercio-exterior/nt> ou pelo endereço de correio eletrônico cdce@mdc.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00	2917.20
Acidos policarboxilicos, ciclicos, ciclicos ou cíclicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxilicos, ciclicos, ciclicos ou cíclicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e seus derivados
	2917.20.10
	Peróxidos, peróxidos e seus derivados
	2917.20.11
	Serres de ácidos policarboxilicos ciclicos
	2917.20.15
	Ciclicarboxilatos de ácidos
	2917.20.90
	Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/secretaria/qualidade>, pelo código 9001291612300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira

Intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.



AO JUÍZO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA

Processo nº 0801311-66.2020.8.15.0141

COMUNICAÇÃO

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, parte devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, por meio de seu Advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que se segue:

Inicialmente cumpre ressaltar que o autor, em tempo, atendeu o pedido desse juízo e emendou a inicial, conforme (**ID nº35362901**), feito isso, não há o que se falar em cumprir segunda parte do despacho inicial no (**ID 34531728**), conforme exigido.

Assim, considerando que fora comprovado a justiça gratuita bem como à emenda a inicial (segunda parte do despacho inicial no (**ID 34531728**) por meio do documento(**ID nº35363901**), requer pois que seja regularizada a situação processual para o prosseguimento do processo.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 29 de Janeiro de 2021.

FABRICIO ALVES DA SILVA
OAB/PB nº 27.997





Assinado eletronicamente por: FABRICIO ALVES DA SILVA - 29/01/2021 20:14:39

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21012920143900000000014784251>

Número do documento: 21012920143900000000014784251



Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801311-66.2020.8.15.0141

DESPACHO

Ante o deferimento da justiça gratuita no ID 34531728, não há o que se falar em pagamento de custas judiciais reduzidas.

Assim, cumpra-se conforme segunda parte do despacho inicial no ID 34531728.

CATOLÉ DO ROCHA, 19 de janeiro de 2021.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito em Substituição Cumulativa



em anexo

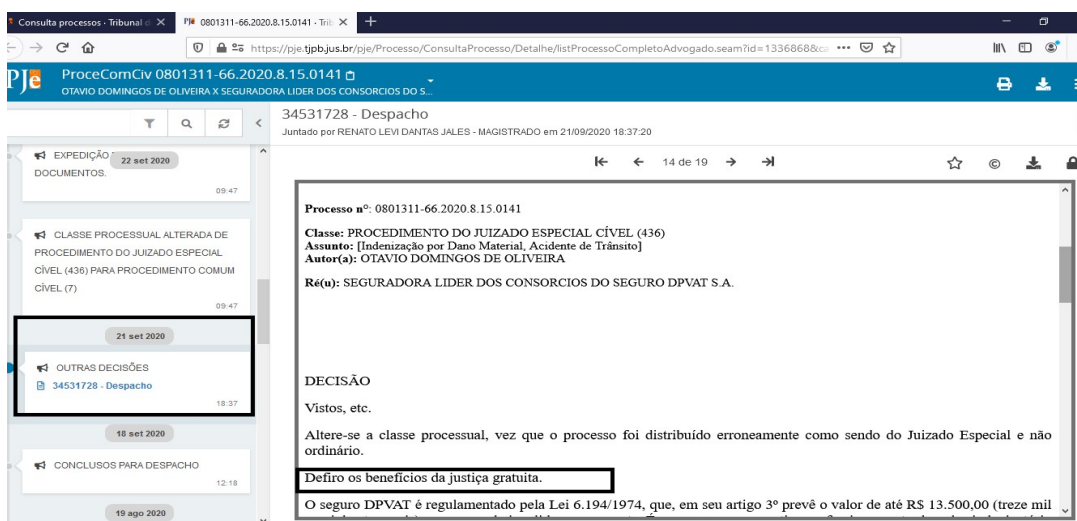


AO JUIZO DA 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA
Processo nº 0801311-66.2020.8.15.0141

PETIÇÃO SIMPLES – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE JUSTIÇA GRATUITA

OTÁVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, parte devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafe, por meio de seu Advogado que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que se segue:

Inicialmente cumpre ressaltar que o autor propos a presente ação em face da requereu os benefícios da justiça e junto documentos comprobatórios, em razão disso EM 21/09/2020 foi proferido uma decisão, despacho (ID nº34531798), o requerimento da **Justiça gratuita foi devidamente DEFERIDO**, vejamos:



ALVES & OLIVEIRA
ADVOCACIA

Ocorre que, posteriormente no dia 14/10/2020 foi proferido um despacho judicial (**ID nº 35432776**), onde a parte autora foi surpreendida com a intimação para efetuar o pagamento das custas. Inconformada com tal intimação a parte autora entrou em contato com o telefone da 2ª VARA para que houvesse a regularização de tal inconsistência, mas não obteve nenhum retorno, para resolver o pleito.

Assim, considerando que em 18/01/2021 foi juntado aos autos certidão de que não foi efetuado o pagamento das custas pela parte autora, requer pois a juntada da justificativa aqui exposta para que seja regularizada o prosseguimento do processo.

Dessa forma, não faz sentido a parte autora efetuar pagamento de custas se é hipossuficiente conforme comprovado nos autos e além disso seu requerimento de gratuidade já fora devidamente deferido.

Diante do exposto, REQUER que seja **RECONSIDERADO** os benefícios da justiça gratuita, eis que não possui condições financeiras de arcar com despesas processuais, com fulcro no disposto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, nos artigos 98 e ss, do CPC e na Lei nº 1.060/50.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 18 de Janeiro de 2021.

FABRICIO ALVES DA SILVA

OAB/PB nº 27.997



Fica a parte autora intimada para pagar as custas judiciais em 10 dias, sob pena de extinção.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Catolé do Rocha

Avenida Deputado Americo Maia, S/N, João Serafim, CATOLÉ DO ROCHA - PB - CEP:
58410-253

Número do Processo: 0801311-66.2020.8.15.0141
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que as Custas reduzidas não foram pagas.

CATOLÉ DO ROCHA, 18 de janeiro de 2021
ELIZABETH CAMPOS DA SILVA VIEIRA





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB

DESPACHO

NÚMERO DO PROCESSO: 0801311-66.2020.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

PARTE AUTORA: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

PARTE RÉ: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifique-se o pagamento das custas reduzidas.

Não paga, intime-se a parte autora para fazê-lo em 10 dias, sob pena de extinção.

Paga, cumpra-se o despacho inicial.

Catolé do Rocha/PB, data do protocolo eletrônico.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito Substituto





Assinado eletronicamente por: RENATO LEVI DANTAS JALES - 17/12/2020 11:39:31

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121711393100000000014784245>

Número do documento: 20121711393100000000014784245

Promovida a emenda a inicial, fica a parte autora intimada para pagar as custas.



emenda em anexo



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** por seu procurador subscrito, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência expor e requerer, o quanto segue:

EMENDA A INICIAL

Inicialmente cumpre ressaltar que a presente emenda se dar em cumprimento do despacho processual de ID nº 34531728.

Nesse sentido, tem-se que:

- **Quanto à extensão da invalidez alegada:**

- 1) A descrição minuciosa da seqüela efetivamente experimentada;

Excelência, analisando o Relatório Médico acostado ao processo em epígrafe datado de 21 de janeiro de 2020 e assinado pela Drª Luiziane Lira N. Fontes – CRM 8445-PB (anexo 05) Vislumbra-se as seguintes seqüelas oriundas do sinistro que acometeu o autor:



Observou-se cicatrizes pelo corpo do autor; o joelho esquerdo do autor apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizada na face anterior do mesmo referentes ao fixador externo e o acesso cirúrgico; edema residual importantíssimo; dor a palpitação; dor a mobilização ativa e passiva bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão; ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no ME e o paciente deambula em marcha claudicante, isto é, manca coxa ao caminhar.

Diante do relato acima transcrito do citado relatório ficou concluído que sobreveio do sinistro, **DEBILIDADE PERMANENTE E LIMITAÇÃO EM 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo**, conforme já mencionado, todas as informações aqui trazidas são advindas de relatório médico acostado a presente inicial.

- 2) A descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago;

Conforme se depreende da análise do (anexo 07), a invalidez foi apurada pela seguradora da seguinte forma:

1 de 1

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190701544 Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%
Graduação: Em grau médio 50%
% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%
Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Pag. 0131901320 - carta_1SR - INVALIDEZ

E



1 de 1

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190701544 Vítima: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 04/09/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CLEMILDA MARIA DE SOUSA SILVA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%
 Graduação: Em grau intenso 75%
 % Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%
 Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Pag. 00577/00578 - carta_30 - INVALIDEZ

A princípio conforme demonstrado, observa-se que no mês de janeiro de 2020, foi considerado pela seguradora o percentual de 25% (vinte cinco por cento) da perda da mobilidade completa do joelho do autor. E um **percentual de intensidade da perda em 50% (cinquenta e cinco por cento)**, porém na efetuação dos cálculos para fins de identificação do valor a se indenizar ao invés de haver sido realizado o cálculo com a base direta; efetuou-se dois cálculos minorando o valor em que o autor efetivamente faz jus, ou seja, foi multiplicado 50% por 25% chegando ao percentual de 12,50%, percentual esse aplicado sobre o valor máximo de indenização por invalidez R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando valor de **R\$ 1.687,50 (Mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**;

Posteriormente, no mês de fevereiro/2020, foi considerado pela seguradora o percentual 25% (vinte cinco por cento) da perda da mobilidade completa do joelho. E o **percentual de intensidade da perda em 75% (setenta e cinco por cento)**, porém na efetuação dos cálculos para fins de identificação do valor a se indenizar ao invés de haver sido realizado o cálculo com a base direta de (75%); efetuou-se dois cálculos minorando o valor em que o autor efetivamente faz jus, ou seja, foi multiplicado 75% por 25% chegando ao percentual de 18,75%, percentual



esse aplicado sobre o valor máximo de indenização por invalidez R\$ 13.000,00 (treze mil reais), totalizando valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

Ocorre, senhor magistrado que o valor máximo da indenização por invalidez permanente tem por base o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, se o grau de lesão permanente do autor foi 75% (setenta e cinco por cento), teríamos o valor de R\$ 10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco). Referente ao seguro do DPVAT a ser recebido pelo promovente no tocante a cobertura pela invalidez permanente. Ocorre que, apesar da promovida ter efetuado o pagamento de dois valores a título de indenização por invalidez, **(R\$ 1.687,50+ R\$ 843,75) = ao final totalizou o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um real e vinte cinco centavos).**

Portanto, o autor fez jus apenas 18,75% de R\$ 13.500,00, quando na verdade deveria receber 75% do referido valor. Nesse sentido, o mesmo ficou sem receber uma monta de R\$ 7.593,75 para completar o percentual a qual tem direito.

- 3) Os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada;

Os percentuais utilizados na base de cálculos é diferente do percentual da incapacidade permanente do autor, conforme atesta o atestado médico e em consonância com as especificações explicitadas no tópico 02 deste documento.

- 4) Comprovação do prévio requerimento administrativo:

O requerimento administrativo comprova-se através da carta da seguradora contendo os valores indenizados e o número do sinistro obtido na data em que o requerimento foi realizado.



QUESITOS PARA PERÍCIA MÉDICA

- 1) O autor é portador de alguma sequela decorrente do acidente automobilístico? Qual?
- 2) Qual o grau de perda funcional do autor? Possui força e coordenação motora para manejar os instrumentos próprios do ofício?
- 3) O autor é capaz de realizar atividades que necessite de força física?
- 4) A patologia que acomete o autor é de cunho temporário ou permanente?
- 5) Há possibilidade de reversibilidade da patologia?

Riacho dos Cavalos/PB, (data da assinatura digital)

FABRICIO ALVES DA SILVA
OAB/PB nº 27.997





Estado Da Paraíba
Poder Judiciário

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

Autor(a): OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos, etc.

Altere-se a classe processual, vez que o processo foi distribuído erroneamente como sendo do Juizado Especial e não ordinário.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014) .

Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ).



Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determinam o § 1º do artigo 3º da lei de regência .

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o(a) autor(a) promover-lhe a emenda, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada; 4) comprovar o prévio requerimento administrativo.

Registre-se que o valor devido, regra geral, não corresponderá à diferença necessária para atingir o teto indenizável (R\$ 13.500,00), uma vez que, conforme já salientado, já se encontra pacificada a orientação de que a indenização será proporcional ao grau de invalidez. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial.

III. Ato contínuo, pagas as custas e emendada a inicial, considerando que a promovida reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, seja designado perito oficial (médico) para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico.

Outrossim, intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, oficie-se à Secretaria de Saúde para indicar médico ortopedista para realizar a perícia, o qual já fica automaticamente nomeado pelo



Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar.

E, finalmente, entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito.

Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito

Em Substituição Legal





Estado Da Paraíba
Poder Judiciário

Processo nº: 0801311-66.2020.8.15.0141

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Assunto: [Indenização por Dano Material, Acidente de Trânsito]

Autor(a): OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos, etc.

Altere-se a classe processual, vez que o processo foi distribuído erroneamente como sendo do Juizado Especial e não ordinário.

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

O seguro DPVAT é regulamentado pela Lei 6.194/1974, que, em seu artigo 3º prevê o valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos de invalidez permanente. É comum que se questione o fracionamento do valor indenizatório com base no grau de invalidez. Não obstante, o STF considerou que “os princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da vedação ao retrocesso social, máxime diante dos mecanismos compensatórios encartados na ordem normativa sub judice, restam preservados na tabela legal para o cálculo da indenização do seguro DPVAT” (STF, ADI 4350, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 23/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2014 PUBLIC 03-12-2014) .

Por conseguinte, “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez” (Súmula 474, STJ).



Para fins de quantificação, deve ser considerada a tabela anexa à lei de regência, como determinam o § 1º do artigo 3º da lei de regência .

Conforme disposto no art. 319, III, do CPC, a inicial deve conter a exposição do fato sobre o qual se embasa o direito alegado. A causa de pedir deve ser tão clara e específica quanto o pedido, inteligência do art. 330, § 1º, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial.

Assim, é que deve o(a) autor(a) promover-lhe a emenda, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo a extensão da invalidez alegada, assim entendida: 1) a descrição minuciosa da sequela efetivamente experimentada; 2) a descrição da invalidez que foi apurada pela seguradora e qual o percentual que lhe foi pago; 3) os motivos pelos quais entende que o percentual da tabela DPVAT que lhe foi alcançado não se amolda àquele que deveria ter sido considerado e que culminaria no direito à diferença ora pleiteada; 4) comprovar o prévio requerimento administrativo.

Registre-se que o valor devido, regra geral, não corresponderá à diferença necessária para atingir o teto indenizável (R\$ 13.500,00), uma vez que, conforme já salientado, já se encontra pacificada a orientação de que a indenização será proporcional ao grau de invalidez. O pedido, se deduzido nesses termos, poderá comportar, inclusive, improcedência liminar do pedido, com fundamento no inciso I do art. 332 do CPC.

Essa medida é justificada até mesmo em razão do que a experiência vem demonstrando em ações dessa espécie, invariavelmente tramitando sob a concessão de AJG à parte autora. Na maior parte dos casos, as perícias judiciais, custeadas pelas seguradoras (que são custeadas com dinheiro do contribuinte), corroboram o que fora constatado na seara extrajudicial.

III. Ato contínuo, pagas as custas e emendada a inicial, considerando que a promovida reiteradamente não celebra acordos no bojo de processos judiciais, exceto em casos especiais, entendo ser desnecessária a designação de audiência de conciliação no presente caso, devendo a parte ré ser citada para já apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Seguindo a orientação contida da Recomendação 01/2015 do CNJ, a qual pode ser aplicada analogicamente ao caso em testilha, determino, desde já, seja designado perito oficial (médico) para realizar perícia médica no autor, a fim de comprovar as sequelas físicas oriundas do acidente automobilístico mencionado na exordial.

Faculto ao autor juntar, no prazo da contestação, quesitos para serem encaminhados ao perito, bem como indicar assistente técnico.

Outrossim, intime-se a requerida para efetuar o pagamento, em conta judicial vinculada a este processo, dos honorários periciais, arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), segundo cláusula 1.3 do Convênio 015/2014 TJPB.

Cite-se a promovida para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, apresentando seus quesitos, caso queira.

Com o depósito do valor dos honorários, oficie-se à Secretaria de Saúde para indicar médico ortopedista para realizar a perícia, o qual já fica automaticamente nomeado pelo



Juízo, encaminhando-lhe os quesitos do Juízo, quais sejam: 1) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado e os respectivos CIDs? 2) Existe relação de causa entre o acidente de trânsito noticiado na petição inicial e a(s) lesão(ões) apresenta(s)? 3) Houve debilidade permanente do membro, sentido ou função? 4) A debilidade é de caráter temporário ou definitivo? Qual o grau, em percentagem (de 0% a 100%), da debilidade apresentada?

Com a designação da data da perícia pelo médico nomeado, intime-se a parte promovente para comparecer ao local designado pelo médico para a realização da perícia, munido, preferencialmente, de seus documentos pessoais e toda e qualquer documentação pertinente à demanda.

Com a entrega do laudo, falem as partes em 10 (dez) dias, informando se têm interesse em conciliar.

E, finalmente, entregue o laudo, oficie-se ao Banco do Brasil para que transfira o numerário depositado na conta judicial para a conta bancária indicada pelo perito.

Após o cumprimento de todos os itens acima mencionados, conclusos.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito

Em Substituição Legal



Petição em anexo





ALVES & OLIVEIRA
ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DA
COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA.**

OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 396.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural de Riacho dos Cavalos, Estado da Paraíba, CEP: 58.870-000, vem respeitosamente perante V. Exa, por seu advogado que esta subscreve conforme procuração anexa (**anexo 01**), com endereço profissional na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, bairro: José Américo na cidade de Riacho dos Cavalos/PB, onde doravante serão encaminhadas as intimações do feito propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE –
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

(Lei nº 6.194/74 alterada pela Lei nº 11.945/09)

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, telefone 4020-1596/0800 022 12 04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP.: 20031-205; pelos fatos e fundamentos que passa a expor:





PRELIMINARMENTE

1 DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Cumpre inicialmente destacar que o requerente não possui condições de arcar com os custos do processo, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência **(anexo 02)**, razão pela qual requer os benefícios da justiça gratuita, na forma do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC) c/c inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2 DOS FATOS

A parte autora no dia 04/09/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial nº 1089/2019 **(anexo 03)**, foi vítima de um acidente de motocicleta, na qual restou-se com acentuada fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo corpo.

O requerente deu entrada no Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos, na cidade de Catolé do Rocha/PB, na data do acidente, no qual deu entrada na Urgência e Emergência daquela unidade hospitalar, onde foram feitos os primeiros procedimentos consoante consta na ficha de atendimento ambulatorial **(anexo 04)**.

No dia seguinte ao acidente o requerente foi internado no Hospital Regional Manoel G. de Abrantes na cidade de Sousa/PB, para realização de acompanhamento e prescrições médica.

Além disso, necessitou o requerente em virtude da fratura sofrida passar por uma limpeza e realização de procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 (vinte) dias, em seguida o mesmo submeteu-se a um novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânico + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de antiinflamatório, analgésico e repouso. **(anexo 05)**.





Excelência, o relatório médico fornecido pelo profissional constatou uma lesão permanente no limite de 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo, MSD + hemitoraz direito, ocasionando um comprometimento funcional do requerente para as atividades laborativas e/ou vida diária, conforme demonstrado documentalmente.

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, sendo diagnosticado que o mesmo sofrera fratura grave no joelho esquerdo, inclusive recomendando-se inicialmente o afastamento de eventuais atividades por **um período indeterminado**, consoante teor do atestado médico (**anexo 06**).

Após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou o demandante com considerável limitação física, que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada a retomar suas atividades rurais relacionadas ao exercício da agricultura, pois se encontra debilitado, sente muitas dores, não movimenta o joelho com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Diante disso, consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízo esses que acompanham o requerente até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida, consoante consta nos pareceres médicos acostados. Portanto, por questão de justiça e respeito á previsão legal, o segurado buscou amparo através do pedido de indenização DPVAT, junto a **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DE SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, atuando em nome daquele.

Desta forma, uma vez ocorrido o acidente de transito, sofrendo a parte autora lesões e fraturas conforme já mencionado e especificado no caso em tela, comprovadamente com caráter de invalidez permanente, faz jus a mesma ao recebimento de indenização de seguro DPVAT/INVALIDEZ de maneira justa.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, o autor encaminhou seu pedido a parte ré, requerendo administrativamente a quantia na qual faz jus em decorrência do





Seguro obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), referente ao pedido **de indenização por invalidez** cujo número do sinistro foi autuado sob nº 3190701544, bem como fez o requerimento referente às Despesas Médicas Hospitalares - DAMS, registrado através do nº do sinistro 3190701544.

Certa do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, no qual tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, não por sua confirmação, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pelo demandado.

Com base no documento anexado, **a ré efetuou pagamento de valor irrisório**, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pela autora e com a invalidez permanente que esta adquiriu. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de R\$ 1.687,50 sendo este acrescido de um segundo pagamento R\$ 843,75 que correspondente ao pagamento efetuado após uma reanálise do caso, totalizando ambos, no valor de R\$ 2.531,25 sendo este referente à cobertura de invalidez. No tocante ao pedido referente às Despesas médicas hospitalares o requerente recebeu o valor de R\$ 780,61 consoante consta nos extratos acostados **(anexos 07 e 08)**.

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com seriedade da lesão sofrida pelo autor. O demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por 02 (dois) procedimentos cirúrgicos e mesmo assim, restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções realizadas ao exercício das suas atividades rurais relativas ao exercício da agricultura.

Consoante se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo para preenchimento de indenização seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento bastante ínfimo, não





compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta/devida, porém, injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor aquém do que deveria, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste, de maneira a ser aplicado de maneira devida e justa o cumprimento da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.945/2009.

3 DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº 6.194/74 alterada pela Lei nº 11.945/09, prevendo esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei nº 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para 03 (três) naturezas de danos: morte,





invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a SEGURADORA LÍDER-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O diretor presidente da SEGURADORA LÍDER-DPVAT, Ricardo Xavier, explicou que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização.

“Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500,00 no caso de morte e de até R\$ 13.500,00 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700,00 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares é de 3 (três) anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 (três) anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.





4.1 DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE

Inicialmente, cumpre ressaltar que fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrarem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei nº 6.194/74 alterada pela lei nº 11.945/09, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no **caso de invalidez permanente**;

III - até R\$ 2.700 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

(Grifo nosso).

Assim, Excelência chega a ser vergonhosa a tentativa da promovida em tentar retirar um direito garantido ao Promovente, diminuindo o percentual da lesão por livre arbítrio.

Dessa forma, cumpre mencionar a Súmula 474 do STJ que é taxativa quando ao grau da lesão, *in verbis*:

"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez." (grifo nosso)

Vejamos 02 (dois) dos trechos constantes no relatório médico, **(anexo 05)**:

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.





Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD + Hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as atividades laborativas e/ou da vida diária.

Nesse sentido, não existe outra porcentagem de lesão (debilidade permanente) que não seja os 75% (por cento), definida no relatório supramencionado. Pagar valor inferior é uma afronta ao sumulado 474 do STJ e aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade bem como o da dignidade humana.

Ressalta-se que se o valor da indenização por invalidez permanente máximo tem por base o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, se o grau de lesão permanente ficou em 75% (setenta e cinco por cento), teríamos o valor de R\$ 10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco).** Referente ao seguro do DPVAT a ser recebido pelo promovente no tocante a cobertura pela invalidez permanente.

Ocorre que a promovida pagou apenas R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um real e vinte cinco centavos), **(anexo 07)**. Portanto, uma porcentagem de apenas 18,75% de R\$ 13.500,00, nesse sentido, ficou restando uma monta de R\$ 7.593,75 para completar o valor a ser creditado para o promovente.

Nessa perspectiva, em consonância com a Lei supracitada e enquadrando-se no caso em epígrafe, importante se faz mencionar jurisprudência recente do Egrégio Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul/RS, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil)





e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado.** 4. **Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto.** 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. **Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado.** 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando a demandante com lesões e fratura que lhe causaram invalidez permanente, é incontestável o direito da mesma ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça, sobretudo no tocante ao disposto na Súmula 474 do STJ.

Outrossim, ressalta-se que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a debilidade refere-se à perda ou anormalidade de estrutura ou funções físicas ou psicológicas, com isso, quando uma debilidade se torna severa e limita a habilidade de uma pessoa em executar atividades diárias, trabalho ou atividades produtivas, ou atividades de lazer e diversão, podemos dizer que ela tem uma incapacidade. Incapacidade esta que pode ser permanente dependendo do grau de complexidade da limitação que a vítima venha a sofrer.





Em relação a debilidade permanente existem posicionamentos jurisprudencial dos Tribunais brasileiros pertinentes, vejamos:

CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. LEI 6.194/76 SEM ALTERAÇÃO DA LEI 11.459/2009. SÚMULA 474 DO STJ. DOCUMENTOS DO AUTOR E LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES CONCLUSIVOS PARA DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA DE VERBA A SER COMPLEMENTADA. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O laudo do instituto médico legal é documento hábil a comprovar a debilidade permanente do autor decorrente do encurtamento do membro decorrente de fratura do fêmur esquerdo. 2. A regra em vigor à época é a Lei 6.194/74, sem as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do tempus regit actum. 3. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. 4. Laudo do iml e perícia realizada pelo mutirão DPVAT constatarem a existência de lesão permanente, parcial e incompleta do membro inferior esquerdo. 5. A Lei nº 6.194/74, sem as alterações posteriores, não faz referência aos critérios de fixação da incapacidade, admitindo-se, então, a utilização da tabela editada pela susep e cnsp. 6. A perda anatômica ou funcional do membro inferior representa 70% de 40 salários mínimos vigentes no país à época do sinistro. Contudo, deste valor deve ser deduzido o valor recebido pelo beneficiário na esfera administrativa. 7. Sobre o montante a ser complementado, devem ser acrescidos correção monetária, a partir do evento danoso e juros de mora de 1%, a partir da citação. 8. Recurso de apelação parcialmente provido. (TJPE - APL: 00057949720138170001, Relator: FRANCISCO EDUARDO GONCALVES SERTORIO CANTO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2015).

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74. O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG -AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014).





Ante o exposto, em consonância com o previsto na Lei nº 6.194/74 alterada pela lei nº 11.945/09, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento da complementação do quantum indenizatório no valor **R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)** que somado ao valor recebido na via administrativa totaliza o montante de **10.125,00 (Dez mil cento e vinte cinco)**, ou seja, o valor que o autor faz jus de receber de acordo com regramento legal no tocante a lesão permanente que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento).

5 DOS PEDIDOS

Ante o exposto, evidenciado o direito e a legitimidade da parte autora para legitimidade da presente ação bem como a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição inicial previstos no art. 319 do NCPC/2015, **requer:**

- a) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do NPCP/2015, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;
- b) O deferimento dos benefícios da justiça gratuita por ser a parte autora pobre na acepção jurídica da palavra, não podendo arcar com as despesas processuais sem privar-se do seu próprio sustento e de sua família, em conformidade com a declaração de hipossuficiência, constante no **(anexo 02)**;
- c) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para condenar a





demandada ao pagamento de complementação de INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE, no valor equivalente a **R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)**, corrigidos pelo IGP-M e juros de 1% ao mês desde a citação, em virtude da debilidade permanente do autor, devidamente comprovado pelo relatório médico e demais documentos comprobatórios acostados nesta exordial.

- d) Apesar de achar que o feito já se encontra devidamente instruído, protesta e requer a juntada dos documentos em anexo e ainda a produção de todos os meios de provas em direito admitidos e necessários a solução controvérsia, tais como depoimento pessoal, oitiva de testemunhas, perícia, juntada de documentos e dentre outros;
- e) A condenação da ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, calculadas na base de 20% sobre o valor da condenação;

Por oportuno, o causídico, **declara a autenticidade de todos os documentos ora apresentados**, com fundamento nos artigos 425, VI do NCPC 2015 e 1º da Lei 11.925/2009, sob pena de sua responsabilidade.

Por fim, requer que sejam as publicações alusivas ao presente feito realizadas em nome do advogado **Fabrizio Alves da Silva**, inscrito na OAB/PB sob o nº 27.977, no endereço eletrônico: fabricaoalvessilva10@gmail.com ;

Dar-se a causa o valor R\$ 7.593,75 (sete mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), nos moldes do art. 192, inciso VI do NCPC/2015.

Termos em que pede deferimento.

Riacho dos Cavalos/PB, 18 de maio de 2020.

Fabrizio Alves da Silva
Advogado OAB nº 27.977



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

Pelo presente instrumento particular de procuração, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 396.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural da cidade de Riacho dos Cavalos/PB, CEP: 58.870-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado Fabrício Alves da Silva, inscrito na OAB/PB sob o nº 27997, com endereço profissional na Rua Manoel Trajano de Farias, s/n, bairro: José Américo na cidade de Riacho dos Cavalos, Paraíba, CEP nº 58.870-000, conferindo-lhe os poderes para o foro em geral, nos termos do artigo 109 do CPC, com cláusula ad judicia e et extra, a fim de que possa agir na defesa dos interesses e direitos do(a) outorgante perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação ou requerimento competente em que o(a) outorgante seja autor(a) interessado ou reclamante, e defendendo-o(a) quando for réu (ré) interessado(a) ou requerido(a), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier e praticando todos os atos necessários para o fiel e bom desempenho deste mandato que tem o fim especial de ingressar com

AÇÃO DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANILHES
PERMANENTE - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

Riacho dos Cavalos/PB, 08 de abril de 2020.

OTAVIO Domingos de Oliveira
Assinatura do Outorgante

Digitalizado com CamScanner



DECLARAÇÃO


OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº 983.392 - SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 396.353.764-72, telefone: (83) 9- 9996-9130, residente e domiciliado no Sítio Jaleco, s/n, área rural da cidade de Riacho dos Cavalos/PB, CEP: 58.870-000.

DECLARO para todos os fins de direito sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei Nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requeiro ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Assumo a responsabilidade por minhas afirmações, tanto de pobreza como de residência, sujeitando-me as sanções civis e criminais previstas na legislação vigente em caso de falsidade do conteúdo desta declaração.

E, por ser a expressão de verdade, assino a presente de próprio punho.

Riacho dos Cavalos/PB, 08 de abril de 2020.



OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

=Declarante=

Digitalizado com CamScanner





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL N° 1089/2019

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE COM MOTO**

Data do fato: **04/09/2019** hora: **19h20min**

Notificante: **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA**, alcunha "****", Nacionalidade: Brasileiro, naturalidade: Riacho dos Cavalos-PB, nascido em 27/12/1964, documento: CPF N° 396.353.764-72 RG N° 983.392-SSP/PB, filho de Jacira Maria de Oliveira e de Sebastião Felipe de Oliveira, endereço: Sítio Jaleco-Zona Rural de riacho dos Cavalos-PB, referência: 83-99833-0973.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: HOMERO PERAZZO FILHO

Vítima: ***, alcunha "****", Nacionalidade: ***, naturalidade: ***, idade: ** ***, nascido em **/**/****, cor/raça: *****, Estado Civil: *****, Profissão: ***, Escolaridade: *****, documento: ***, filiação: *** e de ***, endereço: ***** ***, referência: ***. Tel/Cel: (**) **;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: QUE, em data de 04/09/2019, às 19h20min, conforme ficha de atendimento médico/ambulatorial do Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, onde consta que este notificante foi vítima de acidente com moto, quando conduzia sua moto de marca HONDA/CG 150 TITAN KS, de cor preta, ano/modelo 2009/2009, CHASSI N° 9C2KC15109R033476, de placas MON-3103/PB, registrada em nome de JANDIVAN CARNEIRO DE ANDRADE, portador do CPF n° 041.861.954-98, pela via urbana de nome Rua do alto situada na cidade de riacho dos Cavalos-PB, foi deixar sua esposa em uma clinica para realizar um sessão de fisioterapia, e no retorno para sua residencia, quando foi surpreendido por um veículo puxando um reboque que atravessou na frente deste notificante onde veio a colidir no reboque senso jogado de cima de sua moto, onde houve uma fratura exposta da perna esquerda em vários locais, sendo socorrido por terceiros para o Hospital Regional de Catolê do Rocha-PB, devido a gravidade do acidente, foi transferido para o Hospital Regional da cidade de Sousa, onde passou por procedimentos hospitalares. Por esse motivo comunica o fato e pede providencias. Nada mais a consignar.

Catolê do Rocha , 13 de novembro de 2019. Às 15:50 horas.

Otavio Domingos de Oliveira

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
José Carlos da Silva Filho
Matrícula: 135.602-0



Relatório Médico

Paciente **Otávio Domingos de Oliveira**, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho dos Cavalos- PB no dia 04/09/2019 com BO de número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observo presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no MIE. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Sousa, 22.01.2020

Dr^a Luíziane Lira N. Fontes

Médica
CRM/PB-8445

Luíziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

Digitalizado com CamScanner



Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD +
hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as
atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sousa, 22.01.2020

D^{ra} Luiziane Lira M. Fontes

Médica

CRM/PB-8445

Luiziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

Digitalizado com CamScanner



Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: Nº 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen R. R. Monteiro
Diretora Geral
Giula Darllen de Freitas Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão - Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
Email: Tel. (83)3441-2280

Digitalizado com CamScanner



HOSPITAL REGIONAL ESTADUAL DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLÉ DO ROCHA - PB
FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL

VERNO PARAIBA **viva o trabalho**

CNPJ: 08.778.268/0001-60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS
ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO
CIDADE: CATOLÉ DO ROCHA ESTADO: PARAIBA

UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Mãe: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA
Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA Sexo: M

Profissão: SITIO JALECO
Endereço: ZONA RURAL
Bairro: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804
Cidade: 700-0090-4244-0907
CNS: 700-0090-4244-0907
CPF: 04/09/2019 19:36:41

Reg. Nasc.:
Recepção: JAQUIRIA DE O. LIMA
Ficha Número: 93857

Num.:
Fone: (83)9996-9113

31634

SPO 2: FC: TEMP: HGT: PA:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*paciente vítima acidente
mto ex comovida. Apresenta
escorridos no nariz e na II,
e no canal auditivo.*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

*Ex = fecho e
10/4/2019 = 27 p 3pm
20/4/2019 = 24 p 10h, 6h
24/4/2019*

01 - ELETIVO ☐ 02 - URGÊNCIA ☐ CARÁTER DO ATENDIMENTO

03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA ☐

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO ☐

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS ☐

PROCEDIMENTO Descrição:

DIAGNÓSTICO *Doença de Crohn* CID-10

MEDICAÇÃO	ENCAMINHAMENTO			INTERNAÇÃO	
	1. PRESCRITA	OBSERVAÇÃO	RESIDÊNCIA	OUTROS	OUTROS
2. APLICADA		OUTRO HOSPITAL	ÓBITO		

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	0301005006-1				
2 -	0301005006-1				
3 -	0301005006-1				

*Dr. Carlos Antônio dos Santos
Médico dos Profissionais Assistentes - carimbos*

CPF: 034.332.804-60

Médico / Cnm / Cns

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6060-4149-5135

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU REPONSÁVEL

Polígrafo Direto

XO Oliveira da Silva B. Andrade

ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo

ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo

N.º: Cláudio Domingos de Oliveira N.º: 134.455
 Data: 27/12/69 Est. Civil: --- Res.: Via: algar do Pólo Olímpico Apt.: --- Leito: ---
 Nome: Pitris Jales Cidade: Recife de Pernambuco Est.: ---
 Médico Assistente: Dr. Diego Clínica: Ortopédica
 Data de Internação: 05/07/2019 Peso: --- Temperatura: --- P.A.: ---

AMNESE:

Queixa Principal:

Dor em joelho E.

História da Doença Atual:

Paciente vítima de acidente motociclistico dia 04/09/19
 a 18h. Tendo trauma em joelho esquerdo.
 Apresentando dor local e impossibilidade
 de caminhar e carga etc.

Exame Físico:

BEG, Glasgow 15
 NVC
 edema +10+ joelho E.
 flictema.
 Sutura em J. proximal tibia E.
 Curativo seco - segue.
 Tolo inguim podalica

Diagnóstico:

Tratamento:

FRATURA PUNTA TIBIAL E. (experto).
 CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

Dr. Diego S. S. S. S.
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM/PE 15542 1607 15149





Estado da Paraíba

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Mariano Domingues da Silva Idade: 54a Cor:
Enfermidade: 03
leito: 02,
Colocação: 10

[illegible]

Gráfica Bento Freire - Código 1458



Nome do Paciente		HRS		Nº Prontuário
Oleirio Damazio de Oliveira				134455
Data Operação	06/09/19	Enf.	Leito	
Operador	Daniel Braga	1.º Auxiliar		
2.º Auxiliar		3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiologista	Railton	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório: Fratura exposta platô tibial @				
Tipo de Operação: LMC + FG				
Diagnóstico Pós-Operatório				
Relatório Imediato do Patologista				
Exame Radiológico no Ato				
Acidente Durante a Operação				

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

- Pericóteo e DDM
- Inspecção e anti-sepsia
- Aposição de campos estóveis
- Limpeza exhaustiva com Clorexidina 0,9% + SF0,9%
- Aposição de fixador externo transarticular
- Limpeza
- Curativos

Dr. Daniel B. Braga
CRM-PR 9248
Ortopedia e Traumatologia



Hospital		HRS	
Nome do Paciente			Nº Prontuário
Otávio Domingos de Oliveira			134455
Data Operação	Enf.	Leito	
26/9/19			
Operador	1.º Auxiliar		
Dr. TIAGO	Dr. DIEGO		
2.º Auxiliar	3.º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesiista	Tipo de Anestesia		
Dr. Albert			
Diagnóstico Pré-Operatório			
fratura exposta platô tibial (E).			
Tipo de Operação			
fratura exposta platô tibial (E).			
Diagnóstico Pós Operatório			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
SIM			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

Paciente com fratura exposta de platô tibial.
 Anestesia geral com intubação.
 Incisão em duplo V no antebraço.
 Redução da fratura com fixação de placa e parafusos.
 Placa L-shaped e medula.
 Estabilização.
 Sutura do T. posterior (E) - timbony.
 Sutura por planos.
 Curativo asséptico.
 Retirada do curativo.
 Arterização mantida.

Dr. Diego S. Santiago
 Traumatologia
 CRP 15149



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 012506509048

VIA 1
CÓD. RENAVAM 20161308001802-1
00146277716 00/00000000 2016

NOME
JANDIVAN CARNEIRO DE ANDRADE

CPE / CNPJ
04186195498

PLACA
MON3103/PB

PLACA ANT. / UF
NOVO PB 9C2KC15109R033476

ESPÉCIE TIPO
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

MARCA / MODELO
HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FAB. ANO MOD.
2009 2009

CAP. / POT. / CIL
2 P/149 /CI

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
PRETA

COTA ÚNICA
IPVA PAGO EM 21/03/2016

VENC. COTA ÚNICA

FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS
***** 0

VENC. / COTAS
1º
2º
3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 21/03/2016

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

RIACHO DOS CAVALOS-PB

DATA
08/04/2016

14001



Aristeu Chaves Sousa
Diretor Departamento de DETRAN/PB

33928

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESAR DE TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012506509048 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2016 08/04/

VIA CPE / CNPJ PLACA
04186195498 MON3103

RENAVAM MARCA / MODELO
00146277716 HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FAB. CAT. TARIF. Nº CHASSI
2009 9 9C2KC15109R033476

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO
***** ***** *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO
***** SEGURO P A G O

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
COTA ÚNICA PARCELADO 21/03/2016

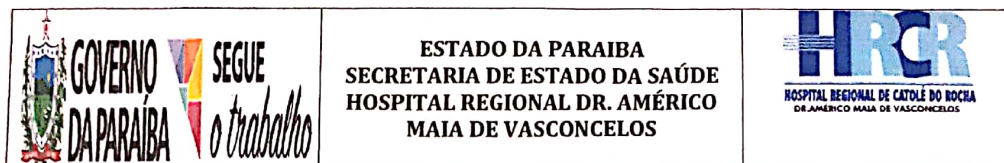
SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

33928-1500538-20160408





Declaração

DECLARAMOS para os devidos fins de direito que, **OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, RG: N° 983.391 SSP/PB**, residente e domiciliado no Sítio: Jaleco – Riacho dos Cavalos - PB, foi atendido nesta Unidade Hospitalar por Dr. Carlos Antônio de S. Nunes - CRM/9764, no dia 04 de Setembro de 2019. Deu entrada na Urgência e Emergência, vítima de acidente de moto (colisão x com reboque), foram feitos os primeiros procedimentos e em seguida liberado. Conforme cópia da ficha de atendimento ambulatorial, anexa.

As informações citadas encontram-se arquivadas, o referido é verdade e vai por mim assinada.

Giula Darllen R. R. Monteiro
Diretora Geral
Giula Darllen de Fretes Ramalho Monteiro
Diretora Geral

Catolé do Rocha – PB, 05 de Dezembro de 2019.

Hospital Regional Dr. Américo Maia de Vasconcelos
Rua: Castelo Branco, 349 Batalhão – Cep: 58884-000 – Catolé do Rocha – PB
Email: Tel. (83)3441-2280

Digitalizado com CamScanner



HOSPITAL REGIONAL EST. SAÚDE DA PARAIBA - Sec. Est. Saúde
HOSP. REG. CATOLÉ DO ROCHA - PB
FICHA ATENDIMENTO AMBULATORIAL

GOVERNO DA PARAIBA **viva o trabalho**

CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nome: HOSPITAL REGIONAL DR AMERICO MAIA DE VASCONCELOS
Endereço: RUA CASTELO BRANCO, 349 - BATALHAO
Cidade: CATOLÉ DO ROCHA Estado: PARAIBA UF: PB

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA
Mãe: JACIRA MARIA DE OLIVEIRA
Nascimento: 27/12/1964 Idade: 54 Cor: PARDA Sexo: M

Profissão: SITIO JALECO
Endereço: ZONA RURAL
Bairro: RIACHO DOS CAVALOS - PB - 58870-000 - 2512804
Cidade: 700-0090-4244-0907 Num.: Fone: (83)9996-9113

CNS: 700-0090-4244-0907 Identidade:
CPF: Reg. Nasc.:
Data / Hora: 04/09/2019 19:36:41 Recepcionista: JAQUIRIA DE O. LIMA
Ficha Número: 93857 31634

SPO 2: FC: TEMP: HGT: PA:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*paciente vítima acidente
mto exa e comovida. Apresenta
escorridos no nariz e na II,
star e com exa e comovida*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

*2x = fecho e
10/4/2019 = 2x p 5m
20/4/2019 = 2x p 5m
20/4/2019 = 2x p 5m*

01 - ELETIVO ☐ 02 - URGÊNCIA ☐ CARÁTER DO ATENDIMENTO

03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA ☐

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO ☐

05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS ☐

PROCEDIMENTO Descrição:

DIAGNÓSTICO *Doença de fecho e* CID-10

MEDICAÇÃO	ENCAMINHAMENTO			
	1. PRESCRITA	OBSERVAÇÃO	RESIDÊNCIA	INTERNAÇÃO
2. APLICADA	OUTRO HOSPITAL	ÓBITO	OUTROS	

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	9301005006-1				
2 -	64	0	4	0	5
3 -					

*Dr. Carlos Antonio de Almeida
Médico dos Profissionais Assistentes - carimbos*

CPF: 034.332.804-60

CBO

CARLOS ANTONIO DE SOUSA NUNES - 9764-PB - 703-6060-4149-5135

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU REPONSÁVEL

Polágar Direito

XO Oliveira da Silva B. Andrade

ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo

ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo

Relatório Médico

Paciente **Otávio Domingos de Oliveira**, 55 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x reboque) no município de Riacho dos Cavalos— PB no dia 04/09/2019 com BO de número 1089/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura exposta no platô tibial esquerdo e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a limpeza + procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em ossos do joelho esquerdo com redução + fixação com colocação de fixador externo por um período de 20 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada do fixador externo + colocação de fixação com 01 placa de titânio + parafusos metálicos e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 20 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observe presença de cicatrizes pelo o corpo.

Joelho esquerdo apresenta múltiplas cicatrizes extensas localizado na face anterior do mesmo (Cicatrizes do fixador externo + acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão e parestesia no MIE. Paciente deambula em marcha claudicante.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 75% da capacidade funcional do joelho esquerdo.

Sousa, 22.01.2020

Dr^a Luíziane Lira N. Fontes

Médica
CRM/PB-8445

Luíziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

Digitalizado com CamScanner



Do exposto, concluo que há limitação em 75% da capacidade funcional do MSD + hemitorax direito. Considerando comprometimento funcional permanente para as atividades laborativas e/ou da vida diária.

Sousa, 22.01.2020

D^{ra} Luiziane Lira M. Fontes

Médica

CRM/PB 8445

Luiziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

Digitalizado com CamScanner





Secretaria do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Sousa

Atestado Médico

Atesto para os devidos fins que Otávio

Domingos Oliveira

necessita de - trinta e um dias

de afastamento do trabalho, ou atividades escolares, a partir

de 16 / 01 / 2020 por motivo de doença.

CID Nº S83.1 Substituído a fim
Quintana. Int. consolidada
por férias do.

Unidade de Saúde

Local e Data

Dr. Tiago A. Fernandes
CRM 156423

Tagi

Médico - CRM - Carimbo

Atestado Médico de Tiago A. Fernandes - CRM 156423

Art. 1º, inciso II, Lei 13.001/2014

Digitalizado com CamScanner





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a entrega final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190701544 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 39635376472

Posição em 11-04-2020 10:52:42

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00



Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/12/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50
18/02/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
28/02/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/+cxNiY0PDLh9lw1HZPw api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)
03/02/2020	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/SUePhLcaxMY5BfWlvNgbc api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)



06/01/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cDSE1EVZHKZktJUboEZapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)
21/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/QxxHYCUhuhfSgxN4zsRapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75ru3dypQ9cmYb2odR6GrmdE=)



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
 Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
 Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)
 Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
 Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



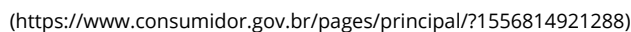
(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(https://http://keio.jp/~bushy/wordpress/wp-content/uploads/2014/01/1%3C%ADder-dpvat)

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190703308 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

COBERTURA DAMS

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO OTAVIO DOMINGOS DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 39635376472

Posição em 11-04-2020 10:57:48

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/01/2020	R\$ 780,61	R\$ 0,00	R\$ 780,61

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/02/2020	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/RXjbh0ADajmMTlJJH+tac api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)
07/01/2020	NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mbfS8g4RWCPWtlujvqqwT api_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)



22/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ukKLKmkIh74fuLxziQbHapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75kq9ySn7xFu0HBwdeISa2ko=)
------------	------------------------------------	---



(https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(https://www.seguradoralider.com.br)

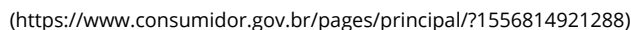


Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

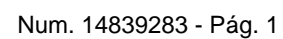
- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

- » Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- » Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- » Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- » Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- » Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- » Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 040.996.222



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

VALTELIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA
SIT JALECO S/N SIT JALECO
RIACHO DOS CAVALOS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/646487-9

REFERÊNCIA

MAR/2020

APRESENTAÇÃO

24/03/2020

CONSUMO

119

VENCIMENTO

31/03/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 95,28

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 02/04/2020				
Pagador: VALTELIA MARQUES DA SILVA OLIVEIRA CNPJ/CPF: 910.473.584-68				
SIT JALECO S/N SIT JALECO - AREA RURAL - RIACHO DOS CAVALOS / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120013631243	000646487202003	31/03/2020	R\$ 95,28	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				



Assinado eletronicamente por: FABRICIO ALVES DA SILVA - 18/05/2020 21:45:57

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20051821480700000000014784237>

Número do documento: 20051821480700000000014784237



